



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
CAMPUS DE JEQUIÉ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE

MESTRADO ACADÊMICO, COM ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM RELAÇÕES
ÉTNICAS, GÊNERO E SOCIEDADE

RAFAEL LUIZ DE ALBUQUERQUE VIEIRA

NESSE LUGAR TEM ALDEIA: OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E A
RETOMADA DA IDENTIDADE ÉTNICA GUERÉM

JEQUIÉ-BA

JUNHO/2023

RAFAEL LUIZ DE ALBUQUERQUE VIEIRA

**NESSE LUGAR TEM ALDEIA: OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E A
RETOMADA DA IDENTIDADE ÉTNICA GUERÉM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Orientador: Dr. José Valdir Jesus de Santana

Coorientador: Dr. Carlos Eduardo Costa

JEQUIÉ-BA

JUNHO/2023

RAFAEL LUIZ DE ALBUQUERQUE VIEIRA

**NESSE LUGAR TEM ALDEIA: OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E A
RETOMADA DA IDENTIDADE ÉTNICA GUERÉM**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Relações Étnicas e
Contemporaneidade, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Relações
Étnicas e Contemporaneidade

Linha de Pesquisa 1: Etnicidade, Memória e
Educação

Aprovado em: 11 de julho de 2023.

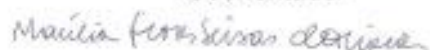
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Valdir de Santana (UESB)
Presidente da Banca/Orientador



Prof. Dr. Carlos Eduardo Costa (UESB)
Coorientador



Profa. Dra. Marília Flores Seixas de Oliveira (UESB)
Examinadora Interna



Prof. Dr. Danilo César Souza Pinto (UESB)
Examinador Interno

**JEQUIÉ
2023**

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral evidenciar os sentidos que os Guerém, em especial os sujeitos do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, localizada no Distrito Guerém em Valença/BA, atribuem ao processo de retomada da identidade étnica e a importância dos saberes tradicionais para a constituição da identidade desse povo. A manutenção da memória coletiva ancestral em torno dos saberes locais e da cultura tem sido foco de diferentes povos e comunidades tradicionais, com destaque para os indígenas. No Distrito Guerém, vêm ganhando notoriedade as mobilizações em torno da retomada da identidade étnica local, sendo os saberes tradicionais situados como pilares no processo de reconstituição da identidade étnica Guerém. As lideranças locais e moradores do distrito, em especial, através de diálogos promovidos pelo Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, têm direcionado sua atenção para esse processo de retomada, atrelando-a também à importância de ressignificar a educação local. O lócus principal da pesquisa é a Aldeia de São Fidélis no Distrito Guerém em Valença/BA. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem etnográfica, que utilizou como técnicas para a produção dos dados a observação participante, o diário de campo, o grupo focal e análise documental. Esta pesquisa demonstrou como os saberes tradicionais, por meio das ações do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém e demais agregados à luta Guerém, são fundamentais no processo de retomada da identidade desse povo. Esses saberes vêm sendo acionados na luta pela retomada, com participação de outros importantes elementos que são comuns nesse processo: o território, a história e a memória local, a formação de redes de parcerias e a educação. Identifica-se também como o processo de retomada se associa aos saberes tradicionais e dialoga com a educação escolar no distrito Guerém. Assim, o trabalho demonstrou que a educação local é, atualmente, o principal ponto de discussão no território Guerém, de forma que as falas dos sujeitos da pesquisa indicaram a crítica à invisibilidade da história e da cultura local nos currículos escolares.

Palavras-Chaves: Saberes tradicionais; Guerém; Identidade étnica; Cultura.

ABSTRACT

This research had the general objective of highlighting the meanings that the Guerém, in particular the subjects of the Coletivo Etnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, located in the Guerém District in Valença/BA, attribute to the process of resuming ethnic identity and the importance of traditional knowledge for the constitution of the identity of this people. The maintenance of ancestral collective memory around local knowledge and culture has been the focus of different peoples and traditional communities, with emphasis on indigenous peoples. In the Guerém District, mobilizations around the resumption of the local ethnic identity have been gaining notoriety, with traditional knowledge placed as pillars in the process of reconstitution of the Guerém ethnic identity. Local leaders and residents of the district, in particular, through dialogues promoted by the Coletivo Etnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, have directed their attention to this process of recovery, also linking it to the importance of giving new meaning to local education. The main locus of the research is the Village of São Fidélis in the Guerém District in Valença/BA. This is a qualitative research, with an ethnographic approach, which used participant observation, field diary, focus group and document analysis as techniques for data production. This research demonstrated how traditional knowledge, through the actions of the Coletivo Etnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém and other aggregates to the Guerém struggle, are fundamental in the process of retaking the identity of this people. This knowledge has been used in the struggle for recovery, with the participation of other important elements that are common in this process: the territory, history and local memory, the formation of partnership networks and education. It also identifies how the recovery process is associated with traditional knowledge and dialogues with school education in the Guerém district. Thus, the work demonstrated that local education is, currently, the main point of discussion in the Guerém territory, so that the research subjects' speeches indicated the criticism of the invisibility of history and local culture in school curricula.

Keywords: Traditional knowledge; Guerem; Ethnic identity; Culture.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é dedicada aos Guerém de Valença e a todos os povos que lutam pelo direito de existir e de vivenciar a vida à sua maneira.

Em razão disso, peço licença para toda energia que emana da natureza, que nos sustenta e nos guia. Ser natureza é entender a magia da vida.

Faço primeiramente agradecimento aos meus familiares por estarem sempre atentos à troca do cuidado e demais afetos que são pilares na caminhada da vida, em especial minha companheira Amanda, minha mãe Mércia e meus irmãos, Renan e Rafeale.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade pela formação e oportunidade de desenvolver este trabalho.

Ao meu orientador Dr. José Valdir e ao coorientador Dr. Carlos Eduardo, não só faço os agradecimentos por suas contribuições neste trabalho, como também enfatizo o respeito e a admiração que tenho por eles.

Um especial agradecimento aos queridos amigos Adonias Ramos, Jefferson Brandão, Avani Nascimento e Rafael Barros que estiveram mais próximos no processo de realização da pesquisa. Agradeço também aos demais amigos e amigas que compartilham comigo a alegria de viver.

Agradeço a todo o povo Guerém de Valença por depositar confiança neste trabalho. Logo no início dos estudos, foi dito que interessaria uma pesquisa feita com os sujeitos do território Guerém e a caminhada se fez assim.

Por fim, mas também o começo, agradeço aos nossos ancestrais, negros e indígenas, que derramaram cada gota de suor e sangue para chegarmos até aqui.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001-Portaria CAPES 206/2018.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Mapa da localização do município de Valença –BA -----	09
Figura 02: Mapa da divisão administrativa de Valença -----	20
Figura 03: Imagem aérea da localização de São Fidélis -----	22
Figura 04: Balneário sobre o Rio Piau na Aldeia de São Fidélis -----	24
Figura 05: Encontro cultural na Igreja de São Fidélis-----	24
Figura 06: Mapa da Freguesias de Jequiriçá, Cairu e Boipeba, 1800. -----	31
Figura 07: Planta da Aldeia de São Fidélis -----	33
Figura 08: Igreja de São Fidélis na Aldeia de São Fidélis, Valença - BA -----	34
Figura 09: Crianças Guerém atravessando o Rio Piau em jangadas. -----	35
Figura 10: Arte de divulgação do curta “Aldeia”. -----	36
Figura 11: Arte de divulgação da prosa "Decolonizando a Aldeia" -----	37
Figura 12: Participação (via Google Meet) de Mestre Grande na prosa "Decolonizando a Aldeia" -----	38
Figura 13: Grupo de Guerém de Valença - BA -----	65
Figura 14: Campanha para a autodeclaração no censo do IBGE 2022 -----	69
Figura 15: Artefatos presentes na identidade Guerém -----	72
Figura 16: Arte de divulgação de evento sobre artesanato Guerém-----	74

Figura 17: Fazer artesanato Guerém - cesto de cipó samambaia -----	75
Figura 18: Munzuá produzido no Guerém -----	75
Figura 19: Pesca distrito Guerém -----	76
Figura 20: Dona Luíza, mestra do saber local Guerém -----	78
Figura 21: Urucum no território Guerém -----	78
Figura 22: Formação Docente: desafios e possibilidades do fazer pedagógico à luz da Lei 11645/2008 no contexto do Distrito Guerém, Valença-BA. -----	85
Figura 23: Diálogo com estudantes em escola do distrito Guerém, Valença-BA. -----	89
Figura 24: Foto da campanha contra o fechamento da Escola Padre José de Anchieta -----	93

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A: Carta aberta pela preservação e recuperação da Aldeia de São Fidélis, Valença -----	108
ANEXO B: Manifesto “O Chamado à Retomada: Em Defesa do Patrimônio Guerém” -----	112
ANEXO C: Carta aberta em defesa da imediata reforma da Escola Municipal Padre José de Anchieta, Aldeia de São Fidélis, Território Guerém em Valença-BA -----	115
ANEXO D: Em defesa da Educação Contextualizada Guerém, nenhuma escola a menos em nosso território -----	117
ANEXO E: Modelo utilizado de autorização para coleta de dados -----	119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA	13
2.1 Minha relação com a pesquisa, os sujeitos e o campo	17
2.2 Caracterização do campo da pesquisa e dos sujeitos	21
3 OS GUERÉM E SUA PRESENÇA HISTÓRICA EM VALENÇA-BA	26
3.1 História dos Guerém em Valença BA	26
3.2 Entre a história e a memória, o Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém	35
4. OS POVOS TRADICIONAIS E SUAS RELAÇÕES COM OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS	40
4.1 Breves reflexões sobre os conhecimentos tradicionais	40
4.2 A sociobiodiversidade e a proteção dos conhecimentos tradicionais	45
4.3 Saberes tradicionais, “cultura com aspas” e a retomada da identidade étnica	51
5. OS SENTIDOS DA RETOMADA E A IDENTIDADE ÉTNICA GUERÉM	61
5.1 A forma de retomada Guerém e a importância do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém	62
5.2 Os saberes tradicionais Guerém na retomada	71
5.3 A educação na retomada Guerém	81

CONSIDERAÇÕES FINAIS -----95

REFERÊNCIAS ----- 99

1 INTRODUÇÃO

[...]Somos terra, somos água. Somos o corpo que a Terra vestiu pra passear [...] (Ailton Krenak)

A frase em epígrafe, de Ailton Krenak (2020), representa um ponto em comum na cosmovisão dos povos originários: a de que a Terra é entendida como um organismo vivo e dinâmico, sendo a humanidade parte deste. Para o autor, a invisibilidade das populações tradicionais, aquelas que em sua visão continuam agarrados à terra, é uma forma eficiente que a “sociedade ocidental” encontrou para não reconhecer as formas sustentáveis de relação com a natureza, como as de tradições indígenas. O autor é contundente em desconstruir ideias de que os elementos que compõem a terra são simplesmente “recursos naturais” a serviço da exploração econômica. Estando também com o olhar atento ao bem viver¹, o pensamento de Krenak é fundamental para entender a força e a potência dos saberes tradicionais.

Os saberes tradicionais, desde o final do séc. XX, estão no cerne de debates e discussões, principalmente na perspectiva da biodiversidade. Isso porque a compreensão da temática em torno dos conhecimentos tradicionais tem mobilizado a produção de pesquisas acadêmicas, mas também de pesquisas realizadas pelas próprias comunidades tradicionais (que elaboram e reelaboram esses conhecimentos) na direção de assegurar seu patrimônio histórico, cultural e biocultural.

Mesmo o Brasil tendo a maior sociodiversidade do mundo, como destaca Carneiro da Cunha (2009), a importância dos saberes tradicionais está longe de um reconhecimento e valorização necessárias. Para a autora, o Brasil se encontra nessa posição privilegiada, mas deixa passar a oportunidade de fazer história no sentido de

1 Bem Viver, segundo Acosta (2016), é uma filosofia de vida experimentada e praticada coletivamente por muitos povos marginalizados ao redor do mundo, principalmente os indígenas, sendo sua base mais conhecida, as lutas populares e formas de resistência impulsionada pelos indígenas bolivianos e equatorianos ao longo da história. O autor explica que o Bem Viver “nutre-se dos aprendizados, das experiências e dos conhecimentos das comunidades indígenas, assim como de suas diversas formas de produzir conhecimentos. Seu ponto de partida são as distintas maneiras de ver a vida e sua relação com a Pacha Mama. Aceita como eixo aglutinador a relacionalidade e a complementariedade entre todos os seres vivos – humanos e não humanos. [...] O Bem Viver tem sido conhecido e praticado em diferentes períodos e em diferentes regiões da Mãe Terra. Forma parte de uma longa busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas pela emancipação e pela vida” (ACOSTA, 2016, p. 73 - 95).

estabelecer um sistema respeitoso de intercâmbio com os povos e comunidades tradicionais.

O problema então se torna achar os meios institucionais adequados para a um só tempo preencher três condições: reconhecer e valorizar as contribuições dos saberes tradicionais para o conhecimento científico; fazer participar as populações que as originaram nos seus benefícios; mas sobretudo, e essa é a mais complexa, preservar a vitalidade da produção do conhecimento tradicional. (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 309).

Essa vitalidade sinalizada pela autora indica que a produção dos saberes tradicionais assim como o respeito e valorização dos sujeitos que o produzem são essenciais para manutenção e continuidade dos sistemas materiais e simbólicos que possibilitam tal produção. Evidencia-se também aí o caráter de o conhecimento local e tradicional estar inserido em um sistema de dinamismo cultural que dá a ele um caráter vivo e transmutado, acrescentando singularidades à sua gênese e formas de transmissão.

Essas características, de estarem associados aos modos de vida locais, conferem aos conhecimentos tradicionais importantes distinções em relação ao conhecimento científico, mas não lhe atribuem um lugar de inferioridade, muito menos de anulação de sua legitimidade. Nessa conjuntura de disputas e lutas em que se inserem os povos tradicionais, os saberes tradicionais têm sido indispensáveis para a reelaboração das identidades étnicas e para a produção da etnicidade desses povos.

Desse modo, um cenário de não fortalecimento da diversidade étnica e de seus conhecimentos, saberes e tradições, principalmente através de modos de vidas originais, como as desenvolvidas pelas comunidades indígenas, colabora para o distanciamento desse processo de (auto)afirmação e valorização étnica, favorecendo, assim, a estruturação de formas de preconceitos.

Nesse sentido, este trabalho aborda a relação dos conhecimentos tradicionais com o processo de *retomada*² da identidade étnica dos Guerém Valença - BA. Esse

2 Abordar sobre retomada pode sugerir vários sentidos conceituais. Alcron (2013) destaca como a retomada para muitos povos indígenas no Nordeste vem ganhando força enquanto estratégia de resistência política, especialmente, em contextos de recuperação territorial de áreas tradicionalmente ocupadas por esses povos, mas que se encontram em posse de não-índios. Para o Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém a retomada faz jus a Convenção n° 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, que reconhece as aspirações desses povos em assumir o controle de suas próprias vidas e formas de organização social. A retomada para os Guerém de Valença, até o atual momento, tem o sentido de recuperação da história local, de reelaboração e reconhecimento da identidade étnica, valorização dos saberes tradicionais locais, e, sobretudo, de construção coletiva da educação local.

processo vem sendo mobilizado pelo Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, formado por lideranças e pesquisadores locais, todos oriundos do Território Guerém, em Valença- BA.

Figura 01: Mapa.



Fonte: Bahia, 2010. SEI, 2010, IBGE, 2010. Valença em relação ao Território de Identidade do Baixo Sul.

Além de se destacar pelo forte contexto socioambiental e pela presença de comunidades tradicionais, sua importância histórica tem sido evidenciada pela população local e por pesquisadores. Esse aldeamento, conhecido como Aldeia de São Fidélis, surgiu com o objetivo de consolidar o domínio da coroa portuguesa a partir da catequização de algumas etnias indígenas, em especial a Guerém, e de facilitar a exploração de madeira no território, em 1720.

Atualmente, o Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, criado por sujeitos autodeclarados Guerém, que desenvolve pesquisa e ações locais no campo da cultura, política, educação e meio ambiente, tem juntado membros e lideranças das comunidades no distrito a pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento para organizar e mobilizar diversas ações no sentido de visibilizar a história e as culturas no distrito. Além de reuniões e rodas de diálogos com pesquisadores e mestres dos saberes locais, nos últimos anos foram realizados projetos de intervenções nas escolas, feiras de exposição e comercialização de produtos locais, produção audiovisual (documentário) sobre a memória e os saberes tradicionais locais no distrito e curso de formação em História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena para educadores locais. Nessas mobilizações, destaca-se a Aldeia de São Fidélis, quase sempre sede dos encontros.

A presença indígena no distrito marca a história da formação do município, principalmente pela etnia Guerém, que foi uma das que povoou o território. Autores que desenvolvem estudos sobre indígenas do Sul da Bahia, como Paraíso (1992), Dias (2007) e Barros (2015) destacam, a partir da historiografia, os processos que influenciaram a formação do aldeamento de São Fidélis.

Atualmente, o município de Valença-BA exerce maior expressão no território de identidade do Baixo Sul. No entanto, ao se tratar das comunidades tradicionais no município, a reafirmação das identidades destas se dá muito mais por meio de organizações e lutas travadas por essas comunidades do que pelo reconhecimento da população valenciana.

As comunidades tradicionais situadas no município, como Associação Cultural e Religiosa Terreiro Caxuté, os Quilombos Candimba e Rio Vermelho, entre muitos outros, são referências na região no tocante à relação sustentável com o meio ambiente e na produção e reprodução de saberes locais e tradicionais que enriquecem a cultura local e territorial. No entanto, seus territórios e modos de vida são constantemente pressionados e disputados, principalmente pelo alargamento de projetos de especulação imobiliária e de empreendimentos turísticos com pouco ou nenhum caráter popular. Essa situação influencia, já há algum tempo, a percepção dos moradores locais do município, sobre um conflito entre a ideia do “progresso” apresentado pelos empreendimentos privados e a ideia de “atraso” representado pelos modos de vida tradicionais.

A manutenção da memória coletiva ancestral em torno dos saberes locais e da cultura tem sido demonstrada nas comunidades do distrito como forma de reorganização e fortalecimento da identidade étnica e local, principalmente através dos saberes tradicionais locais. Estes estão muito presentes por meio do uso das folhas e ervas medicinais, que fazem parte do dia a dia das comunidades no distrito Guerém; da cultura do urucum, que é uma planta que faz parte da tradição e da memória indígena e é cultivada na produção de corante e utilizada em várias receitas no distrito; da pesca artesanal de jangada com técnicas de preparo específicas das comunidades, da produção do artesanato e demais saberes que fazem parte da memória e da cultura local.

As lideranças locais e moradores do distrito, nesse sentido, em especial através de diálogos promovidos pelo Coletivo Étnico Cultural já referido, têm direcionado sua atenção para as questões que envolvem a reconstituição da memória e da identidade étnica atrelada à dimensão dos saberes tradicionais, mas também da importância de ressignificar a educação local.

Nesse processo de retomada da identidade étnica Guerém, a educação escolar local tem sido um dos principais temas debatidos na comunidade. São levantados muitos questionamentos sobre o fato de que a educação escolar local não abarca a história, a cultura local e, principalmente, os saberes tradicionais produzidos na comunidade. Esse cenário da educação escolar, de modo geral, tem sido alvo de disputa pelos povos tradicionais, no sentido de situar a educação escolar como espaço de valorização e de fortalecimento da identidade, da cultura e dos saberes tradicionais.

Nesse cenário de recuperação da história e da memória acerca da presença indígena no território Guerém, ganham notoriedade as mobilizações em torno da retomada e da reelaboração da identidade étnica local, sendo os saberes tradicionais um marcador diacrítico acionado pela comunidade, situado como um dos pilares do processo de retomada da identidade étnica. Dessa forma, nesta pesquisa, busca-se responder à seguinte questão: *Quais os sentidos que os Guerém em Valença-BA, em especial os sujeitos do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, atribuem aos saberes tradicionais de seu povo e a importância desses saberes para a retomada de sua identidade étnica?*

A partir da questão de pesquisa, definiu-se como *objetivo geral* evidenciar os sentidos que os Guerém, em especial os sujeitos do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, localizada no Distrito Guerém em Valença/BA, atribuem ao processo de retomada da identidade étnica e a importância dos saberes tradicionais para a constituição da identidade desse povo. Para isso, buscamos recuperar a história e a memória da presença indígena no território em que se situa a comunidade da Aldeia de São Fidélis; analisar a relevância dos conhecimentos tradicionais para o processo de retomada da identidade étnica Guerém; identificar como o processo de retomada atrelado aos saberes tradicionais dialoga com a educação escolar no distrito Guerém.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos: o primeiro capítulo de introdução o qual apresenta uma contextualização geral da pesquisa. Em seguida, o segundo capítulo, intitulado “*Perspectiva metodológica*”, apresenta o tipo de pesquisa, as técnicas e procedimentos metodológicos utilizados para a sua realização, assim como a caracterização do campo e dos sujeitos da pesquisa.

O terceiro capítulo, “*Os Guerém e sua presença histórica em Valença-BA*”, recupera a presença histórica dos *Guerém* em Valença - BA, em diálogo com autores como Marcelo Díaz (2007), Luiz Mott (2010) e Rafael Barros (2015), além de situar a organização dos Guerém em torno da reconstrução da memória local;

O quarto capítulo, “*A importância dos conhecimentos tradicionais para os povos tradicionais*”, aborda a importância dos conhecimentos tradicionais para as populações tradicionais, com destaque para os povos indígenas. Está dividido em três seções: a primeira trata de reflexões sobre os conhecimentos tradicionais, trabalhando as noções e conceitos que envolvem os conhecimentos tradicionais, assim como sua relação com o conhecimento ocidental, com suporte em autores como Daniel Munduruku (2020), Manuela Carneiro da Cunha (2009) e Toledo e Barrera-Bassols (2015); na segunda seção, discorre-se sobre a sociobiodiversidade e a proteção dos conhecimentos tradicionais, tratando da relação dos povos tradicionais com a biodiversidade e explorando as principais legislações em torno da proteção dos conhecimentos tradicionais, a partir de autores como Antônio Carlos Diegues (2019), Denízia Kawany Fulkaxó (2021) e o próprio documento da Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Para finalizar o capítulo, a terceira parte faz referência aos saberes tradicionais, “cultura com aspas” e a retomada da identidade étnica dos grupos

étnicos, em especial as indígenas, com evidência aos aspectos da luta política pela manutenção da sobrevivência dos grupos tradicionais e por direitos políticos e sociais.

No quinto capítulo, “*Os sentidos da retomada e a identidade étnica Guerém*”, analisam-se os sentidos dados ao processo de retomada para os Guerém, destacando a importância do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém e sua luta pelo autorreconhecimento e reconhecimento da identidade étnica desse povo.

2 PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Esta pesquisa tece seu caminho teórico e metodológico fundamentada na relação entre os saberes tradicionais e o movimento em torno da *retomada* da identidade étnica dos *Guerém, da Aldeia São Fidélis, localizada em Valença/BA*. Metodologicamente, esta pesquisa considerou como fonte de dados aspectos subjetivos e práticos de organização social e política em torno de um processo coletivo, a etnicidade. Assim sendo, este estudo orienta-se por uma abordagem de natureza qualitativa (GATTI; ANDRÉ, 2013; LÜDKE; ANDRÉ, 2013).

As abordagens ou os métodos qualitativos de pesquisa, segundo Gatti e André (2013, p. 29), têm suas origens nos séculos XVIII e XIX, “quando vários sociólogos, historiadores e cientistas sociais, insatisfeitos com o método de pesquisa das ciências físicas e naturais que servia de modelo para o estudo dos fenômenos humanos e sociais, buscaram novas formas de investigação”. No campo da educação, os métodos qualitativos ganham destaque na década de 1960, marcada “por vários e fortes movimentos sociais, pelas lutas contra a discriminação racial, pela igualdade de direitos” (2013, p. 30).

Assim, as pesquisas chamadas qualitativas vieram a se constituir em uma modalidade investigativa que se consolidou para responder ao desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias e pessoais (GATTI; ANDRÉ, 2013, p. 30).

Ademais, como destaca Goldenberg (2004, p. 49), a obtenção de dados pela “pesquisa qualitativa objetiva uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social”.

Diante disso, para realização desta pesquisa, utilizaram-se os seguintes passos: Em um primeiro momento, a pesquisa identificou e destacou características gerais que conformam o território do distrito Guerém em Valença/BA, dando ênfase a aspectos históricos, geográficos, ambientais, políticos e culturais que, enquanto elementos materiais e imateriais, influenciam a composição identitária da comunidade. Nesse passo, foram realizados levantamentos bibliográficos sobre a região e visita *in loco* como observação participativa. Em seguida, foi feita uma revisão bibliográfica da relação dos povos e comunidades tradicionais e locais com os saberes tradicionais, como também dos processos de etnogênese, em especial dos grupos indígenas.

Dessa forma, evidenciam-se aqui questões de etnicidade, etnoconhecimento, cultura, memória e identidade. O segundo momento compreendeu a fase de trabalho de campo etnográfico (PEIRANO, 1995; OLIVEIRA, 2013).

Para melhor compreensão dos aspectos de identidade e de cultura da comunidade, foi feito um recorte que priorizou o lócus onde vêm sendo levantados os debates em torno da emergência da identidade étnica, origem, sentimento de pertença e os modos de vida e de organização social no distrito de Guerém. Metodologicamente, delimitou-se o espaço geográfico da Aldeia de São Fidélis, por ser o local onde foi implantado o antigo aldeamento de São Fidélis e por atualmente ser o centro de encontro das atividades do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém e de demais ações que visam à retomada da identidade étnica Guerém.

Os “dados” desta pesquisa foram produzidos com o suporte das seguintes técnicas de pesquisa: *observação participante*, *grupo focal*, *diário de campo* e *análise documental*. Foram acompanhados também de instrumentos como o gravador, a fim de registrar os depoimentos orais dos atores sociais envolvidos; utilizou-se, ademais, o diário de campo, que foi crucial para o registro de experiências, gestos, emoções e situações nem sempre captáveis por outras técnicas de pesquisa.

Uma dessas etapas fundamentais foi a *observação*, que constituiu um importante recurso metodológico, por possibilitar percorrer muitos momentos da pesquisa que, segundo Gil (2008, p. 100), envolve “desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados”.

No andamento da pesquisa, foi empreendida a *observação participante* que, conforme Gil (2008, p. 103), consiste na participação real na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada, “daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo” (GIL, 2008, p.103).

A observação direta, conforme Ludke e André (2013, p. 31), “permite também que o observador chegue mais perto da “perspectiva dos sujeitos”, um importante alvo nas abordagens qualitativas”. Por conseguinte, “na medida em que o observador acompanha *in loco* as experiências diárias dos sujeitos, pode tentar apreender a sua visão de mundo, isto é, o significado que eles atribuem à realidade que os cerca e às suas próprias ações” (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p. 31).

O diário de campo, na perspectiva de Minayo (2009, p. 71), é o principal instrumento de trabalho de observação “[...] que nada mais é que um caderninho, uma caderneta, ou um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas”, central para a realização de pesquisas que seguem “uma linha mais próxima da etnografia, com influência da Antropologia e da Sociologia” (GATTI; ANDRÉ, 2013, p. 31).

Durante o processo de observação, foram feitas importantes anotações sobre a organização do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, assim como a participação da comunidade nas mobilizações em torno da afirmação da identidade local. Sendo assim, a técnica de observação e diário de campo foram importantes nas visitas em campo, assim como nos momentos dos encontros online realizados pelo Coletivo.

Após a flexibilização da pandemia de Covid-19 em 2022, foram feitas visitas presenciais à comunidade, com trabalho de campo durante algumas ações, como a de exibição de filmes sobre a comunidade, na reunião em torno da recuperação da Igreja de São Fidélis, em feiras de exposição e comercialização dos produtos da comunidade e nas discussões sobre a educação no território Guerém. De forma presencial, entre agosto de 2021 e janeiro de 2023, foram seis visitas para trabalho de campo na comunidade.

A observação participante e o diário de campo também foram fundamentais para acompanhar as ações no ambiente *online*. A principal ação desenvolvida nesse aspecto foi o curso na modalidade à distância intitulado “Formação Docente: desafios e possibilidades do fazer pedagógico à luz da Lei 11645/2008” no contexto do Distrito Guerém, Valença-BA.

O curso foi realizado para a formação de educadores no Distrito Guerém visando atender à necessidade de pensar uma educação local contextualizada com a cultura e a história da comunidade. Contou com uma especial organização coletiva, além do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, centros formais de educação superior, diversos profissionais do campo da educação e mestres e mestras dos saberes locais no Distrito Guerém. Além de acompanhar o referido curso na condição de pesquisador, com o orientador deste trabalho Dr. José Valdir para fazer a apresentação de abertura sobre a educação na perspectiva das relações étnico-raciais e este pesquisador enquanto monitor, construindo momentos de leituras e diálogo com um grupo de professores locais.

Outra técnica utilizada foi a análise documental. O Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, com algumas parcerias, esteve envolvido na produção do curta metragem documentário “Aldeia” que conta um pouco da história da Aldeia de São Fidélis, e de encontros virtuais³ com mestres e mestras dos saberes locais, pesquisadores da temática indígena e lideranças locais intitulado “Prosas Decolonizando o Guerém”. Os materiais em questão estão repletos de informações pertinentes à pesquisa, apresentando aspectos relevantes sobre o processo de retomada, além de recuperar elementos da história e da memória local.

Foi utilizada a entrevista em grupo, na forma de grupo focal (BARBOUR, 2009), com os membros do Coletivo Étnico Cultural que atuam diretamente na mobilização e organização das discussões em torno da retomada da identidade étnica na comunidade. A escolha foi por entrevista de natureza qualitativa, pois não demanda uma conduta uniforme e estática do roteiro de questões e da condução da entrevista. Ademais, segundo Mattar e Ramos,

Grupos focais são um tipo de entrevista em grupo em que se discute um tema de interesse para a pesquisa, produzindo, assim, uma visão do grupo, e não de um indivíduo, como no caso das entrevistas individuais; essa visão de grupo emerge a partir da interação entre os participantes, guiada por um moderador, que faz perguntas para estimular o debate e, ao mesmo tempo, procura manter a discussão focada (2021, p. 255).

O grupo focal se colocou como uma opção mais viável por ser um tipo de entrevista que tem como objetivo analisar a comunicação e a interação entre os participantes sem se prender à mesma questão ou roteiro fixo de perguntas para cada integrante do grupo por vez. É organizado através de um guia de tópicos (roteiro) acompanhado de seleção de estratégias e materiais que estimulem e incentivem a interação, como afirma Barbour (2009).

O grupo focal foi realizado no dia 02 de junho de 2022, via *google meet*, com os membros do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém. A escolha por fazer de forma *online* foi devido à dificuldade de encontro presencial, principalmente, pela agenda concorrida dos membros do Coletivo, que estavam em cumprimento de atividades acadêmicas e políticas. Participaram ao todo oito pessoas,

3 Materiais do Canal vital do Coletivo, disponíveis para acesso em:
<https://www.youtube.com/@aldeiadistritoguerem-valen7555>

contando o mediador, colaboradora (Amanda Nogueira, companheira e professora do curso técnico de Nutrição no CEEP de Valença -BA) e membros do Coletivo.

O grupo focal aconteceu de forma tranquila, durando um pouco mais que 02 horas. Utilizou-se um roteiro para dar suporte e direcionamento às questões da pesquisa. Foi dado foco à organização e à atuação do Coletivo nesse processo de recuperação da identidade étnica Guerém e a relação com temas centrais nesta pesquisa, como dos saberes tradicionais, identidade étnica, cultura, educação e memória.

2.1 Minha relação com a pesquisa, os sujeitos e o campo

A minha trajetória pessoal a partir de minhas origens familiares e da trajetória de formação educacional e profissional levaram-me à construção deste trabalho.

Sou de Cruz das Almas, cidade situada no Recôncavo Baiano. Faço parte de uma família de trajetória popular, negra, que também carrega, mesmo sem a preocupação do pertencimento, memórias da ancestralidade indígena, as quais, hoje, são muito menos lembradas, principalmente pela quantitativa perda dos mais velhos da família.

Esses marcadores presentes na família foram fundamentais para despertar um primeiro processo de autorreconhecimento em relação à minha identidade étnico-racial, assim como suscitar o interesse por demais grupos de populações negras e indígenas que se situam nesse contexto de afirmação de suas identidades, como em especial os Guerém.

Outra questão nesse âmbito está relacionada presença de muitos professores e professoras na família. A minha primeira formação acadêmica foi Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V, em Santo Antônio de Jesus-Ba, ingressando no semestre 2012.1. A opção por um curso no âmbito das ciências humanas partiu do meu interesse, florescido desde cedo, em estudos na área cultural e ambiental associados à educação.

Logo após a conclusão do curso de graduação em 2017, fui aprovado no processo seletivo da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, para lecionar no Colégio Estadual Idelzito Eloy De Abreu, em Ituberá-Ba, onde trabalho com as disciplinas Geografia, Sociologia, História dos Meus Ancestrais e História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Na escola, lido com estudantes de diferentes contextos e realidades, principalmente jovens de comunidades tradicionais que, em muitos momentos, apresentam impasses quanto à identificação e à afirmação étnico-racial. Fator advindo de um contexto geral do pouco trabalho de educação e valorização étnica, cultural e territorial dos povos e comunidades tradicionais locais. Nesse sentido, interesse-me por um trabalho que tenha como foco a valorização dos conhecimentos e saberes de povos tradicionais sistematizados em processos educacionais. Essa questão tem tomado centralidade no meu trabalho como professor e educador, caminhando, dessa forma, na direção de uma sensibilização dos estudantes em relação às práticas culturais e socioambientais que permeiam esse campo dos saberes.

Este trabalho foi desenvolvido no município de Valença-BA, onde residi por quase todo o processo de realização da pesquisa. O primeiro contato que tive no Distrito Guerém foi para realização de um “aulão” comunitário, enquanto professor da área de Ciências Humanas, numa escola local, em 2019. O convite foi feito por Adonias Ramos⁴ que pensou essa ação para os jovens da comunidade que pretendiam prestar vestibular para o curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.

A partir desse momento, foram se estabelecendo alguns laços com pessoas do distrito, uma vez já estavam acontecendo algumas mobilizações naquele período nas comunidades do distrito. A ideia de pesquisar sobre os Guerém de Valença, mais precisamente, veio a se consolidar em mais uma visita ao distrito, na Aldeia de São Fidélis, onde Jefferson Brandão⁵, já conhecido de outros espaços, expõe o processo de mobilização em torno da retomada da identidade étnica e me apresentou a moradores locais e demais sujeitos autodeclarados Guerém do recém-formado Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém que junto com outros grupos articulavam o processo de mobilização em torno da retomada Guerém.

No período de 2021, quando iniciamos a pesquisa, estava residindo na cidade de Valença. Para chegar até o Distrito Guerém, era necessário algum tipo de transporte, normalmente vans, ônibus ou mototáxi. O percurso do centro de Valença até a Aldeia de São Fidélis é quase 10 km.

4 Um dos sujeitos da pesquisa, membro do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém.

5 Idem

Na primeira visita de campo ao Distrito Guerém, no primeiro semestre de 2021, já na perspectiva do trabalho de campo, fui até a casa de Jefferson, convidado para um café numa tarde de domingo. Nesse dia, Jefferson me levou para conhecer a lagoa considerada milagrosa pelos católicos e a igreja que simboliza o processo histórico de catequização, que é, atualmente, utilizada de forma estratégica para as reuniões e encontros em torno da retomada Guerém. No caminho, encontramos um morador antigo do distrito que contou um pouco da história local, principalmente desse aspecto religioso que remete à tradição católica, muito forte no distrito.

À época, as gravações ainda muito recentes sobre o filme “*Aldeia o Curta*” estavam muito presentes nas memórias da população local. Nesse contexto, fui percebido pelos mais velhos da comunidade como alguém que estava ali para reportar, de alguma forma, esse aspecto da cultura e memória local.

Na segunda visita à comunidade, em junho de 2021, participei de uma feira de alimentos agroecológicos e da agricultura familiar, realizada pela Associação de Pequenos Produtores Rurais da Aldeia e Gereba - ASPAG. Além de fazer algumas anotações sobre os produtos presentes na feira, como o corante local de urucum, licor de limão rosa, biscoitos e frutos como rambutã, cupuaçu, cajá, graviola, pitaya e outras, nessa visita conversei com Avani Nascimento, que me mostrou o espaço da sede da ASPAG e, também, com dona Dete, que falou das mudanças ao longo do tempo na Aldeia de São Fidélis, relatando que muitas pessoas chegaram à comunidade e o espaço foi se modificando, mas, mesmo assim, continua sendo um lugar rico em conhecimentos locais.

Notei também nesses encontros os laços de solidariedade e de aliança na comunidade. As pessoas que frequentam a feira, por exemplo, não só compravam os produtos como gostavam de parar para tomar um café e prostrar com os demais presentes.

Em outro momento, fui convidado pelos sujeitos do Coletivo para participar de uma reunião com representantes do Instituto Federal Baiano. A reunião aconteceu no próprio campus da instituição, que fica no Distrito Guerém, no segundo semestre de 2021. A reunião aconteceu em um sábado pela manhã. Nesse dia, precisei negociar com a escola onde leciono, pois seria sábado letivo. Fiz algumas anotações sobre os questionamentos dos representantes da comunidade, que relatavam a necessidade de ampliação de uma política de assistência e de permanência estudantil para os estudantes do distrito, além da necessidade de parcerias em relação à produção

agrícola local. Em uma das falas, Adonias e Jefferson ressaltaram a importância de formações nas comunidades que não sejam com carácter pontual, mas que tenham uma dimensão de continuidade e dialogue com as tradições locais. O representante da instituição se mostrou no momento aberto ao diálogo e justificou problemas relacionados aos cortes no orçamento feitos pelo governo federal à época.

A cada visita de campo, também pude perceber que se fortaleciam as afirmações em torno das identidades étnicas no distrito, principalmente campesina, quilombola e indígena. Em mais uma visita à Aldeia de São Fidelis, na companhia de Adonias, estabelecemos um diálogo mais específico sobre essas questões. Ele se mostrava empolgado e encantado com a retomada da história da presença indígena no território e como se conectava com a sua própria história e de seus familiares.

Ainda em 2021, participei de um encontro realizado na Igreja da Aldeia De São Fidélis, o qual foi marcado pela diversidade. Em um primeiro momento, ocorreu a apresentação e um diálogo sobre Filme “Aldeia o Curta”; em seguida, um momento de escuta com os moradores locais sobre a educação local e logo depois apresentações culturais com o samba de roda do próprio distrito.

A convite do Coletivo, estive mais uma vez no Distrito Guerém, no início de 2022. Dessa vez, para participar de um encontro em que se organizaria o evento “Descolonizando a Aldeia”, focado na questão educacional. Esse momento foi muito rico para a pesquisa, pois demonstrou a real preocupação dos Guerém em relação à educação local. Foram muitos os relatos referentes à ausência dos conhecimentos e história local nas suas formações. Nesse encontro, foram pensadas ações para as escolas no distrito, como de produção de material pedagógico, formação de professores na perspectiva das relações étnico-raciais, contação de história e atividade culturais com grupos culturais locais. Esse encontro durou um dia inteiro, com intervalo apenas para almoço quando cada pessoa levou um preparo para ser compartilhado coletivamente na casa de Adonias.

O contato com os Guerém no segundo semestre de 2022 se deu muito mais de forma *online*, em especial a realização do grupo focal. Já em 2023, no mês de abril, fui convidado para participar da prosa “Decolozinado a Aldeia”. Em um espaço direcionado aos pesquisadores que fazem pesquisa no distrito. Nesse espaço, apresentei o trabalho, mesmo ainda em processo de escrita e os Guerém se mostraram entusiasmados com a pesquisa.

2.2 Caracterização do campo da pesquisa e dos sujeitos

O município de Valença está localizado no litoral do estado da Bahia, ocupa uma área de 1 124,657 km² e sua população, em 2020, era de 97. 233 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020). Está a uma distância de 255 km da capital do estado, Salvador. Situa-se em uma região de clima tropical úmido e encontra-se a 39 m de altitude.

Localizado no território de identidade do Baixo Sul, o município faz divisa com os municípios de Cairú, Taperoá, Jaguaripe, Laje, Mutuípe, Presidente Tancredo Neves, sendo considerada a principal cidade, por ser o núcleo polarizador, sobretudo no que concerne às relações de comércio e serviço.

O município está dividido em cinco distritos, sendo o distrito sede o de mesmo nome, onde se encontra a cidade de Valença. Nesta pesquisa, o foco foi o Distrito Guerém, que está localizado na parte oeste do município como destaca o mapa abaixo.

Figura 02: Mapa.

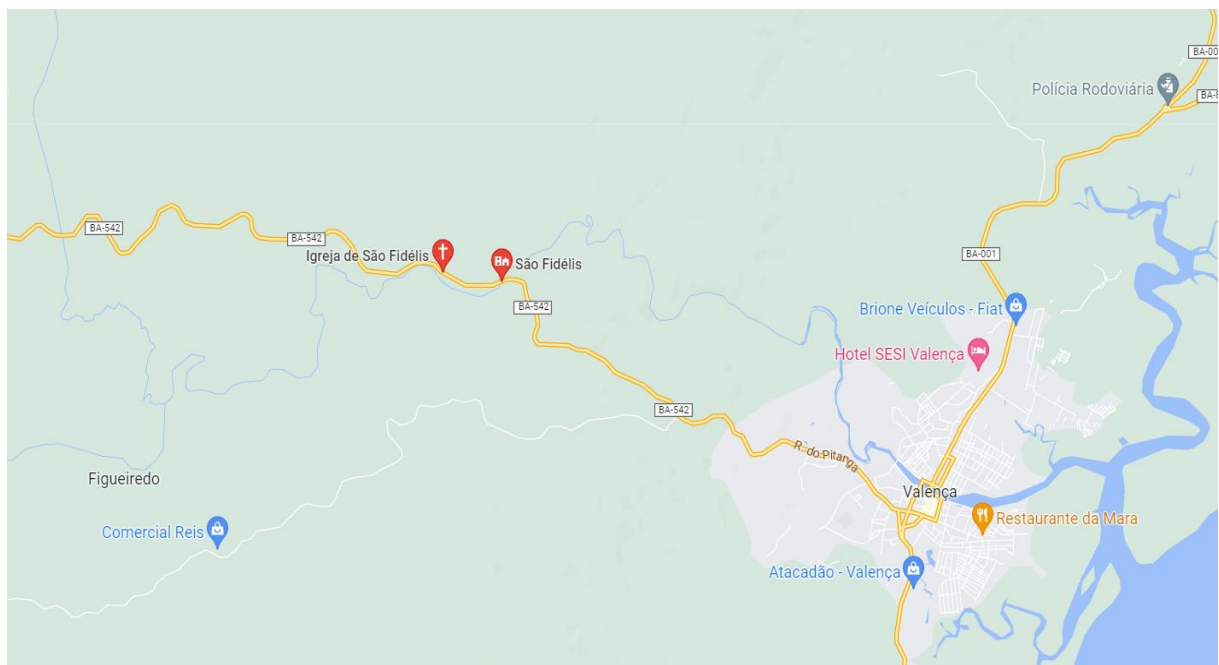


Fonte: Mapa Municipal Estatístico IBGE - 2010.
 Elaboração: Jocel M. Barreto (2015)
 Valença: Divisão Administrativa.

O atual Distrito de Guerém, pertencente ao município de Valença – BA, segundo o IBGE, possuía, em 2010, uma população de 5.840 habitantes, com um total de 1.976 domicílios. No Distrito de Guerém, o principal núcleo urbano é o Bonfim, povoado com maior concentração populacional e fluxos de atividades econômicas. Fazem parte do distrito, por exemplo as comunidades de Aldeia de São Fidélis, Riacho das Pedras, Orobó, Gereba, Una Mirim, Derradeira, Tatu, Piau, Riachão, Matão, Gameleira, Tukum Mirim, Oteiro Alto, Jiquiriça, Retiro, Formiga, Três Missas, Três Jueranas, Tacanha Grande, Caboclo, Gendiba, Ouro Preto, Julião, Jussara e outras.

Nesta pesquisa, o foco de estudo estava na Aldeia de São Fidélis, comunidade localizada no Distrito Guerém.

Figura 03: Imagem aérea da localização de São Fidélis



Fonte: Google Maps

A comunidade da Aldeia de São Fidélis situa-se às margens da BA 542 e se localiza a cerca de dez quilômetros da entrada da cidade de Valença. Conta com um quantitativo de moradores (não informado) que vive sobretudo da agricultura de pequena escala e de empreendimentos de lazer, como bares e restaurantes em balneários às margens do Rio do Piau. Um dos principais locais da comunidade é a

Igreja de São Fidélis que, além das atividades religiosas, sedia festejos, reuniões e demais atividades que transmitem a história e a cultura local.

Figura 04: Balneário sobre o Rio Piau na Aldeia de São Fidélis.



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2021.

Por estar no centro das discussões sobre o processo de retomada da identidade Guerém, a Aldeia de São Fidélis foi o principal lócus de investigação desta pesquisa. Como já referido, os principais sujeitos envolvidos nesse processo foram os sujeitos do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém.

Figura 05: Atividade presencial do Decolonizando o Guerém na Igreja de São Fidélis



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2021.

Constituíram sujeitos desta pesquisa os indivíduos do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém. Eles são moradores do Distrito de Guerém, que, além das ações do Coletivo, acumulam relação de pertencimento com a identidade Guerém, muitos desenvolvendo até intervenções na área de educação, cultura e meio ambiente, como também pesquisas acadêmicas no distrito.

Como já referido, com os membros do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, foi realizada uma entrevista do tipo grupo focal, que contou com seis participantes que compõem o Coletivo. Houve apenas uma ausência devido a problemas pessoais. Importante destacar que, além dos sujeitos que exercem as principais funções, o Coletivo agrega associados e parceiros que somam na construção das ações do grupo. No entanto, optamos pelos membros fundadores do Coletivo pela estratégia de explorar mais profundamente as questões que preocupam este trabalho.

Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

Nome	Autoapresentação
Avani Santos do Nascimento (Pyrauna Jyquyryça Watu Kren)	Guerém; Coordenadora de Patrimônio Material do Coletivo; Guardadora comunitária da igreja e Auxiliar escolar.
Adonias Eusébio Ramos	Guerém; Coordenação de Educação do Coletivo; Educador social e comunitário – Licenciado em Educação do Campo (UFRB).
Demisson dos Santos Nascimento	Guerém; Educador popular; Licenciado em Geografia (UNEB).
Jefferson Duarte Brandão (Ybyra Ybyraçu Anté Kren)	Guerém; Extrativista e Artesão; Coordenador do Patrimônio Imaterial e Biocultural do Coletivo; Mestre em Educação do Campo (UFRB).
Jilzinê Araújo dos Santos	Guerém e fotógrafo, estudante de Educação Física e Coordenador do setor de audiovisual do Coletivo.

Ubirailda Santos De Jesus Santos	Professora/educadora do campo no Distrito Guerém.
----------------------------------	---

Fonte: Vieira (2022).

No quadro acima, estão identificados os participantes com uma breve apresentação feita pelos próprios participantes. Todos se apresentaram demarcando sua identidade étnica Guerém e apontando algumas de suas ocupações, principalmente profissionais.

O estabelecimento de contato para a realização do grupo focal se deu principalmente com Pyrauna Jyquyryça Watu Kren, que é a pessoa que está à frente no Coletivo e fica responsável pela organização da agenda do grupo.

O grupo focal foi organizado a partir de um roteiro que perpassou inicialmente a (auto)apresentação dos membros do Coletivo e seguindo temas que se entrelaçam ao objetivo desta pesquisa, como questões relacionadas ao processo de retomada da identidade, os saberes tradicionais locais, memória e a educação local.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CAAE: 57358322.0.0000.0055, Número do Parecer: 5.347.778).

3 OS GUERÉM E SUA PRESENÇA HISTÓRICA EM VALENÇA-BA

Este capítulo objetivou evidenciar parte da história dos Guerém em Valença - BA. Primeiro, por meio de uma contextualização das sociedades indígenas no Brasil e, logo em seguida, destacou-se a história dos Guerém em Valença-BA. Autores como Marcelo Díaz (2007), Luiz Mott (2010) e Rafael Barros (2015) foram utilizados para fundamentar este capítulo.

3.1 História dos Guerém em Valença BA

No contexto de consolidação do sistema colonial, foram estruturadas as capitanias hereditárias como forma de administração e exploração econômica do território brasileiro. No século XVI, foi criada, pelo rei português Dom João III, a Capitania de Ilhéus, no litoral sul do atual estado da Bahia, que contemplava um vasto território chegando aproximadamente a 50 léguas de costa e de grande extensão no sentido leste-oeste, chegando até onde hoje se encontra a cidade de Brasília.

Nessa perspectiva de afirmação dos objetivos do poder colonial, era direcionadas, no caso das capitanias de ilhéus, ao donatário fidalgo Francisco de Figueiredo as obrigações dirigidas pela coroa portuguesa, que eram, principalmente, de “povoar a capitania através da doação de terras para cultivos e produção de açúcar, estabelecer povoações e vilas e promover a aplicação das leis e a religião do reino” (MARCIS, 2013, p.1).

Essa nova estrutura representou grandes rompimentos e tensões nas relações entre colonos e indígenas. Alguns grupos étnicos considerados mais resistentes, como o denominado genericamente Aimoré/Guerém, foram impactados de tal forma que muitos buscaram se refugiar no interior das matas e, mesmo assim, continuavam sendo alvos de ofensivas sertanejas.

Esses povos indígenas, segundos Dias (2007), faziam constantes frentes de resistência contra o projeto escravagista dos colonos, processos também de contra-ataque que, conforme Barros (2015, p.62), marcaram parte da história da capitania, já que “os primeiros ataques de Aimoré à Capitania de Ilhéus datam de 1565, ficando conhecidos pela historiografia como Guerra dos Aimoré”.

Os Aimoré/Guerém foram logo classificados como selvagens, agressivos e perigosos ao interesse da coroa portuguesa. Dessa forma, logo no início do século

XVIII, “são organizadas inúmeras jornadas ao sertão da Capitania dos Ilhéus, para combater os índios que estavam atacando as vilas da região, principalmente Cairu, Camamú e a povoação do Rio de Contas” (BARROS, 2016, p.62). O autor complementa expondo a visão do colonizador sobre os Guerém:

[...] Gueren são “coisas” incapazes de manter suas formas tradicionais de ocupação e exploração das terras que habitavam. Essa noção reforçava a ideia de que os povos indígenas eram empecilho aos projetos de consolidação da colonização. Para que esse problema fosse solucionado, era-lhes imposta pelos colonizadores sua inclusão nos padrões da sociedade dominante, através dos aldeamentos, ou eram enquadrados como objeto de Guerra Justa. (2015, p.60).

É válido ressaltar que o etnônimo Guerém, assim como Aimoré, esteve sob uso e manipulação da sociedade colonial e de seus interesses. Paraíso (p.428) sinaliza que informações sobre Aimoré, também chamados de Tapuia ou Botocudos, “datam dos primeiros anos de tentativa de colonização do país”. E já no século XVII a documentação desse período “passa a identificá-los crescentemente de Gren, Gueren ou Kren”. Nesse mesmo sentido, segundo Marcis (2013, p. 239),

A identificação étnica dos diversos povos indígenas generalizados como Aimoré pode ser compreendida a partir do conceito de emergência étnica. Grupos indígenas passaram a adotar a denominação étnica de Guerén e Grén, individualizada e adaptada às circunstâncias históricas do contato e inserção na estrutura política e administrativa imperial portuguesa instalada.

Esses etnônimos ligavam-se a outros aspectos da etnicidade e da identidade dos grupos indígenas, principalmente a língua, conteúdos culturais e a própria relação estabelecida com o território. Barros (2016, p.62) explica que:

[...] não foram em todos os casos que os etnônimos estavam unicamente ligados às dominações desenvolvidas pelos portugueses durante o estabelecimento da sociedade colonial. Pelo contrário, o processo de seu surgimento e os seus significados estavam diretamente relacionados aos mecanismos de sobrevivência desenvolvidos pelas populações.

No caso dos etnônimos gueren e gréns, Marcis (2013, p.238) explica que pesavam sobre eles os processos de resistência contra os colonos, pois eram constantes alvos de denúncia de ataque às vilas, destruição de patrimônio e morte de colonos. Para a autora, só então “pós as guerras, no século XVII, aparece, com mais frequência, a denominação guerém ou gréns como parentes, ou como sinônimo de Aimoré”.

Segundo Barros (2015, p.17), foram os índios Guerém um dos mais emblemáticos personagens da capitania de Ilhéus, “os quais foram descritos como malfeitores, criminosos e facínoras por inúmeros autores. O seu etnônimo tem como principal legado assassinatos, roubos, raptos e violências”.

Tudo isso foi fundamental para ampliar as chamadas “guerras justas” que justificavam a escravização indígena. Salienta Barros (2015, p.17) que “ao analisar as fontes e o contexto de zonas de expansão das fronteiras que a capitania estava inserida, é que se pintavam os índios com tintas de selvagens para se justificar a guerra justa e por fim o seu cativeiro”.

Evidentemente que se alargaram aí formas de controle e de dizimação dos povos indígenas por parte dos colonos, principalmente para conter e eliminar as formas de resistência dos indígenas que estavam contrárias ao projeto colonial. Exemplo disso são as políticas de aldeamento, que tinham como objetivo, além da demarcação de exploração econômica local, religiosa e de oferecer “segurança” à civilização de povos indígenas.

Numa antologia dos índios misturados, Pacheco de Oliveira (1998) discute que a “mistura” associa povos indígenas como uma fabricação distorcida e ideológica, que faz parte de certa circunstância histórica. O autor aponta três momentos históricos em que esse processo se torna mais perceptível. A primeira mistura, segundo o autor, teria sido proporcionada pelas missões religiosas que serviam ao projeto colonial de expansão territorial, através da política de assimilação, falavam na possibilidade de salvação divina dos índios mansos que não ofereciam aparentemente perigo à estrutura colonial. A segunda mistura seria o estímulo aos casamentos interétnicos que inseriu colonos brancos nos antigos aldeamentos indígenas com algum privilégio sobre as terras. E a terceira mistura, considerada pelo autor como a mais radical, foi introduzida com a Lei de Terras de 1850, quando o governo, a partir de então estimulou a posse de terra pelos não indígenas, justamente nas áreas dos antigos aldeamentos indígenas, dando início ao mais intenso processo de desterritorialização desses povos.

A política de aldeamento foi essencial para o projeto de colonização, visto que contribuiu para a formação de tropas militares para oferecer defesas contra-ataques indígenas e de formação de estruturas de mão de obra indígena. Os indígenas foram inseridos e adaptados a diferentes funções que eram administradas, quase sempre, por missionários, em especial os jesuítas.

Esse projeto civilizatório de prejuízo incalculável para os indígenas facilitaria as relações de dominação, e logo seria mais lucrativo aos interesses dos colonos. Apesar de representar um projeto massivo de aculturação, dominação e desarticulação de identidades para muitos indígenas, os aldeamentos representam uma espécie de mal menor em relação a outras opressões estruturais da colonização. Dessa forma, Barros (2015) relata que, nos aldeamentos, se elaboravam sistemas de relações com participação ativa dos povos indígenas.

Marcelo Dias (2007) apresenta o dinamismo da estrutura produtiva da Capitania de Ilhéus por meio da participação indígena, principalmente nos sistemas de trabalho dos aldeamentos que tinham como foco a exploração e beneficiamento de madeira de lei, agricultura e artesanato. Para o autor, sem mão de obra indígena se tornaria muito difícil gerir a economia regional através dos aldeamentos.

Esses aldeamentos eram normalmente de composição mista, podendo ter entre os indígenas uma diversidade de grupos étnicos que interagem na direção de estratégias de sobrevivência e formavam novos processos identitários. Mott (2010, p 205) ressalta que constavam na Comarca de Ilhéus as aldeias de indígenas: Almada, Olivença, São Fidélis, Santarém, Barcelos e outras. No quadro abaixo (quadro 01), o autor destaca a relação de quantitativo demográfico dos aldeamentos do Sul da Bahia a partir da composição de casais.

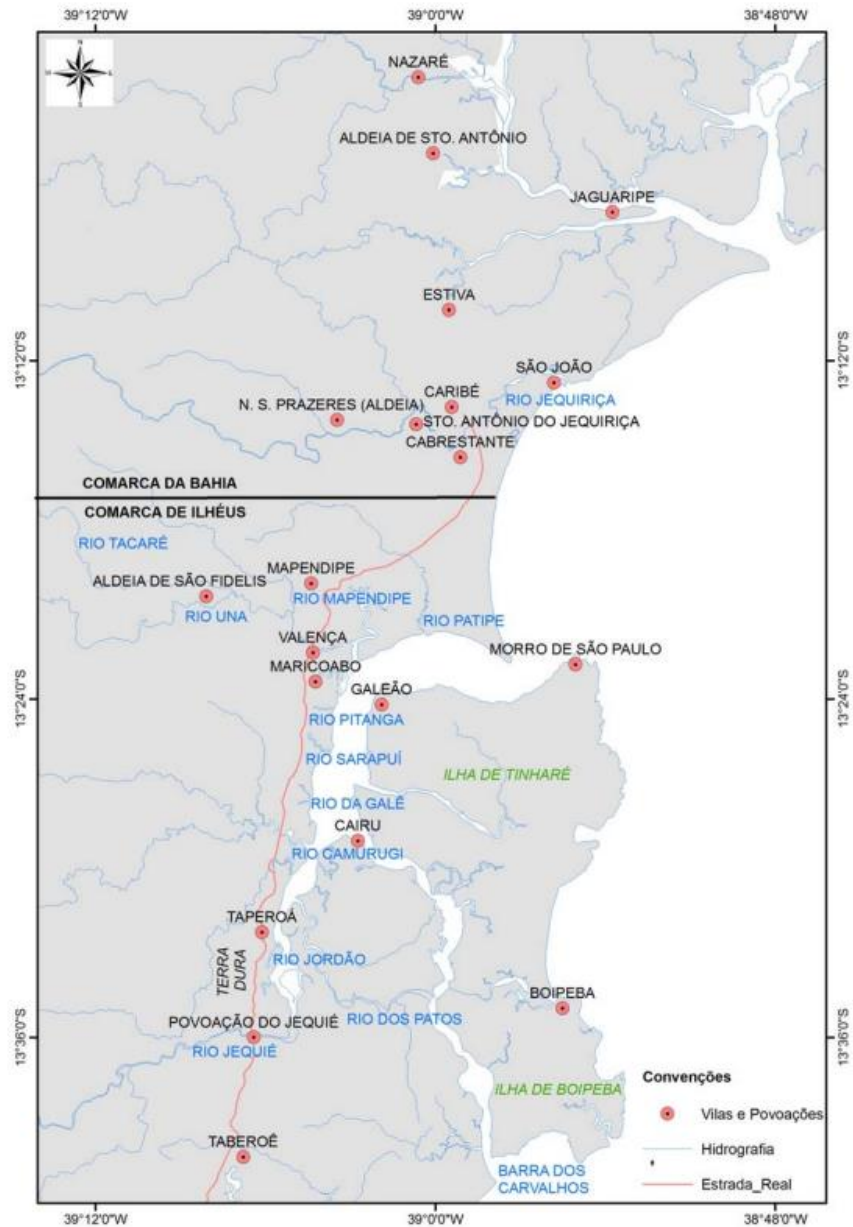
Quadro 02: População de aldeados no Sul da Bahia por casal.

Aldeias	1740	1757	1759	1792	1794	1798	1799	1801	1802	1813	1816	1819
Olivença			130c			130c	454				1000	800
Almada			86c			95c	20c		6c		1	
Rio de Contas	360	33										150
Barcelos			86c			86c			200			75
Santarém			16c	300	300	160	280		200			
São Fidélis				120c	120c			20c	70c	139		
Poxim		100	17c									

Fonte: Mott (2010, p. 222).

Entre as aldeias criadas ao longo do Rio Una, mais especificamente no Rio Piau, destacou-se a Aldeia de São Fidélis, que foi fundada no século XVIII para dar segurança à atividade de cortes de madeira, realizada pela marinha na feitoria de Cairu, já que o território onde hoje se encontra o município de Valença pertenceu ao município de Cairu até o final de século XVIII.

Figura 06: Mapa da Freguesia de Jequiriçá, Cairu e Boipeba, 1800.



Fonte: CEDIC/UESC

Como mostra o mapa, a Aldeia de São Fidélis estava localizada na parte mais ao norte da comarca de Ilhéus, estando às margens do Rio Una, o que facilitava o seu acesso por navegação.

Marcis (2013, p. 175) informa que “o aldeamento de São Fidélis foi estabelecido e passou a ser administrado pelos religiosos capuchinhos, serviu como muralha de defesa para os moradores dos dispersos sítios formados às margens do rio Una [...]”. Sobre as relações de conflitos que influenciaram na criação do aldeamento, Paraíso pontua:

O aldeamento do rio Una, em Valença, foi fundado graças a atuação de um índio Botocudo, criado por um capuchinho que intermediou a ação entre o missionário e os índios, em 1749. Tal aldeamento teve apoio integral do conde de Sabugosa, interessado em usar os novos aldeados para combater os Pataxó. (PARAISO, 1992, p. 414).

Além desse contexto de estratégia de segurança, Mott (2010, p. 216, SILVA 1757, p. 192) destaca a dimensão religiosa do aldeamento de São Fidélis:

A uma légua da povoação de Nossa Senhora do Amparo, freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Cairu, está fundada a aldeia de São Fidélis, regida por religiosos capuchinhos, para defesa do gentio bárbaro, que muito combateu e destruiu os moradores desta freguesia e depois que a esta aldeia se fundou, por meio dela se conseguiu, ou melhor, por intercessão do Senhor São Fidélis, e dos mais santos que este povo invocava em tão irremediável aflição, alcançaram de Deus Nosso Senhor reduzisse à paz e ao grêmio da Igreja Católica uma aldeia do gentio bárbaro que mais combatia esta freguesia e caminho das Minas, que atravessava quando vinha fazer guerra a estes povos.

Um dos pioneiros nos estudos da historiografia da Capitania de Ilhéus, o historiador Silva Campos (1981), cita que os Guerém foram se estabelecendo próximo ao Rio Una por volta de 1755. Importante destacar aí que, na composição dos aldeamentos, normalmente, leva-se em conta o etnônimo da etnia de maior imposição quantitativa que seria a nomenclatura mais referenciada do aldeamento. Isso pode servir de explicação para o nome do atual Distrito Guerém em Valença-BA, onde está localizada a Aldeia de São Fidélis.

Assim, a composição dos aldeamentos era promovida por diversas etnias, que se (re)arranjavam nos contextos políticos e de conflitos de cada momento histórico. Na Aldeia de São Fidélis, estavam presentes, além da etnia Guerém/Aimoré, os povos Pataxó e Tupinambá. Como lembra Mott (2010, p. 226), “o capitão Moniz Barreto encontrou-as ainda em 1794 na Aldeia de São Fidélis, coincidentemente, remanescentes da tribo Tupinambá”.

Essa diversidade também foi importante e estratégica para os colonos, que exploravam uma gama de conhecimentos indígenas no dinamismo das relações de trabalho. Na Aldeia de São Fidélis, em especial, isso ocorria para a exploração de madeiras em mata densas, construção de embarcações e para navegações no Rio Una.

Os índios desta aldeia são peritos navegadores do caudaloso rio Mapendipe, pelo qual descem com incrível facilidade sobre monstruosos paus até a boca ou foz da divisão deste rio e do de Una, donde são embarcados para o porto da Bahia em embarcações próprias que ancoradas esperam a sua correspondente carga. Do mesmo modo são os melhores serradores de madeira, principalmente de vinhático, que abundam aquelas matas, insígnies fabricantes de grandes embarcações de um só pau, que no Brasil chamam de canoas, muito próprias para a navegação do interior dos rios. Têm grandes conhecimentos de ervas medicinais. Agricultam arroz correspondendo a colheita com grande excesso à sementeira por serem as terras na baixa das matas muito próprias para esta plantação. São também grandes cordoeiros de diferentes estrigas, no que poupam muito à Real Fazenda no trabalho das puxadas dos grossos e pesados paus. As índias são famosas tecedeiras de pano de algodão, principalmente para as chamadas tipóias (redes) que são camas ordinárias de que fazem uso geral quase todos os índios daquela capitania, sustentadas por cordas. (CAPITÃO MONIZ BARRETO, 1794, p. 10 *apud* MOTT, 2010, p. 235).

Figura 07: Planta da Aldeia de São Fidélis



Fonte: MUNIZ BARRETO, s/d, provavelmente 1790, *apud* FARIAS, 2010, p. 148)

Figura 08: Igreja de São Fidélis na Aldeia de São Fidélis, Valença - BA



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2022.

A figura 01 foi pintada pelo capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto no final do século XVIII, que, em suas viagens de cunho naturalista, se interessou pela Aldeia de São Fidélis por haver índios com grandes conhecimentos de ervas medicinais. Já a figura 2 é da atual Igreja na Aldeia de São Fidélis, que, além de lócus de realização da prática religiosa, serve de espaço para encontro, diálogos e atividades culturais que envolvem a comunidade ao entorno.

Na figura 01, o capitão destaca a igreja matriz numa localização privilegiada, estradas que davam acesso aos cortes de madeira, áreas agricultáveis, rio de Una, e, de modo geral, se percebe a influência da arquitetura indígena mesclando-se com a dos colonos. Dias (2007, p. 244) observa que "preservava-se o costume indígena de construir casas formando círculos, o que é possível notar na parte inferior da aquarela, em ambos os lados, pela posição das portas das casas maiores em relação as menores". E ainda evidenciando sobre a aldeia, Domingos Alves Branco Muniz Barreto demonstra insatisfação por haver casas que abrigavam diversas famílias em um espaço comum.

3.2 Entre a história e a memória, o Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém

Os Guerém da Aldeia de São Fidélis e seu entorno foram e continuam sendo referenciados pela história de luta e resistência travada contra as ofensivas do projeto colonial, pela influência e forte presença da igreja, pelo vasto conhecimento tradicional, principalmente em relação à diversidade de plantas e pela habilidade de navegação e construção, em especial das jangadas.

Figura 09: Crianças Guerém atravessando o Rio Piau em jangadas.



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2021.

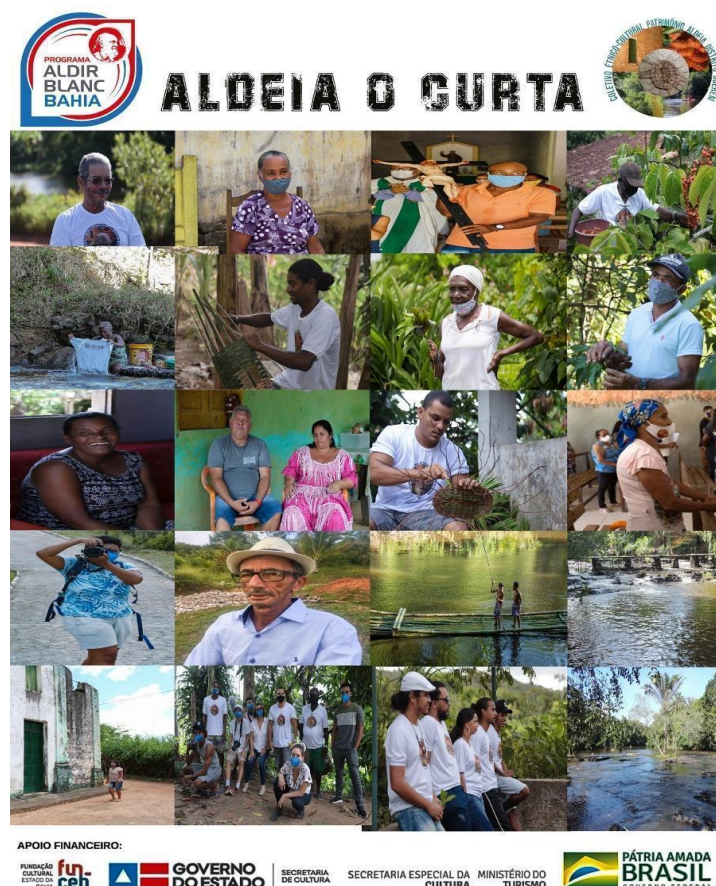
De modo geral, mesmo nesse contexto de forte impacto e poder de desarticulação que mantinha a economia regional em relação às populações indígenas locais, como observou Dias (2007) ao afirmar que o destino da população aldeada se coloca como uma incógnita diante desses processos, muitas famílias e moradores locais do Distrito Guerém mantêm vivos os marcadores culturais, na sua forma de organização social, na memória e na identidade Guerém.

Atualmente, a memória vem sendo um recurso acionado no Distrito Guerém para retomar a história local. Muitas ações desenvolvidas pelo Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém ressaltam a participação dos mais velhos do

território para tecer caminhos, no que acionam a tradição oral, os saberes tradicionais, a identidade étnica e a educação local.

Uma importante realização nesse sentido foi o curta “Aldeia”, resultado do Edital das Artes Jorge Portugal, promovido pela Secretaria Estadual de Cultura. O filme foi fruto da iniciativa do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém juntamente com artistas visuais comprometidos com a luta Guerém, sob a direção da cineasta Valenciana Violeta Martinez. Segundo o próprio Coletivo, o documentário buscou compreender e evidenciar as memórias, vivências, saberes, fazeres e o sentido da afirmação da palavra aldeia para moradores do território.

Figura 10: Arte de divulgação do curta “Aldeia”.



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2021.

O filme contou com diversos apoios para concretizar a sua produção, a exemplo da Fundação Cultural do Estado da Bahia, do governo do Estado da Bahia, da Secretaria de Cultura, da Secretaria Especial de Cultura e do Ministério do Turismo. Além da realização do curta, foram realizadas três oficinas ministradas por mestres dos saberes locais e acadêmicos da comunidade visando aprofundar essa relação

com a memória local. A transmissão se deu *online* devido ao contexto de pandemia da Covid-19.

Outro momento organizado pelo Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém e o Grupo Orobó Potências foi a Prosa "Decolonizando o Guerém" que aconteceu no mês de outubro de 2021. A partir dessa ação, os sujeitos envolvidos buscaram remontar parte da memória e da história local.

O Coletivo contou com os seguintes apoiadores para a realização da 1ª Prosa Decolonizando a Aldeia: Associação de Pequenos Produtores Rurais da Aldeia e Gereba - ASPAG, a Secretaria Municipal de Educação e o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano. Segundo o Coletivo, a ação faz parte do processo de "retomada" e reconhecimento da identidade coletiva Guerém e busca o fortalecimento da cultura, memória e territorialidade local.

Figura 11: Arte de divulgação da Prosa "Decolonizando o Guerém"



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2021.

Outra atividade que havia acontecido no mesmo ano de 2021, foi a 1ª Prosa "Decolonizando a Aldeia", que reuniu pesquisadores da temática indígena, lideranças da comunidade e mestres dos saberes locais. A atividade que aconteceu entre os dias

26 e 28 de abril, mês escolhido pelo Coletivo por marcar a luta indígena no Brasil e devido, na comunidade, acontecer a tradicional Festa de São Fidélis, Padroeiro do Aldeamento. A partir dos encontros realizados em com transmissão *online*, buscou-se enfatizar as relações dos sujeitos com sua história. Uma das participações, em destaque na imagem abaixo, é de Domingos Santos (Mestre Grande) que recordou histórias que os mais velhos contam sobre a aldeia.

Figura 12: Participação (via google Meet) de Mestre Grande na 1ª Prosa "Decolonizando a Aldeia"



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2021.

Em sua fala, Mestre Grande (2021) expressou:

Eu sou bisneto de índio, a minha bisavó era índia [...] Na parte dos rios, tem a jangada e arte de pesca. Com que foi que o povo aprendeu isso? Com os índios. Por que para atravessar as águas, precisava de alguma coisa que boiasse aí ele achou o bambu. Na mata também tem um pau chamado Embira jangada, ele engrossa, fica leve e não afunda, pode ser verde ou seco. A muanza não afunda, o louro quando tá seco não afunda, o pau pombo não afunda. Então era os meio de transporte que os índios usavam aqui no rio Piau [...] quando lembro que os índios faziam essa travessia. Lembro que a família da minha avó podia está nesse meio aí também.

A fala de Mestre Grande vai além do aspecto de lembrança, já que remete ao contexto de memória e pertencimento. A memória oral se mostra como condição poderosa de pertencimento e reelaboração da cultura local. Na sua fala, Mestre

Grande evidencia a relação de sua família com o lugar, de forma que a sua construção da memória também perpassa pela vivência de seus ancestrais.

A lembrança, por si só, permanece perdida num passado irrelevante. Quando resgatada pela memória e significada com um sentido, essa lembrança retoma do passado para o presente transcendendo a temporalidade e tornando-se não uma mera lembrança do acontecido, mas uma memória, ou seja, uma vivência que age no presente com toda a potência de um fato histórico. (BARTOLOMÉ RUIZ, 2012, p. 47).

As recordações trazidas por Mestre Grande também trazem luz a aspectos da identidade coletiva. Para Bartolomé Ruiz (2012, p. 74) “as recordações seriam o produto (hermenêutico) da memória”. A partir disso percebemos como é comum para muitas comunidades tradicionais valorizarem determinados acontecimentos antes deixados de lado, os quais, através da memória oral, adquirem visibilidade e reforçam a relação dos sujeitos com suas histórias.

É dessa forma que muitos Guerém se mostram preocupados, acionando essa memória para remeter à construção da história local e, nesse sentido, da identidade local. A história dos Guerém em Valença continua sendo traçada, hoje, com mais ampliação das possibilidades de comunicação entre os participantes mais antigos e os mais jovens. Essa relação não se limita ao cruzamento entre presente e passado, mas constrói sentimentos de pertença e coletividade que se projeta no futuro.

4. OS POVOS TRADICIONAIS E SUAS RELAÇÕES COM OS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS

Neste capítulo, aborda-se a discussão sobre conhecimentos tradicionais e suas políticas de proteção; apresenta-se, ademais, mesmo que de forma ainda inicial, a discussão sobre cultura e cultura com aspas e os principais conceitos e noções que atravessam esse debate.

4.1 Breves reflexões sobre os conhecimentos tradicionais

Enquanto houver um único pajé sacudindo seu maracá, haverá sempre a certeza que o mundo estará salvo da destruição. Assim nos falava nosso velho avô como se fôssemos – eu e meus irmãos, primos e amigos – capazes de entender a força de suas palavras e de sua visão esperançosa sobre a humanidade. Ele tinha uma convicção muito grande no poder transformador do ser humano. Isso ele deixava transparecer nos momentos de nos lembrar que somos partes da grande teia da vida. Só bem mais tarde, homem adulto, conhecedor de muitas outras culturas, pude começar a compreender a enormidade daquele conhecimento saído da boca de um velho que nunca tinha sequer visitado a cidade ao longo de seus mais de 80 anos. Percebi, então, que meu avô era um homem com uma visão muito ampla da realidade e que nós éramos privilegiados por termos convivido com ele. Essas lembranças sempre me vêm à mente quando penso na diversidade, na diferença étnica, social, na vida dos seres não-humanos que compartilham o mesmo espaço conosco. Penso nisso e me deparo com a compreensão de mundo dos povos tradicionais. É uma concepção onde tudo está em harmonia com tudo; tudo está em tudo e cada um é responsável por esta harmonia. É uma concepção que não exclui nada e não dá toda importância a um único elemento, pois todos são passageiros de uma mesma realidade, são, portanto, iguais. No entanto, não se pode pensar que esta igualdade signifique uniformidade. Todos esses elementos são diferentes entre si, tem uma personalidade própria, uma identidade própria. Por meio de minhas leituras e viagens fui compreendendo, aos poucos, aquilo que o meu avô dizia sobre a sabedoria que existe em cada um e todos os seres do planeta. Descobri que não precisa ser xamã ou pajé para chacoalhar o maracá, basta colocar-se na atitude harmônica com o todo, como se estivéssemos seguindo o fluxo do rio, que não tem pressa... mas sabe aonde quer chegar”. (DANIEL MUNDURUKU, 2020).

Daniel Munduruku, ao narrar uma de suas ricas histórias sobre os conhecimentos tradicionais, situa elementos que destoam da perspectiva de mundo “quadrado” e limitado formado pelo desejo do capital. Sua compressão traz luz a uma ideia de humanidade e natureza que se integra e produz sabedoria para o bem viver.

O autor, desse modo, expressa a força da oralidade e da tradição ancestral para os povos tradicionais.

Ao redor do mundo, muitos grupos mantêm formas próprias de organização social e relação específica com seus territórios e o ambiente em torno. Esses povos e populações, como os indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros, entre outros, apresentam um acúmulo geracional de conhecimentos, inovações e práticas que são fundamentais à demarcação de sua identidade étnica.

Conceituar povos e populações tradicionais não é uma tarefa fácil, mas se faz preciso diante de momentos históricos específicos, como o atual, em que processos políticos de afirmação e lutas por direitos se inserem de forma mais intensa para essas populações. Nesse sentido, o Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais apresenta como conceito de povos e populações tradicionais:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas, gerados e transmitidos pela tradição (art. 3º).

Já por uma via mais política, Manuela Carneiro da Cunha apresenta uma noção de populações tradicionais em que a identidade desses grupos estaria associada aos processos de lutas em torno de conquistas coletivas, principalmente, em relação aos direitos culturais e territoriais e ao reconhecimento de práticas conservacionistas, já que se elaboram sistemas de saberes associados à biodiversidade.

Já podemos dar alguns passos nessa direção e afirmar que populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas criativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer com que suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 314).

Entre as principais singularidades que marcam a identidade das populações tradicionais, estão os conhecimentos desses povos, que são chamados de tradicionais justamente por estarem presentes na tradição, ou seja, nos valores,

costumes e história de um povo. Partindo disso, pode-se entender que o conhecimento tradicional é “o saber e o saber-fazer, a respeito do mundo natural, sobrenatural, produzidos pelos povos e comunidades tradicionais, transmitidos oralmente por gerações” (DIEGUES, 2019, p. 119).

Os conhecimentos tradicionais se atualizam e se mantêm vivos e, sendo transmitidos de geração em geração, estão inseridos em um sistema vivo e dinâmico, muitas vezes correlacionado à biodiversidade local e à sobrevivência das populações tradicionais. Carneiro da Cunha ressalta esse caráter processual e dinâmico dos conhecimentos tradicionais:

Para o senso comum, o conhecimento tradicional é um tesouro no sentido literal da palavra, um conjunto acabado que se deve preservar, um acervo fechado transmitido por antepassados e a que não vem ao caso acrescentar nada. Nada mais equivocado. Muito pelo contrário, o conhecimento tradicional reside tanto ou mais nos seus processos de investigação quanto nos acervos já prontos transmitidos pelas gerações anteriores. Processos. Modos de fazer. Outros protocolos. (CARNEIRO DA CUNHA, 2007, p. 87).

Os conhecimentos tradicionais se constroem, quase sempre de forma coletiva, partindo da própria vivência e de sabedorias acumuladas. Em um dos seus textos, Krenak (2019) afirmou que se alimenta da resistência contínua dos povos que guardam a memória profunda da terra, demonstrando, assim, a força da tradição nos saberes tradicionais. O autor ainda destaca como as relações coletivas são pilares dos povos indígenas na manutenção da memória ancestral. “Não conheço nenhum sujeito de nenhum povo nosso que saiu sozinho pelo mundo. Andamos em constelação” (KRENAK, 2020, p. 39).

Para os povos tradicionais, a experiência coletiva abrange muito mais que os seres humanos, compreende a natureza em sua totalidade. Dessa maneira, os conhecimentos ou saberes tradicionais dependem dessa relação para a manutenção de seus sistemas de produção, bem como dos modos de vida dessas populações.

Segundo Barrera-Bassols (2015, p. 130), a natureza e a cultura integram parte do mesmo mundo, e por outro lado, o conhecimento de base ocidental “confere objetividade às coisas para tentar separar ou manter distância das emoções e do valor delas. Separe-se mente e matéria, fato e valor, cultura e natureza”. Nesse sentido, os autores se preocupam em diferenciar as noções de sabedoria e de conhecimento, já que se acentuam oposições em seus tipos.

Importante destacar que, muitas vezes, essas noções são utilizadas como sinônimos e, em outros momentos, são demarcadas suas devidas distinções. Mas é válido perceber a utilização estratégica, tanto para diferenciá-los, quanto para associá-los. Toledo e Barrera-Bassols (2015) se interessam em frisar alguns aspectos que reforçariam essa diferença. Apontam que conhecimento é aquele que é universalmente compartilhado e aceito, enquanto saberes estão mais localizados e referem-se às unidades de experiências materiais e simbólicas do indivíduo.

O conhecimento está baseado em teorias, postulados em teorias, postulados e leis sobre o mundo, portanto, supõe-se que seja universal, sendo fortalecido mediante autoridade. A sabedoria, por sua vez, baseia-se na experiência concreta e em crenças compartilhadas pelos indivíduos acerca do mundo que os rodeia, sendo mantida e fortalecida mediante testemunhos. [...] Se o conhecimento é, por definição, uma crença fundamentada nas bases de um raciocínio objetivo, a sabedoria é, por definição, um raciocínio sustentado na experiência pessoal e nas crenças mais ou menos aceitas (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 130).

Nessa distinção, Toledo e Barrera-Bassols (2015) apresentam o conhecimento como sendo mais objetivo, construído por meios epistêmicos sistemáticos e categóricos. Já a sabedoria seria mais intuitiva, sobre um regime empírico que supõe um maior entrelaçamento com a dinâmica cultural da vida.

Com efeito, os conhecimentos tradicionais se orientam e se significam tanto através do conjunto de práticas que integram os processo de produção e reprodução material da cultura quanto dos sistemas de crenças, por meio dos quais essa cultura consegue realizar sua produção e reprodução simbólica. Por essa razão, fazem parte de toda uma gama de sabedorias que se estendem socialmente no espaço e no tempo (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 133).

Em suma, para os autores, o conhecimento estaria para a ciência ocidental e a sabedoria para as populações tradicionais, de forma que tal perspectiva opera na produção de essencialismos, como moderno e primitivo, ciência e senso comum que, no limite, reafirmam o primado da ciência moderna. Ou seja, como afirma Almeida (2010, p. 59), “a oposição entre esses dois polos cognitivos [conhecimento versus sabedoria] tem sido afirmada pela ciência da fragmentação, apesar de todas as evidências antropológicas da unidualidade do pensamento humano, que é simultaneamente mito-lógico, abstrato-concreto, imaginário-real”.

Um dos argumentos centrais de Levi-Strauss (1989), na obra “O pensamento selvagem”, é de que os saberes não científicos são dotados de artifícios cognitivos

que investem nas articulações e retotalizações, sendo, portanto, tão sofisticados quanto o conhecimento científico. Os conhecimentos tradicionais, nesse sentido,

[...] arquitetam compreensões com base em métodos sistemáticos, experiências controladas e sistematizações organizadas de forma contínua. [...] tais saberes se objetivam numa matriz de conhecimento que pode ser atualizada, refutada, acrescida, negada, reformada. [...] os saberes da tradição constituem uma ciência, mas uma ciência que, mesmo operando por meio das universais aptidões para conhecer, expressa contextos, narrativas e métodos distintos (ALMEIDA, 2010, p. 67).

Percebe-se em autores como Diegues (2019), Carneiro da Cunha (2009) e Lévi-Strauss (1989) uma dissolução dessas noções de conhecimento e de sabedoria a partir do interesse das populações tradicionais. No entanto, as diferenciações atribuídas por Toledo e Barrera-Bassols servem para reforçar as divergências na concepção de conhecimento hegemônico, aceito e validado, e outro de conhecimento tradicional a ser manipulado e superado.

Outro ponto é sobre a ideia de saberes tradicionais e saberes locais. Para Toledo e Barrera-Bassols (2015, p. 138) “os saberes são, então, parte ou fração essencial da sabedoria local”. Logo, as ideias de tradicional e local quando associadas aos saberes não se opõem, muito pelo contrário, são complementares, caminham numa mesma direção. Assim, no sistema social em que estão inseridos os saberes, o local atribui um recorte espacial e cultural, ao mesmo tempo que a tradição também se faz presente no seu próprio sentido etimológico, de transmitir, dar para guardar, passar a outrem.

As discussões em torno dos conhecimentos científicos e tradicionais costumam se acentuar pela ideia de oposição ou de hierarquia. Como salienta Carneiro da Cunha (2009, p. 79), “quando se diz simplesmente “ciência”, “ciência” tout court, está se falando de ciência ocidental; para falar de ciência tradicional, é necessário acrescentar o adjetivo”.

Diferentemente da cultura ocidental, em que a ciência, a religião e a filosofia situam-se de formas segregadas, classificadas em campos de conhecimento, muitas vezes, de oposição entre si, nas perspectivas dos saberes tradicionais, estão integrados a um regime de integração e de colaboração dos conhecimentos filosóficos, religiosos e científicos, formando um campo holístico.

O caráter científico está presente no ambiente de produção do conhecimento tradicional. Percebendo que muitos saberes tradicionais foram transformados em

grande parte dos conhecimentos científicos que temos hoje, Lévi-Strauss (1989, p. 30) indica esse espírito científico dos saberes dos povos tradicionais:

[...] para elaborar técnicas, muitas vezes longas e complexas, que permitem cultivar sem-terra ou sem água; para transformar grãos ou raízes tóxicas em alimentos ou ainda utilizar essas toxidades para a caça, a guerra ou o ritual, não duvidemos de que foi necessária uma atitude de espírito verdadeiramente científico, uma curiosidade assídua e sempre alerta, uma vontade de conhecer pelo prazer de conhecer, pois apenas uma pequena fração das observações e experiências (sobre as quais é preciso supor que tenham sido inspiradas antes e sobretudo pelo gosto do saber) podia fornecer resultados práticos e imediatamente utilizáveis.

O autor ajuda a deslegitimar o que fomos ensinados desde cedo a acreditar que os conhecimentos científicos superariam os conhecimentos tradicionais, já que seu sistema de produção seria o mais confiável e, muitas vezes, o único modelo possível de ciência. Para Carneiro da Cunha (2009, p. 84), é preciso “encontrar uma forma para o conhecimento científico e o conhecimento tradicional viverem juntos”, mas que não significa que não possa demarcar suas diferenças. Essas diferenças são importantes, porém não devem servir para acumular hierarquias entre os tipos de conhecimento.

O problema, então, é achar os meios institucionais adequados para, a um só tempo, preservar a vitalidade da produção do conhecimento tradicional, reconhecer e valorizar suas contribuições para o conhecimento científico e fazer participar as populações que o originaram nos benefícios que podem decorrer de seus conhecimentos (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 84).

4.2 A sociobiodiversidade e a proteção dos conhecimentos tradicionais

Yanauá era uma menina bastante curiosa. Gosta muito de observar os seres vivos na natureza. Observava o canto dos pássaros, o sopro dos ventos que empurrava as nuvens na direção do guaraci (Sol) tocando as águas do Rio São Francisco em direção à terra.

Observa também os caniços, uma espécie de planta nativa das margens do São Francisco...

Certo dia, curiosa para saber como a família da natureza vivia, foi a oca de sua vovó Jurema, uma senhora de grande sabedoria ancestral que guardava histórias de seu povo.

Ao chegar à oca, observou atentamente a quantidade de ervas medicinais que ela guardava num cesto de palha, atentando também para utensílios de barro, como panelas, pratos, canecas, cuscuzeiros

de várias formas e tamanho, milho e feijão forrado no terreiro secando aos raios do guaraci (Sol).

Logo a pequena Yanauá perguntou:

- Vovó Jurema, para que servem essas ervas nesse cesto de palha?

- Querida Yanauá essas ervas são para eu tratar doenças que assolam o nosso povo.

Atenta, Yanauá percebeu que sua vovó, além de guardar as histórias, também tinha uma grande sabedoria com ervas.

- Vovó Jurema, esses utensílios quem fez?

- Desde pequena aprendi o ofício de fazer do barro minha profissão. E através dele sustentei minha família e criei sua mãe com muita dedicação - disse vovó Jurema, emocionada.

- Vovó, minha mãe, quando vai ao velho Chico (Rio São Francisco) para pescar, percebo que a natureza tem várias vidas. Como vive a natureza? perguntou Yanauá com aqueles olhos arregalados e brilhantes...- Ouço vários cantos e ruídos diferentes e de forma organizada.

Sua vovó Jurema com sua imensa sabedoria respondeu:

- Querida Yanauá, você está crescendo e está acompanhando a vida da natureza assim como a sua. A natureza foi feita por Tupã (Deus) para os seres vivos viverem bem e em harmonia. Ela representa uma família construída de avós, pais e filhos. (CRUZ, 2021, p. 33).

No conto Yanauá e a família da natureza de Denízia Kawany Fulkaxó (Denízia Cruz), são evidenciados elementos centrais na relação dos povos tradicionais e a natureza. Essa relação é expressa de forma harmoniosa, em que a consciência sobre manutenção da qualidade ambiental está integrada à própria vida desses povos, atrelada às condições materiais e imateriais de sobrevivência. No conto, a espiritualidade, a cultura e o trabalho entrelaçam-se com a própria natureza sem prejudicá-la e, de forma vital, a sabedoria ancestral se insere na manutenção geracional dessa relação.

Na contramão dessa perspectiva, está a maneira como a sociedade atualmente tem se relacionado e produzido relações e conhecimentos sobre a natureza (Viveiros de Castro, 2004). Para o autor, uma das justificativas deste problema é a forte presença e valorização de projeções engessadas de conhecimentos científicos de bases ocidentais marcadas por símbolos de separação entre natureza e cultura. Essa estruturação de pensamento de base eurocêntrica diverge das relações ancestralmente construídas com a natureza pelos povos e comunidades tradicionais, negando a distinção clássica entre natureza e cultura:

As categorias Natureza e Cultura, no pensamento ameríndio, não só não subsumem os mesmos conteúdos, como não possuem o mesmo

estatuto de seus análogos ocidentais; elas não assinalam regiões do ser, mas antes configurações relacionais, perspectivas móveis, em suma – pontos de vista. (VIVEIROS DE CASTRO, 2004, p. 226).

O que há de modelos verdadeiramente sustentáveis, que dialogam com a experiência e cultura local, não vem do exterior, ao contrário, é quase sempre pensada e construída justamente pelos povos e comunidades tradicionais ao longo da história. Dessa forma, contradizendo o individualismo da sociedade moderna, as populações tradicionais desenvolvem o uso social dos recursos naturais de baixo impacto ambiental a partir de um convívio estreito e de respeito aos ritmos da natureza.

Organismos internacionais estiveram a partir do século XX direcionando atenção à importância para os conhecimentos tradicionais e às formas de cooperação com a ciência ocidental. Estão entre os principais organismos internacionais que tratam dos conhecimentos tradicionais: A Declaração Universal dos Direitos Humanos; A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); A Convenção da Diversidade Biológica (CDB); A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); A Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI ou WIPO).

Muitos conhecimentos e saberes foram utilizados sem a devida autorização e reconhecimento daqueles que são produtores desses conhecimentos, a própria comunidade tradicional. Numerosos casos de apropriação sem o consentimento por parte desse Coletivo colocaram em urgência a necessidade de formalização legal, visando à sua proteção e à repartição justa dos benefícios.

Sobretudo na década de 1980 e 1990, sob forte pressão da indústria e de centros de pesquisas sobre a biotecnologia, os conhecimentos tradicionais passaram a ser percebidos de forma estratégica para esses setores. Por consequência disso, a proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade foi prevista com maior rigor na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

A convenção é um tratado internacional estabelecido durante a notória ECO-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD). Segundo Carneiro da Cunha (2007, p.231), “o principal propósito por trás da Convenção era regular o acesso aos recursos genéticos e garantir a repartição de benefícios que deles se originaram”. A CDB também reconhece a soberania dos estados sobre suas diversidades biológicas, sendo fundamental para uma mudança

de paradigma, pois, pela primeira vez, considera os povos tradicionais, suas contribuições e conhecimentos, a partir da distribuição de benefícios.

Entres os principais objetivos da convenção, no artigo 8 se destacam:

Cada Parte Contratante deve, na medida do possível e conforme o caso: j) Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas. (BRASIL, 2005, p 18).

Antes da CDB, o patrimônio genético e os conhecimentos associados eram considerados patrimônio da humanidade, permitindo a apropriação privada das patentes desse patrimônio pelas indústrias farmacêuticas, cosméticas, dentre outras. Após a CDB “o acesso a conhecimentos tradicionais sobre recursos genéticos e a sua utilização exigem negociações com consentimento formal e repartição de eventuais benefícios com populações tradicionais” (CARNEIRO DA CUNHA, 2007, p. 316). A autora também explica que:

A convenção fala em "detentores" e não em "proprietários" de conhecimentos tradicionais. Também fala em "soberania" e não em "domínio" ou "propriedade" de Estados nacionais sobre recursos genéticos. Apesar dessas precauções, porém, as efetivas transações sobre conhecimentos tradicionais - quer se trate de consentimento informado para a pesquisa ou de contratos para a repartição de benefícios - acabam produzindo uma relação de propriedade, ou muito próxima dela, entre os detentores e o "seu" conhecimento. (2007, p. 316).

A CDB, nesse sentido, contribui para uma importante mudança na concepção geopolítica do patrimônio genético e os conhecimentos associados, pois existia uma forte concentração de patentes nos países ocidentais desenvolvidos, em detrimento das nações onde se concentra a diversidade sociobiológica. “Essa disjunção logo viria a ser especializada como um ‘conflito Norte /Sul’, que opunha os sete países mais ricos do mundo, o G7, as demais nações” (CARNEIRO DA CUNHA, 2007, p. 321).

Mesmo diante de muitos avanços, algumas críticas foram direcionadas à CDB, principalmente ao não explicitar os mecanismos de distribuição desses benefícios para as comunidades tradicionais, também por sugerir uma divisão simplista de conhecimentos associados à biodiversidade e os não associados, o que não faz muito

sentido para os povos tradicionais, já que se trata de um sistema complexo e integrado.

No entanto, a CDB serviu de base para o fomento à legislação própria dos estados. No Brasil, como resultado de reivindicações de diferentes movimentos sociais, nos dias atuais se destacam instrumentos jurídicos que formalizam essa relação dos povos tradicionais com o meio ambiente. Um destes é o Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, que explicita como objetivo o Art. 2.º:

[...] promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Outro importante instrumento é o Marco Legal da Biodiversidade, instituído pela Lei nº 13.123/2015, e regulamentado pelo Decreto nº 8.772/2016, que compilou as normativas anteriores, principalmente a Medida Provisória 2.186-16/01 que estava em vigência. Dessa forma, tornou-se a principal lei nacional que regulamenta as atividades associadas à exploração do patrimônio genético e conhecimentos tradicionais. A lei refere-se em seus primeiros parágrafos:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre bens, direitos e obrigações relativos: I - ao acesso ao patrimônio genético do País, bem de uso comum do povo encontrado em condições **in situ**, inclusive as espécies domesticadas e populações espontâneas, ou mantido em condições **ex situ**, desde que encontrado em condições **in situ** no território nacional, na plataforma continental, no mar territorial e na zona econômica exclusiva; II - ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, relevante à conservação da diversidade biológica, à integridade do patrimônio genético do País e à utilização de seus componentes; III - ao acesso à tecnologia e à transferência de tecnologia para a conservação e a utilização da diversidade biológica; IV - à exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado; V - à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

É perceptível na lei uma flexibilização e favorecimento das formas de exploração do patrimônio genético do país. Ao mesmo tempo que entra em concordância com alguns pontos da CDB, principalmente, no tocante à repartição

justa dos benefícios derivados do patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.

A lei é alvo de muitas pesquisas que buscam verificar se as demandas dos povos tradicionais foram atendidas. Nesse sentido, há vários questionamentos sobre muitos aspectos do Marco Legal da Diversidade, tanto por pesquisadores quanto pelos movimentos sociais representativos das populações tradicionais. Para Feres, Cuco e Moreira (2018, p. 50) “os direitos relacionados à permissão ou não de acesso se tornam mais vagos e genéricos, na mesma medida em que os requisitos de acesso são praticamente extintos”.

Mais recentemente, representações sociais de povos tradicionais moveram moções de repúdio e pedidos de veto ao projeto de lei, argumentando que existe no PL vários retrocessos em relação à Medida Provisória 2.186-16/0, principalmente em relação a exigências prévias ao acesso aos conhecimentos tradicionais, bem como a flexibilização do consentimento prévio das comunidades tradicionais.

Fazendo uma comparação com a MP 2.186-16 de 2001 Feres, Cuco e Moreira (2018, p. 50) destacam que “pode-se reparar uma notável diminuição de direitos dos povos tradicionais no que se refere às possibilidades de impedir o uso não desejado de seus conhecimentos tradicionais”. Do mesmo modo, os autores explicam que os direitos relacionados ao acesso se tornaram mais genéricos, esvaziando as competências do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen).

Tanto para os regimes internacionais como nacionais de acesso e uso dos conhecimentos tradicionais, percebe-se que são insuficientes em outras dimensões quando o foco é na relação da transferência dos conhecimentos tradicionais para a indústria e o comércio. Para além da repartição dos benefícios, que é fundamental, é necessário também o reconhecimento desse conhecimento tradicional enquanto direito cultural e humano dos povos tradicionais.

De modo geral, não devemos pensar que a diversidade em questão se limita à variedade e à quantidade de saberes e conhecimentos que existem, na realidade ela é marcada principalmente por aqueles que produzem os conhecimentos, pois estes são os protagonistas da diversidade. É nesse sentido que se deve ter como prioridade os processos de tomada de decisão dos povos e populações tradicionais.

4.3 Saberes tradicionais, “cultura com aspas” e a retomada da identidade étnica

“Brasil”:

*Que faço com a minha cara de índia?
e meus cabelos
e minhas rugas
e minha história
e meus segredos?
Que faço com a minha cara de índia?
e meus espíritos
e minha força
e meu tupã
e meus círculos?
Que faço com a minha cara de índia?
e meu toré
e meu sagrado
e meus “cabôcos”
e minha terra?
Que faço com a minha cara de índia?
e meu sangue
e minha consciência
e minha luta
e nossos filhos?
Brasil, o que faço com a minha cara de índia?
Não sou violência
ou estupro
Eu sou história
eu sou cunhã
barriga brasileira
ventre sagrado
povo brasileiro
Ventre que gerou
o povo brasileiro
hoje está só
A barriga da mãe fecunda
e os cânticos que outrora cantavam
hoje são gritos de guerra
contra o massacre imundo.*

O poema de Eliana Potiguara, “Brasil”, coloca uma questão central para o Brasil, a sobrevivência dos povos indígenas. Responsável pela origem e manutenção da vida, a mulher indígena, para a autora, representa a terra e a semente que dão sentido à própria vida. Contudo, o dilema imposto à mulher indígena traz à tona a necessidade de luta política que assegure o direito de ser, de estar e de existir de um povo. Ao questionar o que fazer com os elementos que compõem a identidade, a espiritualidade, a cultura, questiona-se o lugar da mulher indígena, mas também das populações indígenas e até mesmo do Brasil.

Diante do longo processo de violência (colonização e colonialidade), os povos tradicionais, com destaque às populações indígenas, continuam marcando suas diferenças e articulando-se em processos de resistência e lutas políticas por direitos. A manutenção desse processo se faz pela construção e transmissão de consciência coletiva, em que a memória ancestral e a sabedoria tradicional cumprem um importante papel. Diante dessa questão, a tradição cultural, aí estando também os conhecimentos tradicionais, tem sido colocada pelos próprios povos tradicionais como um importante instrumento de afirmação de suas identidades e de luta por garantias de direitos.

Os saberes e conhecimentos dos povos tradicionais estão intrinsecamente associados às suas culturas, o que não determina, mas contribui na afirmação de suas identidades enquanto grupo étnico. Para a UNESCO, esses conhecimentos tradicionais integram o patrimônio cultural (material e imaterial) e a identidade de um povo, somando para a noção de diversidade cultural.

São nossos cantos, nossas danças, as formas próprias de educação, as pinturas corporais de cada Povo, as técnicas artesanais herdadas dos nossos ancestrais, inclusive a arte plumária que traz significado e beleza aos nossos rituais, as rezas e os conhecimentos tradicionais dos pajés, a relação de espiritualidade que nos une aos nossos territórios tradicionais e tudo o que neles preservamos, porque são parte integrante do nosso universo cultural, a sabedoria dos anciãos, as histórias contadas ao redor da fogueira, as brincadeiras de nossas crianças, nossas festas e rituais e todos os aspectos que fazem parte das nossas formas culturais de viver e ver o mundo. (KAINGÁNG, 2006, p.10).

Nessa escalada da colonização e de imperialismo, culturas consideradas atrasadas e/ou primitivas diante do modelo civilizatório ocidental sofreram algum tipo de aculturação, assimilação ou dizimação. Dessa forma, para muitos grupos étnicos ao redor do mundo, em especial às populações e comunidades tradicionais, valorizar e ressaltar a cultura e sua identidade tornou-se sinônimo de lutas políticas em muitos momentos. Quase sempre no sentido de garantia e de efetivação de direitos e da afirmação da identidade enquanto grupo. Nesse sentido, para Carneiro da Cunha (2009, p. 311), a “cultura” “assumiu um novo papel como argumento político e serviu de ‘arma dos fracos’, o que ficará particularmente claro nos debates em torno dos direitos intelectuais sobre os conhecimentos dos povos tradicionais”

Para a autora, “vários povos estão mais do que nunca celebrando sua ‘cultura’ e utilizando-a com sucesso para obter reparação por danos políticos” (CARNEIRO DA

CUNHA, 2009, p. 317). Nesse contexto, ela vai chamar atenção para a importância da “cultura com aspas” quando se refere àquilo que é dito acerca da cultura interna, ou seja, os conteúdos culturais estrategicamente selecionados para demonstrar a cultura.

A “cultura”, nesse campo político, tem se tornado fundamental nas lutas e conquistas de direitos dos povos tradicionais, principalmente dos povos indígenas, mas, segundo a autora, também pode ser “uma faca de dois gumes, já que obriga seus possuidores a demonstrarem performaticamente a ‘sua cultura’” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 312). Assim a “cultura com aspas” assume, portanto, uma lógica interétnica, cujos conteúdos culturais podem servir de critério de demarcação da diferença especialmente para demonstrar a fronteira entre o “nós” o “eles”.

Todavia, é necessário destacar que a cultura (sem aspas) de um determinado grupo não estabelece necessariamente as fronteiras que vão distinguir os grupos. Para Carneiro da Cunha (2009) a cultura é mutável, pois está constantemente sendo elaborada e reelaborada, o que torna falacioso determinar a identidade étnica de um grupo simplesmente pelos seus conteúdos culturais.

A cultura com aspas tem uma função política, relacionada à conquista de direitos. Para a autora, a cultura, mesmo nesse processo de fluidez, é um importante marcador da etnicidade que funciona para afirmar a diferença. “A Cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais viável, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 237).

Apesar desse aspecto usual sobre os contextos nos quais se insere a cultura, na prática, essa dualidade se dissolve e se complementa. A importância nessa relação está em perceber que a cultura se enuncia tanto interna quanto externamente. Mesmo num diálogo externo, a cultura e a “cultura” vão ser enunciadas. Nesse sentido, é importante ter atenção à organização em volta do processo de enunciação da “cultura”, ou seja, a cultura com aspas designa o “modo da metalinguagem, ou melhor dizendo, o modo interativo por meio do qual esses objetos da cultura são usados no contexto de um *sistema de culturas*” (ALMEIDA, 2011, p. 46).

Nesse sentido, a diferença, ou seja, o “nós” e o “eles”, os traços étnicos, a cultura com aspas, só podem ser entendidos relacionalmente, posto que “se manifestam sempre dentro de sistemas e contextos definidos e não de forma essencial e ahistórica” (ALMEIDA, 2011, p. 43). Poutignat & Streiff-fenart (1997, p.154)

afirmam que “um grupo pode adotar os traços culturais de um outro, como a língua e a religião, contudo, continuar a ser percebido e a perceber-se como distintivo”.

Nessa perspectiva, vai se demonstrando que os grupos étnicos podem mudar de cultura sem perder sua legitimidade enquanto grupo étnico. Como observa Barth (2005, p.17), “a cultura está em um estado de fluxo constante”. Trazendo a definição de grupo étnico enquanto organização social, Barth (2005) salienta que diferenças culturais, mesmo não sendo um critério definidor de etnicidade, acentuam com grau de importância na composição dos grupos étnicos, ou seja, “os grupos étnicos não são grupos formados com base em uma cultura comum, mas sim que a formação de grupos ocorre com base nas diferenças culturais” (BARTH, 2005, p.16).

Assim como a cultura, a dimensão da identidade também pode ser reelaborada em diferentes contextos, estando nesse mesmo processo de variação e mutabilidade. Em sociedades cada vez mais dinâmicas, as identidades tendem a acompanhar esse movimento de inconstância e de reelaboração das relações sociais. Dessa forma, pensar a identidade como algo estático não condiz com o próprio dinamismo das relações sociais, já que a base das identidades é constituída pelas relações sociais.

Grupos de cultura articulam identidades, e não o contrário. Isto é, discursos identitários são causas da conformação de um grupo social, e não sua consequência. Grupos constituem identidade e diferenças, e aí se localiza não só o jogo político, como o uso articulado da cultura e da própria identidade. [...] Grupos de identidade acionam, agenciam e negociam uma cultura com aspas (SCHWARCZ, 2011, p. 34).

Para Hall (2006), a identidade sempre esteve ao longo da história nesse processo de reelaboração. A modernidade tardia, nesse caso, concebe modos de formulações de identidades específicas que acompanham esses processos políticos das sociedades atuais. O autor destaca que “a ideia de que as identidades eram plenamente unificadas e coerentes e que agora se tornaram totalmente deslocadas é uma forma altamente simplista de contar a história do sujeito moderno” (HALL, 2006, p. 24).

Silva (2003) afirma que a identidade ganha sentido a partir da diferença e vice-versa, em que a diferença é constantemente produzida. Nesse sentido, a identidade também. Faz-se importante, então, compreender a identidade e a diferença como produzidas nas relações sociais, estando atreladas às relações de forças e de poder na sociedade.

A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental,

mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (SILVA, 2003, p. 76).

No caso da identidade étnica, essa questão não destoa, como chama atenção Cardoso de Oliveira (1976) ao perceber a identidade étnica como uma forma de identidade social. As identidades étnicas não se constituem apenas sobre a autoatribuição de forma endógena, elas estão, também, sob a projeção e avaliação de fatores externos ao grupo, até mesmo, no liame interno de autodefinições. A identidade é também resultado de imposições da diferença, “a questão é saber em que medida a definição imposta pelo outro deixa uma margem de liberdade aos grupos categorizados dessa forma para estabelecer seu próprio critério de definição” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1997, p.143).

Essa relação com o outro está presente quando a Eliana Potiguara no poema “Brasil” questiona: o que faço com a minha cara de índia? Já que essa atribuição foi forjada pelo de fora, a autora interroga o que fazer com esse marcador representado por estereótipos de inferioridade e apagamento pelas sociedades ocidentais.

Tendo como referência a questão indígena no Brasil, diante dos processos diluidores, como a aculturação e assimilação, principalmente de conteúdos culturais e de linguagens, e até mesmo independentemente do grau de isolamento geográfico de muitos grupos, Veras e De Brito, (2018, p. 109) salientam que, para esses grupos indígenas, “identificá-los como aqueles que herdaram uma descendência *pura* das populações pré-colombianas é praticamente impossível, apesar de ser a noção do senso comum”, daí o componente da mutabilidade tanto da cultura, quanto da identidade.

Em estudos sobre os indígenas Kiriri e Tuxá no Nordeste brasileiro, Batolomé (2006) destaca a percepção sobre os sentidos da identidade étnica. Os indígenas que ali viviam eram lidos pelos de fora como “mulatos” ou “caboclos”. No sentido de demonstrar que, apesar de mudanças na cultura e deslocamento na língua, a questão não se tratava de uma “farsa”, Batolomé (2006, p. 51) evidencia que os Tuxá e Quiriri “continuavam a se perceberem e a serem percebidos pela população local em termos étnicos – ou seja, as fronteiras étnicas se haviam mantido e tinham desenvolvido processualmente as identidades contrastantes.”

Evidentemente que essa visão, presente no senso comum, de uniformizar e propagar uma ideia de “indianidade” faz parte de um projeto de sociedade que perdura

ao longo da história no Brasil. À vista disso se massifica a ideia dos grupos étnicos indígenas, como um grupo homogêneo, com símbolos culturais específicos que o definem como tal, em que a avaliação de sua validade étnica é a permanência ou não desses mesmos símbolos culturais estabelecidos pela sociedade não indígena.

Mesmo diante do longo processo de violência (colonização e colonialidade), os povos tradicionais, com destaque às populações indígenas, continuam marcando suas diferenças, no sentido da construção de consciência étnica, principalmente na perspectiva da cultura. Os grupos vão escolher os elementos para demarcar as fronteiras entre si, sendo também os conteúdos culturais, com destaque aos conhecimentos tradicionais, vão sendo os sinais diacríticos selecionados para esse processo.

A cultura e a identidade, mesmo não sendo algo acabado, são importantes marcadores da etnicidade que, a partir do contraste com o outro, é utilizada para afirmar a diferença. E nesse sentido, a etnicidade também ganha sentido político, através de povos tradicionais, que reelaboram suas identidades sem perder a consciência de comunidade coletiva. Como salientou Carneiro da Cunha (2009, p.244), “a etnicidade, como qualquer forma de reivindicação de cunho cultural, é uma forma importante de protestos eminentes políticos”.

A cultura e a identidade são resultantes das relações sociais, que, ao mesmo tempo, implicam a formulação de novas relações. O reconhecimento deles que produzem formas específicas de identidade e de repertório cultural além de ser uma demanda que se insere na projeção universal dos direitos humanos, e é a melhor maneira de garantir a diversidade e possibilidade de um futuro realmente justo e sustentável.

A identidade étnica dos povos indígenas é um direito presente na Constituição Federal de 1988, com destaque para o Artigo 231 da Constituição quando afirma que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988).

Nesse contexto de garantia formal do autorreconhecimento, outro instrumento importante é a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, tratado que se refere à situação dos povos indígenas e tribais, adotado na Conferência Internacional do Trabalho (OIT) em 1989. Esse documento é um acordo de escala

mundial adotado por muitas nações em que se pretende atender aos direitos fundamentais dos povos tradicionais. No Brasil, foi sancionada pelo Decreto 5.051/2004. Lembrando a importância da convenção no sentido de reunir direitos dos povos indígenas, Oliveira (2022, p. 137) afirma que “a espinha dorsal do documento é a possibilidade de os indígenas participarem diretamente da tomada de decisões acerca do bem-estar social do grupo”.

Oliveira (2022) explica as especificidades que envolvem as noções de autoidentificação e autorreconhecimento, sendo estes os dois estágios que constituem o processo de reconhecimento de comunidades tradicionais. Nesse sentido, a autoidentificação tem a ver com o direito de autodeterminar-se, de autorreconhecer-se, atribuindo-se a sua identidade em um processo de construção de consciência sobre si.

A autoidentificação, por sua vez, é uma garantia expressa na Constituição Federal de 1988, quando reconhece, no inciso IV do Artigo 3º, o direito às diferenças (BRASIL, 1988). Também está explícita na Convenção Americana de Direitos Humanos, que admite o direito à personalidade jurídica (art. 3º), assim como na Declaração de Direitos dos Povos Indígenas da ONU, que concede aos indígenas o direito à autonomia. Junto a esses instrumentos jurídicos, está a já citada Convenção 169, que foi promulgada no Brasil pelo Decreto 5.051/2004 e constitui um dispositivo importante na defesa dos direitos humanos. Logo na abertura do texto, em seu Artigo 1º, declara que a autoidentificação indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam as disposições da presente convenção. Explicam Nascimento e Oliveira (2021, p. 39) que a autoindificação “constitui um direito primordial para acessar as políticas públicas substanciais aos diversos grupos, todavia é constantemente rechaçada pelo Estado que dificulta esses processos”.

Já o autorreconhecimento é constituído a partir da identificação coletiva, de forma que a própria comunidade passa a legitimar a identidade étnica dos sujeitos. Nascimento e Oliveira (2021, p. 136) destacam que “o autorreconhecimento acontece nos movimentos plurais que as comunidades reproduzem tradicionalmente. É uma ação autônoma, autogerida, que se consolida no coletivo”. O Artigo 5º da Convenção 169 diz que:

Deverão ser reconhecidos e protegidos os valores e práticas sociais, culturais religiosos e espirituais próprios dos povos mencionados e

dever-se-á levar na devida consideração a natureza dos problemas que lhes sejam apresentados, tanto coletiva como individualmente” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1989).

A Constituição Federal reconhece o direito dos indígenas às terras tradicionalmente ocupadas. Sobre esse tema, recentemente, voltaram à tona mais tentativas de apropriação das terras indígenas através do Projeto de Lei chamado de Marco Temporal - PL nº 490/2007, que visa restringir a demarcação de terras indígenas àquelas que comprovarem ocupação até o dia da promulgação da Constituição Federal de 1988, ou seja, terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas até o dia 5 de outubro de 1988. Movimentos indígenas e muitos especialistas do direito reiteram a inconstitucionalidade do Marco Temporal por ferir o direito originário desses povos.

Enfatizando as múltiplas formas de expropriação sofridas pelas populações indígenas, Nascimento e Oliveira (2021, p. 41) frisam que “é importante recordar que o sistema colonial implantado no Brasil, além de buscar devastar física e culturalmente as populações nativas, garantiu a instituição das grandes propriedades privadas, concentradas em poucas mão”. Foram múltiplas formas de expropriação dos territórios indígenas, de modo que, hoje, esses povos organizados em movimentos sociais se articulam em processos de retomadas de suas identidades e territórios.

Numa perspectiva das retomadas a partir da questão do direito à terra, pode-se afirmar, segundo Alarcon (2013), que as retomadas de terras consistem em processos de recuperação, pelos indígenas, de áreas por eles tradicionalmente ocupadas e que se encontravam em posse de não-índios. Alarcon (2013) propõe a noção de formas de retomada, justificando que esses processos se diferem em muitos sentidos, tomando dimensões jurídicas e administrativas específicas ao contexto que foi direcionado.

No presente, quando nos referimos à retomada, estamos também falando de reaver um lugar de memória, das resistências articuladas no cotidiano de enfrentamento à permanência do projeto colonial, atualizado no capitalismo exploratório que invade as áreas nativas, destrói o meio ambiente nega direitos garantidos na legislação e restringe a vida enquanto comunidades originárias (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2021, p. 30).

Ao longo dos últimos anos, as retomadas, enquanto ações políticas, têm se generalizado, ganhando força principalmente no Nordeste brasileiro. Pacheco de Oliveira (1998) explica que vem se impondo como característico dos indígenas do

Nordeste “o chamado processo de etnogênese, abrangendo tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já reconhecidas”.

A região foi a primeira afetada pelo processo de desterritorialização empregado pelo sistema colonial sobre os povos originários. Segundo Pacheco de Oliveira (1998), os índios do Nordeste, considerados como “misturados” ou “remanescentes”, não despertavam importância enquanto objeto de ação política para o Estado, só a partir das demandas relacionadas à terra junto à organização política desses povos que os órgãos indigenistas direcionaram atenção a esses povos.

A retomada territorial no Nordeste, nas últimas décadas, dispõe de alguns exemplos etnográficos. Segundo Alarcon (2013), pode-se destacar o processo de retomada feito pelo povo Xokó da Ilha de São Pedro, no estado de Sergipe; a retomada de terras dos Kiriri, no Norte da Bahia, apontada como um exemplo de forma de retomada que veio influenciar outros povos indígenas no Nordeste, dentre outras. Nesse sentido, “as retomadas estão associadas à tentativa de recuperação do território onde a história se vincula a um extenso processo de territorialização” (OLIVEIRA, 2022, p. 154)

Mesmo com esses exemplos, a autora indica um cenário de escassez de investigações acadêmicas em que a retomada indígena é o foco principal. Em vista disso, Nascimento e Oliveira (2021) vêm apresentar exemplos etnográficos de retomadas indígenas com foco no reconhecimento da identidade étnica e na demarcação de terras no sudoeste da Bahia. Trata-se dos povos Paneleiros, os Ymboré, Camacãs e Mongoyó, localizados entre as cidades de Vitória da Conquista, Itambé e Ribeirão do Largo.

Descrevendo uma etnografia da forma de retomada como se vem constituindo na Serra do Padeiro do Sul da Bahia pelos Tupinambá da Serra do Padeiro, Alarcon (2013) percebeu que a dinâmica a que se direciona a retomada tem como foco a reconstrução de um povo e de seu território, destacando razões históricas, políticas e cosmológicas. “No caso de Serra do Padeiro, estratégias de resistência historicamente engendradas pelos Tupinambá – beneficiadas pelo profundo conhecimento territorial do grupo e pela mediação dos encantados” (ALARCON, 2013, p. 112)

Na organização pela retomada territorial, Alarcon (2013, p. 117) destaca alguns elementos apontados pelos indígenas como vantagens comparativas em relação aos não-índios: “o profundo conhecimento dos primeiros sobre o território e o nível de

organização da aldeia”. Consideram também os povos indígenas o consentimento dos encantados, um dos elementos essenciais para todas as decisões pensadas no sentido da retomada.

O processo de retomada desemboca em constantes episódios de violência, na maioria dos casos, em forma de intimidação e de perseguição de indígenas que estão à frente da organização pela retomada. Assim, mesmo diante dessa ofensiva, os indígenas costumam criar estratégias para a resguardar a segurança do seu povo.

De todo modo, as retomadas étnicas e territoriais ocorridas no Brasil e principalmente no Nordeste estão associadas “a política de ausência do Estado em garantir a demarcação e regularização das áreas ocupadas e das que estão em vias de ocupação por recentes grupos ressurgidos”, como explicam Nascimento e Oliveira (2021, p. 41). Logo, o movimento pela afirmação e pelo fortalecimento da identidade étnica no processo de retomada desemboca em formas de resistência e de enfrentamento com o Estado, na busca de políticas públicas que respondam às necessidades coletivas das comunidades.

No território Guerém, o foco coletivo está sobre a retomada da identidade étnica, que os indígenas destacam em luta, ou seja, de retomar aquilo que foi tirado.

5. OS SENTIDOS DA RETOMADA E A IDENTIDADE ÉTNICA GUERÉM

Neste capítulo, teceu-se uma discussão sobre os sentidos dados ao processo de retomada para os Guerém. Destaca-se, de início, a importância do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém na luta pelo autorreconhecimento e reconhecimento da identidade étnica, como também sua relação com os saberes tradicionais, considerados por esse Coletivo como um dos elementos principais que marcam a cultura Guerém; por último, tratou-se da educação no Distrito Guerém, tema que surgiu como prioridade no processo de retomada. A análise empreendida tem como recorte os dados produzidos a partir da entrevista (grupo focal) realizada com os membros do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém e a análise dos documentos (acervos digitais e audiovisuais) produzidos no processo em torno da retomada da identidade Guerém.

5.1 A forma de *retomada* Guerém e a importância do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém

A aldeia tá viva no Distrito Guerém

*As terras que rodeiam o pé da Aldeia
Revelam muitas histórias que estão vivas na memória deste lugar
Aqui habitam vidas e trajetórias de gente
cuja força Guerém corre na veia.*

*Entre as pescas de manzuá e o ato de
navegar de jangada todo esse rio,
Cada anzol de amarração laça e ceva o território
margeado pelas águas do Piaú,
Em meio às árvores de muanza, sucupira
e murici, sinto um arrepio,
Quando ouço cantar, de lá do olho do pé de
pau a cuiubinha, a jandaia e o sabiá.*

*A igreja, ainda de pé, expressa a
catequização que existiu na região,
Desde a época da primeira celebração ao padroeiro São Fidélis,
A lagoa encantada nos revela à água dos
"Remédios" que chama atenção,
Pois a força dessa devoção atrai indígenas e
ciganos que mantêm viva a tradição.*

*As etnias que habitaram o aldeamento
Deixaram suas marcas aqui dentro, que seguem*

Vivem, pulsam e reexistem quando o jovem da Aldeia tece o cesto com cipós, Quando quem cresceu e quem habita essa terra lembra do legado dos avós, Guerém está em quem planta urucu, banha o corpo com o folha e sua amada terra chama: Orobó, Tuku Mirim, Jereba, Jiquiriçá e Jurema [...]. (JEFFERSON BRANDÃO, 2022, p.66).

O Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém vem desenvolvendo ações que visam ao processo de “retomada” e reconhecimento da identidade coletiva Guerém. Essas ações, articuladas com demais moradores locais, objetivam o fortalecimento da territorialidade e cultura local, além de estarem entrelaçadas com a valorização da memória e história local.

Atualmente à frente do Coletivo, Pyrauna Jyquyryça Watu Kren⁶ explica que o objetivo do grupo é “cultivar mais as nossas tradições e mostrar para as pessoas que a gente veio dos nossos ancestrais e temos essa identidade Guerém”. Ela continua afirmando que o maior objetivo do Coletivo é a luta para ter uma comunidade respeitada enquanto comunidade indígena. Nessa mesma direção, Demisson Nascimento⁷ ressaltou a importância do Coletivo na articulação do processo de retomada e na sua constituição identitária:

Falar do coletivo pra mim significa falar da minha coexistência que foi a partir dele, que foi apresentado por Adonias, que eu comecei a ter essa retomada e ver da forma que hoje eu começo a enxergar um roceiro, com identidade definida enquanto indígena que carrega não só meu eu na minha singularidade, mas todo coletivo, a gente abre a boca para falar que não está representando o eu no singular, mas milhares de vozes que foram silenciadas por esse processo perverso que a colonização e sua continuidade.

Para os membros do Coletivo, o processo de mobilização vem contribuindo com os próprios sujeitos oriundos do território na afirmação de suas identidades. Jilzinê Santos⁸ destacou que o debate do Coletivo “*tem sido muito importante pra mim, descobri minha origem. Nessa vivência a gente tem afirmado que Valença tem Aldeia. É gratificante fazer parte dessa luta.*” Para o grupo, o aspecto principal da organização em torno da retomada é a constituição da identidade étnica. Conforme Ybyra Ybyraçu

6 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

Anté Kren⁹, “é essa doação, o papel do coletivo dentro do território Guerém, que é conseguir juntar o nosso povo, para que essas vozes sejam ouvidas”, continua ele:

Quando a gente está imerso nesse processo a gente começa a ver que isso faz sentido, e a gente sente que seguindo uma caminhada que foi conduzida por tantos outros e outras que vieram antes de nós. Mais importante disso é que a gente possa segurar esse legado e lutar com todas as forças para que esse legado possa passar para nossas crianças, possam chegar nesses mais novos e mais jovens, por que eu acredito profundamente que eles e elas vão chegar mais longe do que nós e se a gente está lutando para reconhecer nossa história, se reconhecer dentro dela a partir de que elas comecem reconhecer que hoje a gente tá lutando para reconhecer nossa história a partir do momento que a gente faça a nossa história e compartilhar com os mais novos. Eles já vão crescer evidenciando ela com mais potência, com mais força e vão conseguir dar passos mais largos que a gente agora. Nessa busca eles vão ter mais certezas do que dúvidas, que a gente passa cotidianamente crescer e se reconhecer como um povo guerreiro que construiu Valença, que defendeu seu território contra toda essa construção colonial de Valença.

Propondo a noção de formas de retomada, para o caso dos Tupinambá da Serra do Padeiro, Sul da Bahia, Alarcon (2013, 2019, 2022) explica que as retomadas diferem em muitos sentidos, mas que, a grosso modo, “[...] consistem na recuperação da posse de áreas detidas por não indígenas no interior do território indígena” (2021, p. 25). Ademais, segundo Alarcon,

*Retorno é palavra que se escuta com frequência entre os Tupinambá da Serra do Padeiro. Para se referir à recuperação territorial em curso, meus interlocutores e interlocutoras recorriam muitas vezes à noção de *retorno da terra*. Como se vê, quem retorna é a terra – conforme são *libertadas* as porções presas em fazendas, o território mutilado vai recobrando a integridade. O retorno se desdobra em processos circunscritos, mas conectados: o *retorno dos encantados*, também impactados pelo esbulho; o *retorno dos bichos*, que têm reaparecido, após ficarem escassos em função da penetração de não indígenas no território; e o *retorno dos parentes* na diáspora, que, mesmo esbulhados e esparramados, mantiveram-se arraigados a seus lugares de origem e à coletividade da qual, de uma forma ou de outra, nunca deixaram de fazer parte (2021, p. 26).*

Alarcon (2021, p. 26) chama a atenção que, no processo de retomada do território, “deflagrou-se um amplo processo de retomada da memória”, de forma que “as ações de recuperação territorial *fazem a terra falar*, isto é, colocam em circulação histórias relacionadas a porções específicas do território, e estendem tais palavras para o futuro, expressando uma utopia concreta”.

9 Idem

Silva *et al* (2022) se utilizam do conceito de retomada para tratarem do processo de produção e circulação de peças de cerâmica entre os Xakriabá e, conseqüentemente, dos saberes produzidos a partir da retomada da cerâmica entre esse povo. Semelhante ao caso Tupinambá, retomadas [...] é um conceito Xakriabá que se refere às reconquistas e preocupações das terras anteriormente invadidas por fazendeiros ou posseiros (2022, p. 6-7).

Concomitante às “retomadas” de terra, surgem as “retomadas culturais” ou “levantamentos da cultura” (Santos, 2010). Muitas práticas tradicionais permaneceram adormecidas, como as expressões da oralidade, as formas de auto-organização e estratégia política, as práticas artísticas, que por muitos anos foram proibidas pelo colonizador (Xakriabá, 1995, 2004, 2005). Hoje, a língua Akwen está sendo ensinada nas aulas de Cultura e de língua Akwen Xakriabá, por meio da música e da escrita de palavras e seus significados (Tkadi Xakriabá, 2018). Além disso, pesquisas vêm sendo realizadas com os mais velhos que conseguiram manter em segredo algumas palavras. A cerâmica Xakriabá também está inserida nessas políticas de retomada (SANTOS *et al* 2022, p. 7).

No caso da retomada Guerém, a centralidade está em torno do reconhecimento da identidade étnica, sendo o primeiro passo para fazer valer os direitos sobre a educação e ao território. *“Nosso objetivo é essa retomada na cultura, na história. Como a gente vê, cada um de nós tem aquele pé na Aldeia, e o mais interessante é que a gente levou um bom tempo sem saber dessa identidade”*, reafirmou Pyrauna Jyquyryça Watu Kren. Como afirmam Silva *et al* (2022, p. 7), “retomadas do território” e as “retomadas culturais” estão emaranhadas uma na outra e se afetam mutuamente, evidenciando as estratégias de luta e de resistência do povo.

No Distrito Guerém, além da presença indígena, outras composições étnicas e tradicionais se fazem presentes como quilombolas, camponeses e ciganos. Logo, essas identidades estão situadas com o processo de retomada Guerém, seja nos debates sobre a educação no território, no compartilhamento de afinidades míticas e religiosas ou na produção agrícola local. Entendem os membros do Coletivo que fortalecer a identidade indígena Guerém é fortalecer o território. *“Entendo que o Guerém é um território indígena, mas que encontramos os quilombos aqui dentro, tem a Aldeia e os quilombos. Então quando a gente fala de identidades no plural é destacando as muitas identidades”*, sublinhou Adonias Ramos¹⁰.

10 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

Figura 13: Grupo de Guerém de Valença - BA



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2023.

O primeiro documento produzido com participação do Coletivo no processo de retomada foi a “CARTA ABERTA PELA PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA ALDEIA DE SÃO FIDÉLIS”¹¹, lançada em 2020, e contou com quase 300 assinaturas de representantes de entidades e atores sociais nacionais e internacionais. Essa iniciativa contribuiu para a criação do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, com o objetivo de contribuir para a mobilização, o fortalecimento e a salvaguarda da cultura, memória e territorialidade Guerém em Valença-BA. O Coletivo foi registrado no cadastro municipal da Secretaria de Cultura de Valença.

As primeiras reuniões, após a formação do Coletivo, culminaram num outro documento chamado de *Manifesto “O Chamado à Retomada: Em Defesa do Patrimônio Guerém”*¹². Esse documento reuniu informações históricas sobre o distrito e a força dos saberes tradicionais passados de geração em geração no modo de vida Guerém. No documento, chama-se atenção que no território Guerém se faz presente

11 Anexo A

12 Anexo B

“a caça, pesca, extrativismo, confecção de artefatos de pesca, caça e jangadas para navegação e pescaria nos rios locais, artesanato, saberes sobre a fauna e flora, ervas de cura, rezas, contação de histórias e contos”. Constituem um conjunto de saberes tradicionais demonstrados pelos Guerém como elementos que reafirmam a identidade étnica;

Esse documento também reforça a construção coletiva desse processo de retomada. Entre os grupos que contribuem nesse processo estão os jovens universitários da terra que fazem pesquisas sobre suas origens, associações locais como a associação de Pequenos Produtores de Aldeia e Gereba (ASPAG), o grupo Orobó Potências, pesquisadores, professores, artistas, ativistas locais, entidades indigenistas e organizações de povos indígenas, o Grupo de Pesquisa Docência, Currículo e Formação (DOCFORM/CFP/UFRB). Reforça o Manifesto¹³: “Só chegamos até aqui porque não caminhamos só, graças aos passos dados pelos antepassados é que decidimos romper a tentativa de silenciamento da nossa ancestralidade”.

Na organização pela retomada em 2021, foi realizada pelo Coletivo a ação da 1ª “Prosa Decolonizando a Aldeia”¹⁴, um momento intitulado de “Autorreconhecimento, lutas e direitos territoriais dos Povos Indígenas” priorizou o debate sobre o tema da retomada do autorreconhecimento. Um dos pontos chave desse encontro foi a formação de redes de apoio na retomada Guerém. Contribuíram para a construção do espaço moradores locais que guardam a memória e história local, lideranças indígenas e representantes do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ).

Alarcon (2013, p.120) sinaliza sobre esses processos de mobilização junto a representantes de outros povos, proporcionando o que ela chamou de “redes de relação entre diferentes grupos e de partilha de problemas similares enquanto povos indígenas”. Faz parte da luta nesses processos de retomada de identidade a construção de parcerias, principalmente a articulação com os movimentos indígenas. Explica Pyrauna Jyquyryça Watu Kren que “*o coletivo também é teia nesse sentido, de fazer essas aproximações, estabelecer essas redes que é fundamental para gente conseguir levar adiante*”.

13 Anexo A.

14 Figura 11.

No espaço da 1ª Prosa¹⁵, foi recordada a história de uma família indígena que vive integrada aos Pataxó Hã Hã Hãe, no território Caramuru – Catarina Paraguaçu, localizado no Sul da Bahia. O convidado Agnaldo Pataxó Hã Hã Hãe (2021) lembrou que a família conta a história da Aldeia de São de Fidélis e de suas origens. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) emitiu um documento alegando que a família era indígena oriunda da Aldeia de São Fidélis, sendo que o órgão levou em conta para o reconhecimento da identidade indígena da família a aldeia de origem.

Os povos tradicionais se constituem enquanto sujeitos culturais fora dos moldes das sociedades capitalistas. No entanto, a manutenção dos seus modos de vida e de organização social se deparam constantemente com estratégias de desarticulação de seus sistemas de organização social. Como enfatiza Demisson Nascimento¹⁶, *"passei por esse processo perverso que as colonialidades fazem com a gente, a gente nega a identidade, nossa própria história segue essa dinâmica que o sistema dominante coloca sobre nós"*.

Alarcon (2013) concebe o arranjo político por trás dessa questão, em que, para ela, a negação da existência de um grupo étnico vem acompanhada da negação de qualquer forma de afirmação de identidade étnica daquele grupo. Para Demisson Nascimento¹⁷, interessa ao sistema capitalista o processo de negação da identidade e do pertencimento enquanto grupo étnico, forjando, assim, *"corpos subalternizados ensinados a negar sua história que é negar sua própria existência"*.

Célia Tupinambá (2021)¹⁸, liderança indígena, em diálogo com os Guerém, reforçou o aspecto da identidade. Enfatizou ela que *"precisa que você se autorreconheça, eu conheço minha história, conheço minha origem, sei que eu sou, não é o outro que vai dizer quem sou eu, eu que vou dizer quem eu sou e ele me deve respeito"*.

Ao demonstrar que existe uma constância na construção das identidades, Hall (2005) destaca as interações coletivas e o modo como elas são situadas em relação aos outros. A sobrevivência da identidade de um grupo depende dos processos coletivos que visam à sua manutenção e reafirmação. No contexto brasileiro, principalmente nordestino, onde perduram estigmas e estereótipos negativos sobre a

15 Figura 11

16 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

17 idem

18 Fala retirada da 1ª Prosa "Decolonizando a Aldeia

população indígena, constituir a identidade coletiva enquanto povo se torna mais difícil.

Trazendo um dos principais problemas no autorreconhecimento, Ubirailda Santos¹⁹ argumenta que “o pessoal fala que fulano de tal é filho de índio, família de fulano também. Às vezes apontam mas não se autodeclaram”. Além dos desafios na relação com os outros (externo), na retomada Guerém, o debate sobre a identidade encontra alguns impasses internos, principalmente no sentido do autorreconhecimento de alguns sujeitos que compartilham em comum a história e a memória local. Explica Ybyra Ybyraçu Anté Kren²⁰:

Tem sim essas dificuldades, mas é um direito das pessoas de terem acesso a sua história, a terem sua memória, mesmo que a gente tenha, mais vamos buscar para ter, e nos tiram esse direito. Eu fico imaginando que quando tira esse direito por que ao não saber dessa história como se sentir Guerém, ao não saber dessa história como sentir a sua identidade valorizada mesmo vindo da zona rural no interior da Bahia, que quando chega na cidade é colocado em inferioridade com que está na cidade.

Um dos principais desafios dos Guerém tem sido a mobilização interna para o autorreconhecimento. Essa questão está como uma das principais demandas do Coletivo. Nesse sentido, o Coletivo organizou a campanha para a autodeclaração no Censo do IBGE 2022 no Território Guerém. Atualmente, informou Ybyra Ybyraçu Anté Kren²¹ há 435 sujeitos indígenas autodeclarados em Valença – BA. Ybyra Ybyraçu Anté Kren explicou que o quantitativo de indígenas deve ser maior, pois segundo o mesmo, houve problemas em relação a aplicação do em Censo em 2022 no Território Guerém, principalmente em relação ao não cumprimento da metodologia do Censo de acordo as recomendações do próprio IBGE que determina particularidades de aplicação em territórios indígenas.

19 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

20 Idem

21 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

Figura 14: Campanha para a autodeclaração no Censo do IBGE 2022



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2022.

O censo demográfico, em números mais recentes, já registra mais de 1,65 milhão de indígenas no Brasil, um universo muito mais expressivo do que o contabilizado no último levantamento em 2010, quando 896 mil pessoas se declararam indígenas. O caminho indica que haverá um expressivo aumento no autorreconhecimento, já que se ampliam as formas de luta e de articulação entre esses povos. Nesse sentido, junto aos movimentos indígenas, a criação do primeiro Ministério dos Povos Indígenas no país, comandado por lideranças reconhecidas pelas organizações indígenas no governo atual, deve contribuir para o aumento do autorreconhecimento desses povos. Lutar pelo reconhecimento do Estado passa por também fortalecer seu autorreconhecimento.

A ANAÍ, que atua acompanhando os processos de luta dos povos indígenas, monitorando, também, seus territórios, estima que existam atualmente ao menos 70 povos indígenas na região Nordeste e 33 povos indígenas na Bahia. Os Guerém estão

na lista das etnias da Bahia. Disponível em seu site, lá estão ainda dados referentes a estudos acadêmicos e notícias sobre os Guerém de Valença.

Outra importante entidade que situa a etnia Guerém é a Coordenação Regional Sul da Bahia – FUNAI, uma unidade responsável por coordenar e monitorar a implementação de ações de proteção e de promoção dos direitos de povos indígenas no estado da Bahia que, localizada no município de Porto Seguro (BA), tem atuado junto aos povos indígenas das etnias Pataxó, Pataxó Hã Hã Hãe, Tupinambá, Mongoió, Baenã, Camacã, Kariri-Sapuiá e Guerém.

A busca pelo direito do reconhecimento, enquanto grupo étnico, parte da própria comunidade. No Distrito Guerém, como já dito, é comum o levantamento da história e da memória local, principalmente através dos moradores mais velhos da comunidade. Nascimento e Oliveira (2021, p. 46) destacam que “a memória dos grupos étnicos em retomada é o principal instrumento de luta na reparação de direitos”.

Chamados de guardiões da memória, os mais velhos são responsáveis pela manutenção da tradição oral. “*Hoje o que gosto de fazer é ouvir mesmo os mais velhos e mais velhas, as coisas acabam se situando melhor sobre quem eu sou*” afirmou Ybyra Ybyraçu Anté Kren²². A transmissão oral dos seus saberes e memória está sendo ponto forte no processo de retomada Guerém. Para os membros do Coletivo, os mais velhos nas comunidades do território Guerém representam o elo com a ancestralidade.

A participação também dos mais jovens é uma preocupação do Guerém. “*Uma coisa que o coletivo traz de contribuição além dos universitários se engajando, mas a galerinha nova, se percebe que as crianças se apaixonam por isso, comentam, se motivam*”, disse Ybyra Ybyraçu Anté Kren²³. O Coletivo, juntamente com outros grupos que compõem a luta em defesa do território e da educação local, tem atuado com essa categoria, principalmente no sentido de fazer valer os direitos à permanência no território, a educação contextualizada, assim como o fortalecimento de vínculos identitários nas comunidades. Sobre os jovens no cenário de retomada, destacou Ybyra Ybyraçu Anté Kren²⁴:

22 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

23 Idem

24 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

Alana que é nossa representante da juventude, chega lá, comenta que encontra outros jovens, para além das características estereotipadas de quem é indígena ou não é, e encontra as relações comunitárias que estas pessoas estão vivendo, e tem outro significado, a gente passa a valorizar o lugar de onde vem, quando um fala que ali não tem nada, já se sabe como se defender falando de sua história.

De modo geral, a retomada no território Guerém vem demonstrando a importância da luta coletiva, da valorização dos saberes tradicionais, da memória dos mais velhos e da inserção dos mais jovens. As razões da retomada Guerém estão no direito de um povo se autorreconhecer e de buscar aquilo que é de interesse coletivo. Ao Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém coube o trabalho de informar que não foram extintos, de construir junto aos Guerém caminhos que fortaleçam a identidade, a territorialidade e a educação local. Como lembrou Célia Tupinambá²⁵ em conversa com os Guerém, retomar, nesse sentido, é pegar de volta aquilo que nos foi tomado.

5.2 Os Saberes Tradicionais Guerém na retomada

Guerém, minha Terra

*Aqui é o meu lugar
Carrego a etnia dos índios guerreiros no sangue
E a coragem de lutar*

*No nosso distrito, quem reina é a agricultura familiar, plantamos
O cravo, coco, dendê e o guaraná
Aqui nos nossos plantios trabalhamos com Agroecologia*

*Na escola tentamos contextualizar todos os dias
Quando falamos do Guerém,
Não podemos esquecer*

*Que fazemos parte da região mais linda da Costa do Dendê
Se eu tivesse um poder,
No tempo eu voltaria
Para aprender, com os meus ancestrais, as suas tecnologias.
(ADONIAS RAMOS, 2022, p. 35).*

Os saberes tradicionais são situados pelos Guerém no processo de retomada como um dos laços que amarram as identidades dos sujeitos ao distrito. Esses saberes compõem um rico ambiente cultural e de ancestralidade que integra a vida

25 Fala retirada da 1ª Prosa "Decolonizando a Aldeia

dos Guerém, e constantemente é demonstrado interna e externamente para reforçar a luta pelo reconhecimento étnico.

As ações coletivas realizadas pelos Guerém no sentido da retomada costumam situar o repertório desses saberes. São amplamente explanados através da oralidade dos mais velhos, cantos, pinturas, artesanatos, plantas, frutos, entre outros, comumente em espaços de reuniões, feiras, manifestações, *lives* entre outros. Nesse significado, fazem jus ao que Manuela Carneiro da Cunha (2009) chamou de marcadores diacríticos, elementos da cultura acionados pelos grupos tradicionais em suas lutas por direitos.

Figura 15: Artefatos presentes na identidade Guerém



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2022.

Na 1ª Prosa "Decolonizando a Aldeia", Agnaldo Pataxó Hã Hã Hãe (2021), em sua fala, destacou o aspecto de luta dos povos indígenas e centralizou o papel da cultura para o reconhecimento da identidade coletiva culminando na garantia de direitos fundamentais, para ele *“a cultura garante a identidade do povo, e a gente sem*

a cultura se torna difícil resistir, é através da cultura que fazemos o contato com os encantados."²⁶

A mobilização, com o suporte da cultura, ou como chama atenção Cunha (2009) "cultura", abriu caminhos para consolidar a ideia de pertencimento coletivo a um território. No documento *Manifesto "O Chamado à Retomada: Em Defesa do Patrimônio Guerém"*, ressaltam os membros do Coletivo:

Os moradores locais mantêm vivas muitas heranças dos nossos antepassados, os aprendizados de: caça, pesca, extrativismo, confecção de artefatos de pesca, caça e jangadas para navegação e pescaria nos rios locais, artesanato, saberes sobre a fauna e flora, ervas de cura, rezas, contação de histórias e contos passados de geração em geração.²⁷

Diante disso, o Coletivo realizou, em dezembro de 2020, a transmissão de uma *live* para demonstração da confecção de artesanato na cultura Guerém. O espaço foi intitulado de Artesanato de Samambaia com Mestre Israel. Mestre da cultura popular local, Israel Duarte²⁸ compartilhou o processo que envolve a arte de confeccionar cestos de cipó, aprendizado que adquiriu na Aldeia - Distrito Guerém.

26 Fala retirada da 1ª Prosa "Decolonizando a Aldeia.

27 Anexo B

28 Também conhecido como Mestre Israel, é referência na arte de fazer artesanato no distrito Guerém.

Figura 16: Arte de divulgação de evento sobre artesanato Guerém

**O Coletivo Étnico-Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém
apresenta:**
Artesanato na Aldeia: tecendo cestos ancestrais



Oficina: "Artesanato na Aldeia: tecendo cestos ancestrais" (Com Israel Conceição Duarte)
Data: 27 de dezembro de 2020
Hora: 14h

Local: plataforma virtual (Meet)

Ficha de inscrição disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScmzAMIWk2vIUUAFLd-HDhclKnXQc39ZlhA4mSPvEa7sOmB7A/viewform>

**Edital de Chamada Pública Municipal N° 001/2020 - Prêmio Maestro Barrinha
Iniciativa Financiada com Recursos da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc
(DECRETO LEGISLATIVO FEDERAL N° 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020)**

Promoção



Realização



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2021.

No espaço, Mestre Israel lembrou que essa tecnologia ancestral vem do legado partilhado por anciões locais, a exemplo do memorável Sr. Manoel Gregório. No processo de confecção da cesta, ele explicou os passos: primeiramente se dá pela busca e pela retirada do cipó samambaia, normalmente encontrado em matas fechadas e ou na beira dos rios. Em seguida, é feita a seleção das fibras mais resistentes, a limpeza e seu corte, já pensando no tamanho do cesto. Numa superfície plana, inicia-se a técnica de tecer até ganhar forma de cesto. Já finalizando, é feito o processo chamado de virar os arcos, que é um contorno dado às pontas soltas das fibras e, por último, se acrescenta a alça de fibra trançada.

Figura 17: Fazer artesanato Guerém - Cesto de cipó samambaia



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2022.

Outro objeto artesanal muito utilizado pelos Guerém é o munzuá, um artefato de pesca artesanal, utilizado no território, principalmente para pesca de camarão. A confecção na tradição Guerém é feita a partir do cipó ou talas de dendê ou de bambu. Na figura 18, um munzuá produzido por Mestre Pequeno para ser leiloadado em uma das atividades *online* proporcionada pelo Coletivo e moradores locais.

Figura 18: Munzuá produzido no Guerém



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2022.

O conhecimento tradicional presente na pesca artesanal é bem elaborado, pois acumula técnicas históricas e se adapta às condições da natureza local. A pesca artesanal faz parte da identidade cultural Guerém. Para isso, é comum fazer uso da jangada, munzuá e anzol. Em um dos encontros promovido pelo Coletivo para a contação de história sobre as tradições e cultura local, dona Dete de Jesus, conhecida com uma guardiã da memória local, reforçou a importância da pesca na cultura Guerém e destacou o pitu, acari, piau, piabanha, acará e traíra como as espécies mais comuns na pesca Guerém.

Figura 19: Pesca no Distrito Guerém



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2023.

Sociedades com culturas distintas usam diferentemente o território, assim sendo, criam um repertório de conhecimentos associados à ecologia local. São muitas técnicas empregadas na estruturação desses saberes, mas o que garante sua sobrevivência são os processos de transmissão geracional, ou seja, aprendizados

lavrados nas experiências e relações cotidianas comunitárias entre sujeitos de diferentes gerações. Sobre isso, fala Ybyra Ybyraçu Anté Kren²⁹:

Ir para as casas de farinha, fazendo farinha ali mais perto de lá de casa, juntava a família, que tinha isso das famílias estarem fazendo essas trocas juntas, nas colheitas, trabalhando como meeiro e às vezes até a terça a depender do valor. Fazendo a farinha, o beiju, mas ali reunidos, trocando informações, os mais velhos falando para os mais novos, tomando um cafezinho que a gente gosta muito. Eu lembro dessa relação com o artesanato, tanto o artesanato para a pesca quanto para caça, muito forte mesmo, de fazer arapuca, fazer laço de bater, de fazer laço de açoite, munzuá, os sextos e as fruteiras de samambaia, mas era muito forte essa coisa do artesanato para uso na caça e na pesca, colocar as cevas para pegar pitu, camarão nas encostas do rio piau. As jangadas também são construídas para ir de um lado para outro nesses locais, nas casas de familiares. Também esses sambas, cheguei a presenciar todas essas trocas que ocorreram, lembro de uma figura forte do Gentil, uma força de herança indígena muito intensa que aparece nesses sambas, nessas atividades que se fazia, nesses lugares, que se fazia caruru ou atividade aparecia.

Falando sobre as relações comunitárias, em que muitos saberes locais eram compartilhados mais expressivamente nas relações, Ubirailda Santos³⁰ lembrou que cresceu “*envolvidas nas ladainhas, nas rezas, minha mãe é parteira, levava dois dias para ir fazer parto, que ia para distante, Tiririca, para o Cruzeiro, aqui ao lado em Jatimane*”. Complementa ela falando mais sobre os saberes tradicionais e os diálogos intergeracionais presentes na sua formação:

Aprendi a gostar de estar no meio dessas pessoas, convivendo com elas, aprendendo a fazer a esteira com elas, aprendendo a fazer a peneira e o que mais me chama atenção dessas vivências é que elas são esquecidas, se a gente não trazer como no momento aí Guerém, na escuta dos mais velhos, nos contos, nos momentos em que cada um sentaram para poder contar como era, já era, houve essas mudanças, tanto no Jiquiriçá quanto Gereba já chegou a internet e, como se fala, já é diferente de como se falava antigamente. Tudo isso foi mudando, mas muita coisa está enraizada, as rezadeiras, os sambas de rodas, ainda existe, as duras penas mais existem nas comunidades.

Acompanha artefatos enquanto elementos da cultura eleitos pela comunidade para serem demonstrados; a construção de espaços de oralidade com os mais velhos, onde contam suas histórias, memórias e os modos de fazer na cultura e no território.

29 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

30 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

Os conhecimentos tradicionais continuam a existir por meio da sabedoria dos mais velhos, mas, também, pelo uso prático nas comunidades, de modo que a transmissão geracional depende da participação dos mais jovens. Nas sociedades tradicionais, os mais velhos são aqueles que, por mais tempo, carregam e transmitem a tradição e os mais jovens, aqueles que asseguram sua continuidade. Por isso, segundo Carneiro da Cunha (2014, p. 16), “o que mais importa não é apenas preservar os conhecimentos tradicionais, e sim se engajar em conservar vivos e dinâmicos esses sistemas ‘outros’ de conhecimento”.

No Guerém, muitos moradores locais, principalmente os mais velhos, fazem uso da medicina tradicional. Esse tipo de conhecimento é um exemplo de como a natureza, cultura e espiritualidade se integram para muitos povos tradicionais, como frisou Toledo e Barrera-Bassols (2015) sobre a arte da cura com plantas, cantos e rezas comuns nas culturas indígenas.

Na figura 20, para a produção do documentário “Aldeia O Curta “, Dona Luíza, mestra do saber local, enfatiza a importância do uso de plantas para cuidar da saúde física e espiritual.

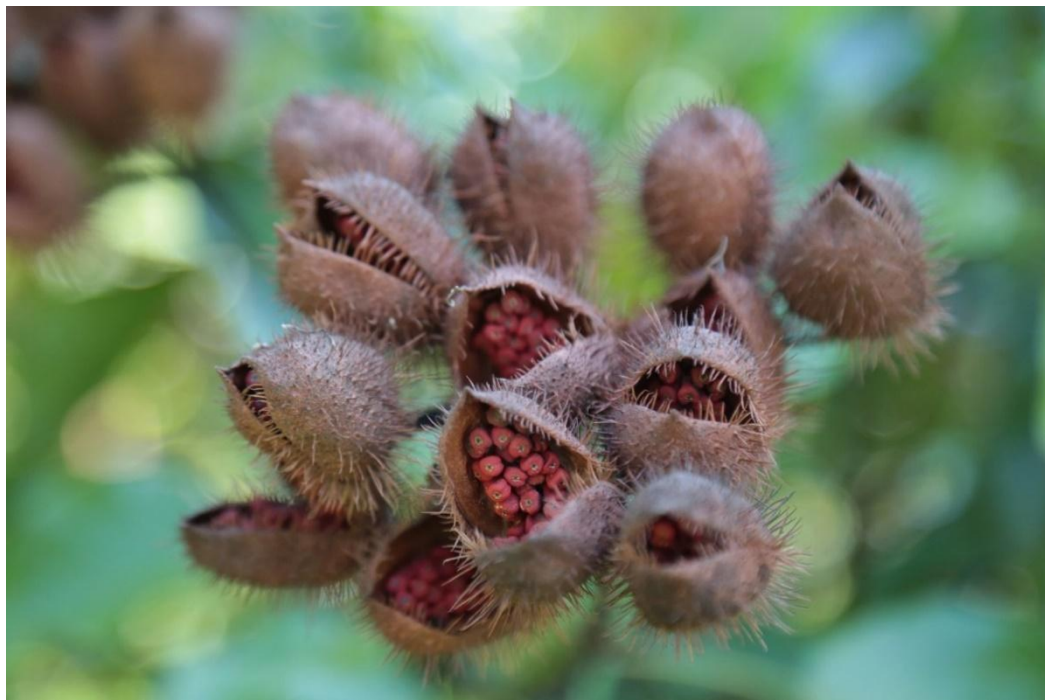
Figura 20: Dona Luíza, mestra do saber local Guerém



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2021.

A rica diversidade ecológica também influencia nos saberes tradicionais Guerém, favorecendo a ideia de um ecossistema sociocultural. Uma das espécies de plantas mais comum na cultura Guerém é o urucuzeiro, espécie nativa da América Tropical. Seu fruto, o urucum, é utilizado por indígenas brasileiros como matéria-prima para tintura, remédio, protetor solar, repelente assim como na alimentação. O urucum é um importante elemento na simbologia da comunicação visual dos guerreiros, além de produzir corante para a comercialização local. Nos espaços de mobilização em torno da retomada, os Guerém costumam se pintar com a tinta de urucum e jenipapo.

Figura 21: Urucum no território Guerém



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2021.

Enunciar e demonstrar esses saberes tem sido uma importante estratégia na luta pelo reconhecimento da identidade Guerém, assim como evidenciar possibilidades de organização social e cultural que carregam um respeito maior ao ritmo da natureza, logo, contribuem para a sustentabilidade social, cultural e ambiental no território Guerém, demonstrando, assim, que existem outras maneiras de viver.

Esses saberes Guerém fazem parte de uma grande riqueza relacionada à diversidade cultural. As técnicas e produtos materiais, os mitos fundadores e ritos comunitários se inserem em todo um sistema organizacional que se somam ao sentido

de comunidade étnica. Dessa maneira, almejando o fortalecimento e a valorização da cultura local, um dos principais temas debatidos na retomada Guerém é a necessidade de se construir uma educação local que esteja contextualizada com esses saberes.

5.3 A educação na retomada Guerém

[...] mas a gente ainda tem que perguntar em favor de que conhecer e, portanto, contra que conhecer; em favor de quem conhecer e contra quem conhecer. Essas perguntas que a gente se faz enquanto educadores, ao lado do conhecimento que é sempre a educação, nos levam à confirmação de outra obviedade que é a da natureza política da educação. Quer dizer, a educação enquanto ato de conhecimento é também, por isso mesmo, um ato político (FREIRE, 1982, p. 97).

No cenário onde povos tradicionais são constantemente deixados de lado nas políticas públicas, a educação aparece como um instrumento real de luta e de mudança. Na perspectiva freiriana, por exemplo, esse contexto é sempre enfatizado, pois indica a importância de se construírem caminhos para a produção de conhecimentos atrelados às necessidades e à soberania dos sujeitos oprimidos na sociedade.

A partir da década de 1970, os movimentos indígenas, articulados aos outros setores sociais, introduziram o debate sobre a necessidade de uma educação diferenciada que valorize as tradições das populações indígenas. A ideia foi refletir estratégias de transformação do modelo de educação escolar hegemônico, que historicamente agencia formas de violências contra os povos indígenas, em sua maioria, aliadas no processo de valorização dos sujeitos indígenas. Assim, introduziram-se os debates sobre a educação diferenciada e intercultural (FERREIRA, 2001; TASSINARI, 2001; COHN, 2014; COHN; SANTANA, 2016).

Para os Guerém de Valença, a educação ganha centralidade no processo de retomada, chegando a ser o principal tema nas discussões coletivas. *"Hoje o que me move é a educação, enxergo tudo a partir da educação, que esse caminho é também o que nos move. Tem bastante haver com essa luta e não consigo ver um caminho que não seja pela educação também"* disse Adonias Ramos³¹.

31 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

A discussão sobre educação no distrito Guerém recai sobre as formas de esvaziamento da representação do território, da cultura e história local nos currículos e práticas pedagógicas das escolas das comunidades no distrito. Adonias Ramos³² complementa sobre qual o desejo do Coletivo sobre a educação:

O desejo é descolonizar esse território, em primeiro lugar descolonizar a mente por meio dos educadores, das crianças. A base é a educação, e a gente ver que da educação dos anos iniciais a gente leva para o resta da vida, e descolonizar a nossa mente, as nossas práticas, olhar sempre para trás, para nosso avós, para os mais velhos, para não deixar de focar no presente, mas sempre olhando para trás para ver o que caminharam e assim a gente avança. E ver muito do nosso povo nas escolas, precisa sim nossos parentes voltar e ocupar esses espaços hegemônicos, e já que a gente não está concordando com a educação do jeito que está, então fazer essa retoma através de nossas vivências, nossas práticas e fazer essa colonização. Pode demorar muito tempo, mas pode ser rápida, a depender do esforço de cada um, a gente caminha para o que a gente acredita.

Os membros do Coletivo lembram que a carência de uma educação contextualizada com a cultura e a tradição local atravessou a formação de todos eles. “Estudei aqui na Aldeia na educação infantil, a professora sempre falava algo em relação a origem mais do São Fidélis, mas em relação de falar das resistências, da história mesmo, comigo também não acontecia, disse Jilzinê Santos³³.

Adonias Ramos³⁴ também lembrou esse contexto na sua trajetória escolar, afirmando: “na minha formação, a escola nunca trouxe nada que falasse sobre isso. Nem o nome de origem Guerém. E o Guerém era um distrito como algo distante, não fazia sentido para mim”. Ele ainda completa falando que uma das poucas coisas que a escola trouxe sobre a temática indígena “foi botar na minha cabeça que dia 19 de abril era dia do Índio, aí manda a gente levar as penas, pintava a gente tudo e para além disso botou na minha cabeça que o Brasil foi descoberto e não que foi invadido”.

No sentido de transformação desse contexto problemático, o Coletivo tem direcionado esforços para debater e construir a educação junto à comunidade e demais colaboradores. Para Ybyra Ybyraçu Anté Kren³⁵, “o Coletivo é esse espaço de dar vazão a essas vozes, a questão da educação também é muito forte mesmo, tem um papel transformador. Acho que o coletivo tem esse potencial”. Nessa mesma

32 Idem

33 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

34 Idem

35 Idem

direção, Adonias Ramos³⁶ explica que existem muitas lutas no distrito Guerém em relação à educação, principalmente na perspectiva da educação do campo, sendo assim, estaria o Coletivo com compromisso de somar: *"a gente segue nesse processo de bastante troca e partilha. Eu acredito que quando é de uma mão só não está sendo correto, tem que ser de várias mãos. E através da educação vem essa transformação, um novo modo de pensar."*

Nos últimos anos, as discussões sobre educação do campo apareceram com mais vigor sobre educação no distrito. Com o objetivo de agregar e atender às demais especificidades das comunidades tradicionais que fazem parte do território Guerém, vêm se criando, nesse processo, de retomada de identidade étnica, espaços de formação e debates mais amplos sobre a educação escolar quilombola e a educação escolar indígena. Na Aldeia de São Fidélis, o foco é construir, juntamente com a educação do campo, a educação escolar indígena.

As escolas municipais, no distrito Guerém, estão divididas em subsistemas de acordo com as comunidades. São escolas da etapa da educação infantil e ensino fundamental. Para os membros do Coletivo, o debate sobre a educação escolar se tornou prioritário. Eles apontam que a organização e a luta do Coletivo, por meio da educação, é uma forma de fazer valer os direitos que os povos tradicionais têm de ter uma educação diferenciada e contextualizada, como explica Ybyra Ybyraçu Anté Kren³⁷:

Basicamente é fazer a luta para cumprir a legislação que já existe, as diretrizes nacionais que versam sobre a educação do campo, a educação indígena, a educação quilombola, o cumprimento da Lei 11.645 de 2008, a resolução sobre as diretrizes nacionais escolar indígena, a convenção 169 da OIT fala sobre os povos tradicionais, a formação que a gente fez no pibex com diversos sujeitos do território, o plano nacional de educação para os direitos humanos, a portaria 391 de 10 de maio de 2016 que dá as diretrizes sobre o fechamento de qualquer escola do campo, indígena ou quilombola. Diante de todo esse cenário que surgiu esse protocolo, um pacto de compromisso com a educação no território Guerém.

Em sociedades onde as relações de poder são disparadamente desiguais, diferentes grupos se organizam e pressionam o Estado por mudanças concretas. O direito à educação aparece como um dos principais objetivos de questionamento, já

36 Idem

37 Membro do Coletivo - Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

que é vista como possibilidade de transformações coletivas mais concretas. Para Ubirailda Santos³⁸ essa caminhada faz todo sentido, posto que, segundo ela, *“quando conseguirmos isso, vamos conseguir colocar no PPP o rio Gereba, rio Piau, Jiquiriçá e que tudo isso faz parte do território Guerém, avançaremos bastante.”*

Na perspectiva da reparação histórica e da valorização dos diferentes povos que contribuíram e contribuem na formação sociocultural do Brasil, foi introduzida, pelo governo federal em 2008, a Lei 11.645/08, voltando-se para a visibilização da história e da cultura do povo negro e indígena. A Lei 11.645/08, nesse sentido, responde à necessidade colocada pelos educadores e movimentos negros e indígenas visando suprir a carência na educação sobre a participação das populações negras e indígenas na construção do Brasil.

A aprovação da Lei 11.645/08 provoca, além da continuidade do debate da diversidade étnica e cultural na educação, a adoção de novas metodologias e práticas pedagógicas orientadas pelo respeito e reconhecimento destas diferentes presenças em nosso país, em nossas cidades e nas nossas escolas. (NASCIMENTO, 2010, p. 234).

A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, dispositivo legal que estabelece a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas escolas do ensino fundamental e médio, é resultado dos cenários de lutas históricas, principalmente das populações indígenas, que têm com raiz a ampliação da Lei 10.639/2003 que trata da obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Dessa forma, consistiu na alteração do art. 26-A, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB- Lei Nº 9394/1996), ficando o seguinte texto:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, público e privado, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à história e a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o

38 Idem

currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008p. [s/n]).

A importância da Lei 11.645/08, enquanto conquista social, é inquestionável, mas, evidentemente, é crucial refletir se de fato as políticas que canalizam esta lei estão, progressivamente, sendo cumpridas de modo a colaborar com o objetivo proposto. Analisando dessa forma, o questionamento é se os profissionais da educação e os estabelecimentos de ensino estão realmente sendo preparados, com acesso, por exemplo, a formações e materiais didáticos que contribuam na efetivação da lei.

Atentos a essa questão, no mês de agosto de 2021, iniciou-se o curso Formação Docente: Desafios e possibilidades do fazer pedagógico à luz da Lei 11645/2008 no contexto do Distrito Guerém, Valença-BA. O curso foi fruto da ação do O Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Guerém em parceria com o Grupo de Pesquisa Docência, Currículo e Formação (DOCFORM/CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), o Fórum de Educação do Campo do Baixo Sul, a COOMAFES - Cooperativa de Mulheres da Agricultura Familiar e Economia Solidaria, a PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão – UFRB e ASPAG - Associação de Pequenos Produtores de Aldeia e Gereba.

O objetivo do curso foi desenvolver uma formação docente pensando sobre a educação das relações étnico-raciais no contexto da Lei 11.645/2008 para as escolas localizadas no distrito Guerém.

O curso contou com a participação de diversos profissionais do campo da educação, lideranças sociais e mestres e mestras dos saberes locais. Devido ao contexto de pandemia de Covid-19, as atividades foram realizadas em plataforma virtual, alternando momentos síncronos e assíncronos. Foram disponibilizadas 40 vagas para estudantes e profissionais da educação, de modo geral, contando com a certificação emitida pela UFRB. Ao longo da formação, foram debatidas propostas pedagógicas que possibilitem a educadoras e educadores subsidiarem seus fazeres pedagógicos a partir da contextualização da Lei 11.645/2008.



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2021.

Segundo a professora do Distrito Guerém e autodeclarada Guerém, Carolina Menezes³⁹, o curso trouxe muitas contribuições:

Desde o curso de formação que pude participar, as aprendizagens que trazemos de lá pra cá, enriqueceu minha formação, me deu embasamento para trazer essa discussão para meus alunos, por que infelizmente da minha formação da base fica muita coisa para a gente correr atrás do conhecimento. A formação: Desafios e possibilidades do fazer pedagógico à luz da lei 11645/2008 contribuiu muito, muitas discussões importantes para a gente está adquirindo mais conhecimento sobre isso. A gente percebe esse histórico de negação que a gente teve e ainda teme que nós venhamos tentado superar isso. Por que de fato o que chega para nossos alunos é só aquele conhecimento do livro didático e que a gente precisa estar desconstruindo isso, como vem acontecendo.

Ao longo do curso, foram levantados muitos questionamentos sobre a educação escolar local, principalmente por não abarcar a história e a cultura locais, em especial, os saberes tradicionais produzidos nas comunidades. Ubirailda Santos⁴⁰ ressalta que, nos encontros aonde vai, sempre veste a camisa da educação contextualizada que se propõe nas comunidades pelo Coletivo, e ela reforça que “trazendo essas vivências, afirmamos que nós somos Guerém. E trazendo as propostas de reformulações, às

39 Comentário feito no encontro virtual "Decolonizando o Guerém" - Diálogos sobre a Educação Guerém, 2022.

40 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

vezes vai se estudar o rio Amazonas e nem conhece a sua nascente do Piau do rio Una.” Esse cenário da educação escolar, de modo geral, tem sido alvo de disputa pelos povos tradicionais, no sentido de situar a educação escolar como espaço de valorização e de fortalecimento da identidade desses povos.

Um dos pontos fortes da formação foi ter atrelado o diálogo entre saberes acadêmicos e populares. A inserção da cultura popular e local, das histórias e da memória local não anula a importância de se desenvolverem aprendizagens também atreladas aos conhecimentos científicos não tradicionais.

Pensar a educação para as relações étnico raciais ainda tem sido um desafio nos dias de hoje. Apesar de existirem leis e incentivos ao trabalho desses temas nas escolas, são muitos os obstáculos encontrados ou até mesmo construídos propositalmente para evitar discussões tão importantes e necessárias no âmbito escolar. Para a professora do Distrito Guerém Leidiana Nascimento⁴¹ essa questão tomou novos caminhos a partir do curso:

Desde a formação tentamos melhorar, um compromisso de construir algo concreto, não paramos, não desistimos. O subsistema Orobó agora tem seu alfabeto, já está finalizado, a gente traz as palavras que estão dentro do contexto Guerém, nomes das localidades, de plantas, algo que realmente tenha sentido e nossos alunos e aluna se vejam pertencentes.

Outro momento importante para o debate sobre a educação local foi a *live* "Decolonizando o Guerém"⁴² - Diálogos sobre a Educação Guerém, organizada pelo Coletivo em 2022. No espaço, estavam presentes lideranças do território, professoras e professores da rede pública do município que atuam no Distrito Guerém e professores/pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Docência, Currículo e Formação - Docform/CFP/UFRB. Naquela ocasião, as professoras do território ressaltaram a importância das ações do Coletivo para a educação escolar local, *“muito importante esse trabalho que o Coletivo Guerém faz nas escolas, estão tentando*

41 Comentário feito no encontro virtual "Decolonizando o Guerém" - Diálogos sobre a Educação Guerém, 2022.

42 Em outubro de cada ano, o Coletivo Étnico Guerém realiza, com apoio da comunidade local e parcerias comprometidas com os povos originários, a atividade "Decolonizando o Guerém" que rememora o dia 12/10 como o dia da resistência dos povos originários da América Latina e 16/10 dia da Nossa Senhora dos Remédios, padroeira utilizada na catequização do Povo Guerém, onde recebem lideranças do Território Guerém em Valença-BA, professoras e professores da rede pública do município e pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Docência, Currículo e Formação - Docform/CFP/UFRB (Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2022).

*passar por todas escolas” disse Leidiana Nascimento⁴³. A professora Ilma Alves complementa que “são formações que trazem esses conhecimentos para além do contexto do campo, mas sobre o Guerém, abre um leque de possibilidades de como atuar nas escolas do território Guerém. Enriquece um olhar descolonizador”. Os desejos colocados pelas professoras na *live*, somados à atuação do Coletivo, é de dar centralidade aos Guerém na educação, voltando-se para o território e a cultura, portanto, interpelando propósitos de uma educação intercultural crítica.*

A interculturalidade busca romper o olhar essencialista sobre as culturas. Quanto a isso, Candau (2011) chama a atenção para a superação desses problemas que agregam a ordem sociocultural, em que não basta apenas descrever e ressaltar as culturas, mas romper com as desigualdades estruturais entre as diferentes culturas. A autora entende essa perspectiva da interculturalidade como crítica, pois vislumbra a construção de sociedades marcadas pelo combate a formas de violência enraizadas em que se destaque o respeito à diversidade e a formas igualitárias de relações entre grupos socioculturais.

A interculturalidade crítica propõe mudanças mais substanciais na sociedade. No entanto, é muito comum, principalmente através do agenciamento do Estado e da mídia, a utilização da perspectiva funcional da interculturalidade, que caminha por um caráter muito mais assimilacionista, ao não problematizar as relações de poder entre os diferentes grupos socioculturais.

A interculturalidade crítica parte do problema do poder, seu padrão de racialização e da diferença (colonial, não simplesmente cultural) que foi construída em função disso. O interculturalismo funcional responde e é parte dos interesses e necessidades das instituições sociais; a interculturalidade crítica, pelo contrário, é uma construção de e a partir das pessoas que sofreram uma histórica submissão e subalternização. (WALSH, 2009, p. 21).

O objetivo de uma educação intercultural crítica é dar suporte para que os sujeitos acessem sua história e sua cultura, de forma a continuar produzindo valores e conhecimentos que sirvam ao fortalecimento coletivo enquanto grupo étnico e sociocultural. A educação intercultural é vista como um processo que combina variadas formas de saberes na direção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Candau (2014) destaca que as diferenças, contrariamente às

43 Comentário feito no encontro virtual "Decolonizando o Guerém" - Diálogos sobre a Educação Guerém, 2022.

desigualdades, não precisam ser superadas, mas, sim, percebidas fora de modelos hierarquizados. A educação Intercultural, nesse sentido, parte da afirmação da diferença como riqueza.

No Distrito Guerém, esse tema vem sendo amplamente discutido. A educação intercultural, contextualizada, articulada aos saberes tradicionais, é o tema central no processo de retomada da identidade Guerém. Muitas ações do Coletivo são direcionadas às escolas nas comunidades do território Guerém. *“Tivemos a visita do professor Taata que explanou sobre a importância dos saberes da comunidade, da importância de cada localidade e de como gera o pertencimento”*, disse a professora Ilma Alves⁴⁴.

Na *live*, a professora Ilma Alves⁴⁵ destacou que esse é um objetivo de sua prática pedagógica, reforçando a atuação do Coletivo nesse sentido:

Como o professor Jefferson traz sempre na sua fala, falou no momento na escola, que é de trazer esses conhecimentos da comunidade. Por que o nome Tukum Mirim? Por que Gereba? Fazer com que o aluno construa esse sentimento de pertencimento com suas comunidades. Retomar esses saberes, os saberes dos mais velhos, os saberes de cada comunidade e essa retomada de fazer com que esse conhecimento venha para sala de aula junto com o conhecimento de cada aluno tem de outras situações. Esse é o olhar que o coletivo traz, um trabalho maravilhoso que vem sendo feito nas escolas iniciais, é essa retomada do conhecimento, essa retomada dos saberes das suas próprias comunidades. Ampliar a necessidade de ampliar a pesquisa e trazer junto o conhecimento das comunidades para a sala de aula”.

Na imagem abaixo, uma ação realizada pelo Coletivo com Ybyra Ybyraçu Anté Kren⁴⁶ abordando aspectos da história e da cultura local.

44 Idem

45 Comentário feito no encontro virtual "Decolonizando o Guerém" - Diálogos sobre a Educação Guerém, 2022.

46 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

Figura 23: Diálogo com estudantes na Escola Municipal Sebastião na comunidade Rio de Areia (Orobó) - distrito Guerém.



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2022.

Essa perspectiva vai na contramão daquilo que Boaventura de Souza Santos (2007) chamou de monocultura do saber, referindo-se à hegemonia na produção do saber a partir da ciência ocidental. As questões colocadas nas discussões não se trata de uma sobreposição de um conhecimento sobre o outro, mas de uma aproximação maior entre os saberes científicos e tradicionais visando firmar uma educação voltada integralmente para os sujeitos no território.

"Os conhecimentos do território devem ser tomados como referência e ponto de partida para a construção de uma educação libertadora. Também para construção do sentimento de pertencimento e da autonomia", explicou a professora Ana Paula Santos⁴⁷. Para as professoras, a realização do diálogo intercultural é sensível à diversidade cultural, constituindo um caminho para fortalecer as identidades que compõem o território Guerém. *"A gente não pode falar do território sem falar do bem*

47 Comentário feito no encontro virtual "Decolonizando o Guerém" - Diálogos sobre a Educação Guerém, 2022.

viver, a gente não pode falar do bem viver sem falar da agroecologia, da valorização dos saberes locais” complementou a professora Lanna Cecilia⁴⁸.

Sobre esse aspecto da relação do território, identidade e educação, lembrou Demisson Nascimento⁴⁹:

Um dos pontos principais que almejamos é trazer essa territorialidade para a educação de Guerém. Trazer nossas práticas, nosso jeito de ser e de fazer para a educação. Não desmerecendo esse contexto que a gente foi educado, mas é daí que parte nossas inquietações que é trazer a nossa cultura para o contexto de educação, trazer esse diálogo para que os jovens que estão nesse processo educacional tenha a real dimensão de suas identidades, saber que não está ali seguindo apenas um modelo estático, mas está ali por uma educação que sendo proporcionada a partir de sua identidade e de seu mundo que muito necessário.

Apesar de não ser o único, a escola é um dos principais lugares onde se aprendem os diferentes conhecimentos. Para os povos tradicionais, a exemplo dos indígenas, a escola, por muitos séculos, representou um símbolo do etnocídio. Mesmo assim, ao se apropriar da escola, os movimentos indígenas buscam contextualizar os conhecimentos com suas tradições e práticas culturais. Os conhecimentos tradicionais enquanto prática de aprendizagem, inseridos no ambiente escolar, podem influenciar na articulação entre educação e cultura, fortalecendo, assim, o ambiente histórico-cultural das comunidades. Por isso que a escola tem se tornado, como demonstrou Santana (2015), no contexto dos Tupinambá de Olivença, central para a luta em torno da demarcação do território para a reconstrução da identidade étnica, dos saberes tradicionais e para valorização da cultura e do estar na cultura.

Na edição 2023 da “Prosa Decolonizando a Aldeia”⁵⁰, organizada pelo Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, foi direcionado um espaço intitulado Desafios da Educação Específica no Território Guerém. No momento, deu-se especial atenção a essa relação entre os saberes tradicionais e a educação formal. O debate teve como foco principal a construção de caminhos para a inserção da cultura e dos

48 Comentário feito no encontro virtual "Decolonizando o Guerém" - Diálogos sobre a Educação Guerém, 2022.

49 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

50 O Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém promoveu a Prosa "Decolonizando a Aldeia" aconteceu nos dias 11 e 13 de abril de 2023, mês que marca a luta indígena no Brasil e que acontece a tradicional Festa de São Fidélis, Padroeiro do Aldeamento. Segundo o Coletivo, a atividade faz parte do processo de “retomada” e reconhecimento da identidade coletiva Guerém e busca o fortalecimento da cultura e territorialidade local.

conhecimentos tradicionais nas escolas do distrito, já que carências nesse sentido são constantemente sinalizadas. Para as professoras que estiveram na atividade, o Coletivo tem desempenhado um importante papel nessa articulação com os educadores do território.

Na *live*, perguntou-se como as professoras conseguem relacionar a cultura local com os conteúdos programáticos. Em resposta, a professora Jeildes Lemos⁵¹ explicou *“que se você vai para a internet, no google, a gente vai encontrar atividades sobre as plantas, os rios de modo geral, mas se for específica sobre a nossa região, a gente tem que produzir”*. Ainda complementa ela:

A gente parte do conteúdo que o currículo nos trás e a gente pensa o que podemos extrair de dentro comunidade, da realidade da escola aquele conteúdo. Existe o conteúdo agricultura, mas eu vou falar da agricultura falando da agricultura da comunidade, é urucum a cultura? Então vou trabalhar a partir dali. A gente trabalha ditado através de palavras, produtos da nossa região. Eu posso trazer problemas matemáticos com produtos da própria comunidade. Pode estar trazendo pessoas da comunidade para dentro da sala de aula, para contar história.

No entanto, as professoras alertam que, primeiramente, passa por despertar o interesse nos estudantes, de forma que *“a gente fala para os estudantes, ei acorda, é importante que você se conheça. Porque a partir do momento que eu conheço a história do meu povo, da minha comunidade, eu me conheço”* disse Ana Lúcia⁵². Destacaram as professoras que uma ação pedagógica, nesse sentido, é estímulo à presença dos mestres e mestras dos saberes tradicionais nas escolas para que se reforce esse espaço de cultura e de memória.

Esses “saberes locais” (GEERTZ, 2009) estão inseridos no dia a dia das comunidades e os estudantes são, também, acionados no sentido de transmitirem e fazerem circular esses saberes. *“Muitas coisas a gente vai aprender com os estudantes, como a cultura da pesca, como se faz o munzuá, são eles que vão nos ensinar”* destacou a professora Ana Lúcia⁵³. As práticas pedagógicas que se relacionam aos saberes locais só podem ser compreendidas plenamente no contexto social, ou seja, nas especificidades históricas e culturais que são formadas. *“Quantos*

51 Comentário feito no encontro virtual "Decolonizando a Aldeia" - Desafios da Educação específica no território Guerém 2023.

52 Idem

53 Idem

alunos trabalham com horta, com plantio de mandioca que podem dar uma aula, às vezes, o professor nem sabe com todo esse detalhe”, enfatizou Jeildes Lemos⁵⁴. A valorização desses saberes locais é de fundamental importância para a construção da identidade dos estudantes e para a manutenção de um sistema de produção e de reprodução da cultura local. Como problematizou Ana Lúcia⁵⁵ “a cultura, ela vai se perdendo e chega um momento que a gente não sabe sobre o lugar que a gente vive, e é importante que o professor seja responsável por isso”.

No referido encontro, também se falou das demais dificuldades que atravessam a educação no território Guerém. Entre os principais pontos, destacou-se o problema dos transportes junto às condições das estradas, a organização multisseriada das classes e a necessidade de mais professores oriundos do próprio território. “O transporte escolar, as estradas, termina dificultando o aluno de chegar até a escola, as vezes impossibilita. O professor às vezes não chega” apontou Jeildes Lemos⁵⁶. Ressaltando a importância de professores do próprio território, continua a professora:

Primeiramente, ele já conhece um pouco mais da história da sua comunidade do que aquele professor que vem da cidade. Quando ele vai para a sala de aula, já conhece a sala multisseriada, ele foi fruto dali. Já sabe o que foi bom ou ruim. Um aluno que sai desse contexto e retorna como professor ajuda muito a construir a educação do campo, porque entende o lugar, sabe com que está lidando, ajuda a saber como a educação pode ser melhorada. A visão desse professor é diferente de outros que vem na cidade. O professor da própria comunidade vai conseguir fazer a contextualização da educação de forma muito mais prática que o de fora. Não quer dizer que quando o professor é de fora não possa fazer um bom trabalho, mas existem vantagens em ter o professor da própria comunidade.

Uma das últimas preocupações do Coletivo e de muitos moradores da Aldeia de São Fidélis é o fechamento da Escola Padre José de Anchieta, que fica na comunidade. A Escola Padre José de Anchieta⁵⁷, segundo o Coletivo, tem origem ainda no período colonial quando funcionava nas dependências da Igreja de São Fidélis, no aldeamento implantado no território Guerém, Valença-BA. “No caso da escola da Aldeia, que está ali perto da igreja, o nome é Padre José de Anchieta, uma

54 Idem

55 Idem

56 Comentário feito no encontro virtual "Decolonizando o Guerem" - Desafios da Educação específica no território Guerém 2023

57 Nome questionado pelos membros do coletivo e professoras do Distrito em muitos momentos nos encontros por ressaltar o peso da catequização sobre a herança indígena no território.

ligação direta que remete à história do lugar, a toda a questão da catequização que esse padre cumpriu” explicou Ybyra Ybyraçu Anté Kren⁵⁸. Há aproximadamente quarenta anos a escola vinha sendo administrada pela Prefeitura de Valença, funcionando para o público dos anos iniciais do ensino fundamental, no entanto, desde 2020, encontra-se fechada dificultando o acesso do povo Guerém e da comunidade da Aldeia de São Fidélis à educação. Complementa Ybyra Ybyraçu Anté Kren⁵⁹ que:

O fechamento da escola está descumprindo a portaria de 2016, no momento que faz o fechamento sem a consulta e sem respeito com a portaria, que não leva em consideração o diálogo com a comunidade. A escola Padre José de Anchieta é a escola mais antiga da Zona Rural de Valença, ela surgiu no contexto da catequização funcionando na própria Igreja. Depois de sair da Igreja e ter seu próprio prédio, a escola vem há aproximadamente 40 anos gerida pelo município. Ela faz parte do território, faz parte da história que atravessa o território Guerém e do município de Valença. Cada escola fechada que tem no campo é atacado um direito do estudante de permanecer no seu território.

Figura 24: Foto da campanha contra o fechamento da Escola Padre José de Anchieta



Fonte: Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém, 2023.

58 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

59 Quadro 01: Sujeitos da pesquisa - participantes do grupo focal.

A campanha intitulada “Em defesa da Educação Contextualizada Guerém, nenhuma escola a menos em nosso território”⁶⁰, contou com a colaboração de lideranças indígenas, professores e professoras do território Guerém e demais apoiadores. Até o momento de conclusão desta pesquisa, a escola se encontrava fechada e o movimento em torno de sua abertura persistia.

Se a referida escola fez parte do projeto colonial de apagamento dos modos de vida indígena, produzindo etnocídio, atualmente, a escola tem funcionado, segundo Edson Kayapó (2021), em agência dos movimentos indígenas de consolidação e perpetuação de formação de valores que fortaleçam os processos de identidade e de luta desses povos, como ocorre no Distrito de Guerém.

Essa nova conjuntura possibilitou, segundo Baniwa (2010, p. 36), pensar “uma nova função social para a escola, agora com potencial de valorização e fortalecimento das identidades étnicas dos povos indígenas, de suas tradições, culturas, línguas e valores próprios”. A Constituição de 1988, em seu art. 210, afirmou que fica assegurado aos povos indígenas o direito de utilizarem suas línguas maternas e processos próprios de construção de aprendizagens, possibilitando os acessos aos conhecimentos universais, mas inserindo e sistematizando os saberes e as práticas tradicionais. Por isso, segundo Cohn (2014, p. 314), “o debate sobre as políticas culturais, inclusive sobre os regimes de conhecimento indígenas não pode ser feito, hoje, sem passar pela escola”. Ademais, para a autora,

Atualmente, as crianças indígenas passam grande parte de seu dia a dia na escola; jovens indígenas saem de suas comunidades para dar continuidade à sua formação em geral ou se formar professores em magistérios e licenciaturas interculturais; comunidades constroem e mantêm suas escolas; famílias investem na escola uma boa parte da criação de seus filhos, enquanto as próprias crianças investem seu tempo na escola. Com isso, grande parte dos conhecimentos que circula pelas aldeias e comunidades provém da escola, dialoga com ela, ou é (embora não devesse ser) dela proscrito; e a formação de novas pessoas, atualmente, passa pela escola, em formação e fabricação de corpos e no que diz respeito a conhecimentos e formações (2014, p. 314).

A dimensão dos saberes tradicionais constitui requisito para uma educação intercultural crítica que valoriza os sujeitos. Esse movimento em torno da articulação promovida pela dimensão da educação contextualizada, intercultural crítica, envolveu

60 ANEXO C

processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos e saberes que se tornam cada vez mais necessários ao Guerém. São atravessamentos no campo da educação e território que reforçam a afirmação da justiça social, na direção de relações igualitárias entre grupos socioculturais, como já sinalizaram Candau (2014) e Walsh (2009).

A implementação, do ponto de vista legal, da educação escolar indígena, que se fundamenta na perspectiva da diferença e da interculturalidade, tendo sido uma maneira, segundo Edson Kayapó (2021), de “formar guerreiros e guerreiras para serem retomadores dos territórios originários, para terem suas identidades fortalecidas e para fazer com tranquilidade a gestão dos nossos territórios”.

A educação nos moldes da sociedade não indígena continua a não interessar à maior parte dos povos indígenas. Isso é o que foi sinalizado pelos Guerém através das ações realizadas pelo Coletivo. Como destacou Edson Kaiapó (2021), o caminho é de uma educação contextualizada com a diversidade de povos, no sentido da educação intercultural, bilíngue, comunitária, específica e realmente sustentável e que esteja sobre as bases das memórias e saberes tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*De urucum e jenipapo o Guerém vai se pintar
O Guerém tá na aldeia e onde mais que ele tá
De urucum e jenipapo o Guerém vai se pintar
O Guerém tá na aldeia e onde mais que ele tá
(Canto feito no Toré Guerém)*

Esta pesquisa apresentou importantes caminhos para o entendimento do conhecimento tradicional enquanto importante marcador da identidade de um povo.

Diante de um conjunto de violência por parte do Estado e da sociedade brasileira, muitos coletivos indígenas, por muito tempo, tiveram que negar suas identidades, como estratégia de manutenção da sobrevivência dos grupos. Tratar do processo de retomada da identidade étnica dos Guerém possibilita contribuir na desconstrução de formas enraizadas de preconceitos e dar luz a uma luta coletiva que este grupo tem empreendido, na cidade de Valença, no estado da Bahia.

São mais de 500 anos resistindo aos que negociam o direito à vida e ao território dos povos originários. Trouxeram no pacote da colonização a pobreza para povos acostumados a viver em abundância, fora dessa lógica capitalista, mas numa concepção integrativa à natureza. Esses povos foram submetidos a regimes de genocídio e etnocídio, além das tentativas de esvaziamento não material, como sua memória, cultura, espiritualidade e identidade.

Uma série de rótulos que visavam desqualificar e inferiorizar os povos indígenas, considerando-os incivilizados, preguiçosos, sem almas, somou-se a um projeto de eliminação do longo cenário de violência desses povos.

Os Guerém, nesse sentido, são mais um povo resistente da história indígena do Brasil, a qual continua sendo feita por muitos povos no extenso e desigual território brasileiro. O que se percebe na retomada Guerém é o sentido do rompimento com a história que tenta silenciar os direitos dos diferentes povos que acumulam uma diversidade de saberes e conhecimentos.

Esta pesquisa demonstrou ainda como os saberes tradicionais, através das ações do Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém e demais agregados à luta Guerém, são fundamentais no processo de retomada da identidade

desse povo. Esses saberes vêm sendo acionados na luta pela retomada, com participação de outros importantes elementos que são comuns nesse processo: o território, a história e a memória local, a formação de redes de parcerias e a educação.

Esta dissertação pauta sobre a valorização e o reconhecimento da diversidade cultural, das formas tradicionais de produção dos conhecimentos, etnoconhecimentos e demais modos de organização sociocultural diferenciados. Assim como mitos, memórias, signos, discursos implementam o sentido da diversidade.

Poder-se-ia caracterizar este trabalho como uma pesquisa em movimento, devido ao caráter processual e dinâmico que constitui a pesquisa e, ao mesmo tempo, as ações que os Guerém elaboram, no sentido de se constituírem como coletivo. Algumas das informações aqui levantadas devem sofrer alterações à medida que o processo de retomada for avançando. Por isso é importante destacar o recorte temático, histórico e espacial com que se preocupou o desenvolvimento desta pesquisa.

O Coletivo tem feito um importante papel de divulgação e de articulação do seu povo e demais sujeitos que se somam à luta do reconhecimento étnico Guerém. Reconstituir as memórias, saberes e costumes, através dos mestres e mestras dos saberes, tem sido uma das maneiras estratégicas para recuperar a consciência étnica do povo Guerém.

Esta pesquisa possibilitou recuperar uma parte da história e a memória da presença indígena Guerém no território de Valença. O Coletivo e os sujeitos que atuam com esse propósito conseguiram recriar um ambiente de valorização e de reconhecimento dos mais velhos enquanto mestres dos saberes locais que portam a memória de seu povo. Foi possível também montar alianças com demais povos tradicionais, debatendo as formas de construção de autonomia no território, para as possibilidades de bem viver desses povos, a exemplo das comunidades quilombolas da região.

Os saberes tradicionais Guerém estão associados à perspectiva ancestral que não se limita ao passado, mas está no presente e se coloca para o futuro. Demonstrar esses saberes no processo de retomada foi a forma encontrada pelos Guerém para afirmarem sua identidade étnica.

É preciso enfatizar que se trata de um povo que acumula conhecimentos e sabedoria ancestral que integram um complexo muito maior que uma pesquisa acadêmica, por mais rica que seja, possa apresentar. Não foi objetivo desta pesquisa

catalogar quantitativamente os saberes tradicionais do povo Guerém, mas, sim, evidenciar o modo como estes os acionam em luta por seu direito enquanto povo. Alguns dos saberes tradicionais demonstrados na pesquisa foram selecionados por estarem mais expressivamente demonstrados por seu povo.

No desenvolver do trabalho, novas questões foram levantadas por esse caráter dinâmico, que é um movimento de retomada de identidade, sendo que algumas situações puderam ser incorporadas como ações realizadas pelo Coletivo no campo da educação, mas, de modo geral, busca-se atentar aos objetivos a que se propôs esta pesquisa.

Identificou-se também como o processo de retomada se atrela aos saberes tradicionais e dialoga com a educação escolar no distrito Guerém. Nessa perspectiva, o trabalho demonstrou que a educação local é, atualmente, o principal ponto de discussão no território Guerém. As falas dos envolvidos na pesquisa caminharam no mesmo sentido da crítica à invisibilidade da história e da cultura local nos currículos escolares.

Percebeu-se que a construção de uma educação antirracista, sobre as bases da legislação que reafirma o direito à educação dos povos indígenas, é preocupação do povo Guerém. Sendo assim, várias ações foram feitas nesse caminho pensando a educação como instrumento aliado que pode vir a favorecer e fortalecer a identidade étnica e a organização sociocultural das comunidades do distrito.

Para os Guerém, a educação deve possibilitar que a convivência entre crianças, jovens e adultos se forje nos ritmos da natureza e da cultura local, sem desconsiderar os conhecimentos tidos como universais. O projeto dos Guerém é pelo diálogo e pelo reconhecimento dos saberes tradicionais no contexto escolar, considerados centrais para a valorização da cultura pela retomada da identidade étnica. O processo de retomada estimulado pelo Coletivo vem buscando o fortalecimento e a criação de uma consciência coletiva sobre a própria diversidade e direitos sociais e políticos que estão inseridos nas demandas do povo Guerém.

É possível pensar que a experiência de um modo de viver de um povo representa o que esse povo tem de mais importante, o direito à vida e de vivenciá-la à sua forma. Como já disse Ailton Krenak, muitos povos que se agarram à terra costumam experimentar o prazer de viver a vida como uma dança cósmica.

Cabe, então, aqui afirmar, Valença tem Aldeia!

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante, 2016.

ALARCON, Daniela Fernandes. **A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro**. *Ruris*, v. 7, n. 1, p. 99-126, março, 2013.

ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno dos parentes**: mobilização e recuperação territorial entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. Rio de Janeiro: E-papers, 2022.

ALARCON, Daniela Fernandes. **O retorno da terra**: as retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. São Paulo: Elefante, 2019.

ALMEIDA, Maria da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos e saberes da tradição**. São Paulo: Livraria da Física, 2010.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. *Revista História Hoje*, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.

ALMEIDA, Mauro W. B. de. Alguns aspectos do pensamento de Manuela Carneiro da Cunha. *In*: LÉPINE, Claude; HOFBAUER, Andreas; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **Manuela Carneiro da Cunha**: o lugar da cultura e o papel da antropologia. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

BANIWA, Gersem. Educação escolar indígena: estado e movimentos sociais. *Revista da FAAEBA: Educação e Contemporaneidade* [online]. 2010, vol.19, n.33, pp.35-49. ISSN 0104-7043.

BARROS, Rafael Santos. **Da letra da lei às práticas coloniais**: arranjos e conflitos na sesmaria dos jesuítas, 1700-1750. UFBA, Salvador, 2015.

BARTH, Fredrik. Etnicidade e o Conceito de Cultura. *Antropolítica*, n. 19, p.15-30, 2005.

BARTOLOMÉ RUIZ, Castor. **Os Paradoxos da Memória na Crítica da Violência. Justiça e Memória**. Direito à justiça, memória e reparação. A condição humana nos estados de exceção. IFIBE. São Leopoldo, 2012.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. Tradução de Sergio Paulo Benevides. **Mana: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Vol. 12, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100002; Acesso em: 5 Set. 2021.

BRASIL - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – 2000 – “**Convenção sobre Diversidade Biológica** – Conferência para Adoção do Texto Acordado da CDB – Ato Final de Nairobi”. Brasília. 60p.

BRASIL. Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007. **Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. *Diário Oficial da União*, 8 fev. 2007, Seção 1, p. 316.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 29/10/2017.

BRASIL. Lei nº. 11.645/2008. **Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22/12/2021.

BRASIL. Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016. Regulamenta a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 12 de maio de 2016

CANDAU, Vera Maria; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. *In: CANDAU, V. M. (org.). Diferenças culturais e educação: construindo caminhos*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2011. p. 71-75.

CANDAU, Vera Maria. **Concepção de educação intercultural**. Rio de Janeiro: Departamento de Educação, PUC-Rio, 2014.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **A sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Editora da UnB, 1978.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela Ligeti. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, (75), 76-84, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i75p76-84>.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela Ligeti. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Políticas culturais e povos indígenas: uma introdução. *In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs.). Políticas culturais e povos indígenas*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Identidade étnica. *In: SALLUM JR., Brasílio [et al.]. Identidades*. São Paulo: EDUSP, 2018.

CHEIN FERES, Marcos Vinício; OLIVEIRA CUCO, Pedro; FREITAS MOREIRA, João Vitor. As origens do marco legal da biodiversidade – as políticas de acesso e remessa. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 42, n. 3, p. 35–64,

2019. DOI: 10.5216/rfd.v42i3.49540. Disponível em:
<https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/49540>. Acesso em: 26 jan. 2023.

COHN, Clarice. A cultura nas escolas indígenas. *In*: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs.). **Políticas culturais e povos indígenas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

COHN, Clarice; SANTANA, José Valdir Jesus de Santana. A antropologia e as experiências escolares indígenas. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 13, n. 25, São Luís: EDUFMA, 2016.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. **Pesquisa narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. 2. ed. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEI/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2015.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. Conhecimentos, práticas tradicionais e a etnoconservação da natureza. **Revista Diálogos de Saberes Socioambientais: desafios para epistemologias do Sul**. Vol. 50. Paraná: UFPR, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v50i0.66621>. Acesso em: 15 Jul. 2021.

BRANDÃO, Jeffersson Duarte. A aldeia tá viva no Distrito Guerém. *In*: ALMEIDA, Ivan; SOBODE, Taata (orgs.). **Coleção Bardos Baianos Antologia Poética Baixo Sul**. Cogito Editora, Bahia, 2022.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A educação escolar indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. *In*: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. 2 ed. São Paulo: Global, 2001.

FREIRE, P. Educação: o sonho possível. *In*: BRANDÃO, C. R. (org.) **O educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-101.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em educação no Brasil. *In*: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

KAYAPÓ, Edson. **Ciências Humanas, Linguagens e educação das relações étnico-raciais no Distrito de Guerém Valença**, 2021. Aldeia Distrito Guerém – Valença BA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u-hq0rPwZwg&t=6034s>

KAINGÁNG, Lucia Fernanda Jófej. **A proteção legal do patrimônio cultural dos povos indígenas do Brasil**. [S.l.: s.n., 2006] 24 p.

KRENAK, Ailton. Entrevista, 2020. Disponível <https://www.youtube.com/watch?v=z71a0fi0D04>, acesso em 15 de Jul de 2020.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Tradução Tania Pellegrini – Campinas, SP: Papyrus, 1989.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. 2 ed. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 2013.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas**. São Paulo: Edições 70, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOTT, Luiz. **Bahia: inquisição e sociedade** [online]. Salvador: EDUFBA, 2010. 294p. ISBN 978-85- 232-0580-5. Disponível em: Acessado em 10 de Agosto de 2022.

NASCIMENTO, Rita G. do. Educação escolar brasileira e diversidade étnica e cultural: contribuições dos movimentos negro e indígena para o debate. In: RONCA, Antônio C. C.; RAMOS, Mozart N. **Da Conae ao PNE 2011-2020: contribuições do Conselho Nacional de Educação**. São Paulo: Moderna, 2010, p. 223-252.

NASCIMENTO, Washington Santos; OLIVEIRA, Renata F. Retomadas da identidade étnica e territorial indígena no sudoeste baiano: um direito garantido, porem negado. In: NASCIMENTO, Washington Santos (Org.). **Antônia Onça e o mestre em amansar Brancos: trajetórias e saberes indígenas e africanos no sertão da Bahia**. 1ed. Rio de Janeiro: Faberj e Autografia, 2021, v. 1, p. 29-59.

OLIVEIRA, Amurabi. Por que etnografia no sentido estrito e não estudos do tipo etnográfico em educação? **Revista FAEEBA**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 69-82, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/viewFile/751/524>. Acesso em: 22 jan. 2022.

OLIVEIRA, Renata F. Planalto da conquista indígena: retomada da identidade étnica e territorial no sudoeste da Bahia (o caso dos Paneleiros Mongoyó). In: SANTOS, Ana Maria Carvalho dos; REIS, Maíra Lopes dos (Orgs.). **As cores e o sangue: memórias e resistência no Brasil rural**. 1ed. Feira de Santana: Zarte, 2022, v. 1, p. 131-172.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA**, v.4/1, abr. 1998.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais**. Genebra: OIT, 1989.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos de ir e vir e caminhos sem volta: índios estradas e rios no sul da Bahia**. 1982. 329f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

PATAXÓ HÃ HÃ HÃE, Agnaldo. **Autorreconhecimento, lutas e direitos territoriais dos Povos Indígenas**, 2021. Aldeia Distrito Guerém - Valença BA. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7VIWa_xAsN8&t=6157s

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

POUTIGNAT, PHILIPPE; STREIFFE-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

RAMOS, Adonias dos Santos. Guerém, minha Terra. In: ALMEIDA, Ivan; SOBODE, Taata (orgs.). **Coleção Bardos Baianos Antologia Poética Baixo Sul**. Cogito Editora, Bahia, 2022.

SANTANA, José Valdir Jesus de Santana. **“A letra é a mesma, mas a cultura é diferente”**: a escola dos Tupinambá de Olivença. 240f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal de São Carlos/Ufscar, São Carlos-SP, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Manuela se escreve entre aspas. In: LÉPINE, Claude; HOFBAUER, Andreas; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **Manuela Carneiro da Cunha: o lugar da cultura e o papel da antropologia**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011.

SILVA, Cássio Alexandre da [et al]. A retomada da cerâmica Xakriabá: entre a produção e circulação de peças, saberes e parentescos. **Maloca - Revista de Estudos Indígenas**, Campinas, SP, v. 5, p. 01-36, 2022.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. 2 ed. São Paulo: Global, 2001.

TUPINAMBÁ, Célia. **Direito à autodeterminação dos povos originários**, “Aldeia Distrito Guerém”, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V9d9QcrUEh4&t=3490s>

TOLEDO, Victor Manuel Manzur; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. 1a ed. Rio de Janeiro, RJ, 2015.

VERMEULEN, Hans; GOVERS, Cora (Orgs.). **Antropologia da etnicidade**: para além de Ethnic Groups and Boundaries. Lisboa: Edições Lisboa, 2003.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver**. CANDAU, Vera Maria (Org.). Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: Letras, 2009.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA - GRUPO FOCAL

Nome:

Idade:

Naturalidade (local onde nasceu):

Escolaridade:

Coletivo étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém

1 - Quem são vocês? Se apresentem, falem sobre suas origens, formação e ocupação.

2- Quais memórias e histórias são contadas sobre distrito Guerém? Como a presença indígena é compreendida nesse sentido?

3 - O que é o Coletivo étnico Cultural Guerém? Como surgiu? Quais seus objetivos?

4 - Quais motivações influenciam nesse processo de organização em volta da retomada da identidade étnica Guerém?

5 - Existe um modo de ser Guerém? Quais aspectos da história, do território e da cultura Guerém são destacados por vocês na reapropriação da identidade Guerém?

6 - Por que os saberes tradicionais têm sido destacados no processo de retomada? Qual a dimensão dos saberes tradicionais nesse processo?

7 - Como as escolas no distrito abrangem aspectos ligados à história, memória, cultura, territorialidade e identidade Guerém?

8 - Como vocês almejam a educação no distrito Guerém? Como percebem a importância dos saberes tradicionais nesse campo?

9 - Como vocês comunicam suas pertencas étnica com os moradores locais e os de fora?

10 - Comente sobre as dificuldades, as conquistas e as perspectivas do Grupo em relação ao processo de retomada.

ANEXO A

Carta aberta pela preservação e recuperação da Aldeia de São Fidélis, Valença

Valença, 24 de Abril de 2020

Mais um monumento em Valença poderá cair. Não estamos falando dos casarões da Praça da República, do Teatro Municipal, da Câmara, da Cadeia (embora estes requeiram também atenção urgente). Trata-se da Igreja de São Fidélis, cujos festejos (outrora comemorados com uma cavalgada) esse ano passaram despercebidos. Documentos mostram que é ela, talvez, uma das construções mais antigas ainda em pé, já que sua existência remonta ao período em que se iniciou a construção da Igreja do Amparo, em 1757.

Situada às margens da BA 542, a cerca de dez quilômetros da entrada da cidade de Valença, a Aldeia de São Fidélis foi fundada por frades capuchinhos. Segundo o historiador André de Almeida Rego a povoação foi fundada “por frei Anselmo de Andorno em 1745 e reunia índios de matriz tupinambá, era composta por índios boimés aos quais foi incorporado o contingente de aimorés trazidos de Nossa Senhora dos Remédios”. Eles “exerciam a função de canoeiros no transporte de cargas, principalmente de madeiras, se deslocando do rio Piau até ao longo do curso do rio Una, na direção do florescente porto de Valença.” (REGO, André de Almeida. OS ALDEAMENTOS INDÍGENAS FUNDADOS NA BAHIA E CAPITANIAS VIZINHAS DURANTE O PERÍODO COLONIAL. 2006. p 23). Conclui-se com essa informação que a igreja estaria completando nada menos que 275 anos, o que a coloca, talvez, como A MAIS ANTIGA CONSTRUÇÃO AINDA EM PÉ NO MUNICÍPIO DE VALENÇA.

A importância econômica da Aldeia de São Fidélis na História de Valença pode ser percebida na contribuição para o corte de madeiras de lei, como o Pau-Brasil. Desde o século XVI, esse povoado forneceu madeira [para] construção civil e naval – inclusive contribuindo para a recuperação de Lisboa, depois do terremoto e incêndio em 1755. Segundo o Capitão Moniz Barreto, em documento datado em 1794, descreve que os índios e seus descendentes

“desta aldeia são peritos navegadores do caudaloso rio Mapendipe, pelo qual descem com incrível facilidade sobre monstruosos paus até a boca ou foz da divisão deste rio e do de Una, donde são embarcados para o porto da Bahia em embarcações próprias

que ancoradas esperam a sua correspondente carga. Do mesmo modo são os melhores serradores de madeira, principalmente de vinhático, que abundam aquelas matas, insignes fabricantes de grandes embarcações de um só pau, que no Brasil chamam de canoas, muito próprias para a navegação do interior dos rios. Têm grandes conhecimentos de ervas medicinais. Agricultam arroz correspondendo a colheita com grande excesso à sementeira por serem as terras na baixa das matas muito próprias para esta plantação. São também grandes cordoeiros de diferentes estrigas, no que poupam muito à Real Fazenda no trabalho das puxadas dos grossos e pesados paus. As índias são famosas tecedeiras de pano de algodão, principalmente para as chamadas tipoias (redes) que são camas ordinárias de que fazem uso geral quase todos os índios daquela capitania, sustentadas por cordas”.

Durante o asfaltamento da estrada que une a cidade de Valença com a BR 101, nos anos sessenta do século XX, a veneranda igreja quase foi demolida. Segundo a tradição oral, a imagem de São Fidélis por noites seguidas, foi retirada da igreja e levada para a Matriz, em Valença (já que dia seguinte a derrubaram); misteriosamente, cedo, ela amanhecia dentro da igreja. Embora se desconfiasse que fora obra do pároco da época, há quem diga que o próprio São Fidélis foi visto na redondeza tanto por moradores como por trabalhadores da empresa responsável pela obra. A história é relatada e confirmada por Ceci Queiroz, 67 anos, cujo pai trabalhou na construção da estrada.

Infelizmente, a despeito da Igreja de São Fidélis ser o mais antigo prédio do município e marco arquitetônico colonial, a mesma sofre com o desgaste físico e descaso do poder público. Em documento histórico datado em 1813 e pesquisado por Luiz Mott (1981, p. 11), o Padre Nogueira, vigário dos índios de São Fidélis nesta época, colocou uma cobertura de palha para proteção total o camarim e frontispício da capela da aldeia – considerando que o mesmo sacerdote já tinha feito anteriormente pequeno concerto no telhado da mesma. Atualmente, na parede lateral do templo, parte do reboco sucumbe, deixando à mostra uma estrutura onde ainda pode-se notar a presença de uma arquitetura feita com óleo de baleia. Rachaduras aumentam, dado o número de carretas que diariamente trafegam pela BA. Religiosos dos arredores recobrem com cimento, na tentativa de que a igreja não caia. Apesar do descaso público e do avanço do progresso nesses quase 300 anos, a Igreja e Aldeia de São Fidélis resistem.

Muitos dos moradores ribeirinhos da Aldeia permanecem com os hábitos de pesca, caça, extrativismo vegetal e artefatos de cipó, utilizando técnicas que remontam às práticas dos povos indígenas que passaram pelo aldeamento. Na Comunidade e redondezas é comum encontrar dezenas de pessoas que foram batizadas e casadas nas festas do Padroeiro (comemorada oficialmente no dia 24 de abril). Da mesma forma, muitos membros da comunidade estão sepultados no cemitério localizado no entorno da Igreja de São Fidélis. Além disso, existe a suspeita (conforme afirmam os moradores locais) de que a região tenha as ruínas de um antigo cemitério indígena. “Aqui, em qualquer lugar, se cavar mais de meio metro encontra-se objetos antigos enterrados” – afirma Marivaldo, filho do senhor Fidélis Argemiro de Jesus, antigo zelador da igreja, falecido no início deste ano (09 /01 / 2020), aponta, atrás do antigo cemitério, uma lagoa onde dizem existir destroços de um trator, atolado e afundado ao tentar demolir o templo.

Tais informações evidenciam a importância da preservação da Aldeia. **MAIS QUE A RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA IGREJA**, o que querem, reivindicam e merecem, tanto a comunidade do Distrito Guerem (onde se localiza a povoação), como a população valenciana no geral, é **O RECONHECIMENTO E TOMBAMENTO DA ÁREA ENQUANTO SÍTIO DE PRESERVAÇÃO HISTÓRICA** dado o seu valor para o estudo e compreensão de aspectos etnográficos da formação do povo valenciano.

Neste sentido, pede-se, **EM CARÁTER DE URGÊNCIA, QUE A CÂMARA TOMBE A ALDEIA COMO PATRIMÔNIO MATERIAL. PARALELO A ISSO, QUE A PREFEITURA ENVIDE ESFORÇOS, INCLUSIVE, JUNTO À INICIATIVA PRIVADA PARA RECUPERAR A IGREJA, DEVOLVENDO-A À COMUNIDADE. QUE SEJA CRIADO UM COMITÊ GESTOR**, envolvendo membros não apenas da comunidade, como pesquisadores e instituições educacionais, incluindo a Escola Municipal Padre José de Anchieta, existente na comunidade pelo menos desde a década de 1980. Juntos, a Igreja e a Escola já podem abrigar documentos, textos, imagens e, até mesmo, artefatos que remontam a história do distrito.

Tal ação tem sobretudo um impacto econômico positivo uma vez que a região, com sua localização privilegiada, próxima a uma das principais entradas da cidade, agrega também valor turístico, já que se encontra numa grande cobertura vegetal de Mata Atlântica, nas imediações da Ilha do Conde e do recém inaugurado balneário 3

Ilhas, além da proximidade com a área de Campo do IFBaiano). É, também, a região cortada por corredeiras do Rio Piau, uma das nascentes do Rio Una.

Apesar do estado de calamidade decretado na cidade em virtude da pandemia do COVID-19, constata-se a urgência e necessidade de ações em prol da recuperação do referido espaço, em virtude do atual estado da igreja e dos riscos que apresenta nesta época de chuvas e ventanias que têm derrubado árvores nas redondezas.

ANEXO B

Manifesto “O Chamado à Retomada: Em Defesa do Patrimônio Guerém”

5 de maio de 2021

Aldeia Distrito Guerém – Valença BA

O atual distrito Guerém é um território situado em meio ao bioma da Mata Atlântica baiana e se localiza entre os distritos de Maricoabo, Guaibim, Serra Grande e a sede do município de Valença-BA, se estendendo até os limites com os atuais municípios de Presidente Tancredo Neves, Teolândia, Laje, Taperoá e Jaguaripe. Desde antes do perverso processo de colonização esse espaço originariamente vem sendo ocupado pelos povos nativos do tronco Macro-Jê (principalmente as etnias conhecidas como Botocudo: Tapuia, Aimoré, Guerém ou Gren) nos primórdios do período colonial esse território foi usurpado pela antiga Capitania de São Jorge de Ilhéus, posteriormente sendo incorporado à Bahia.

Como estratégia para estabelecer o domínio da coroa portuguesa, foi implantada por volta de 1720 a aldeia de São Fidélis do Una de Cairu, aldeamento inicialmente gerido por Capuchinhos e que foi instalado para catequizar algumas etnias colonialmente denominadas de indígenas para que se convertessem e deixassem de se autorreconhecerem como povos nativos dessas terras. No entanto, apesar de mais ou menos três séculos terem se passado, é possível constatar que moradores locais mantêm vivas muitas heranças dos nossos antepassados, os aprendizados de: caça, pesca, extrativismo, confecção de artefatos de pesca, caça e jangadas para navegação e pescaria nos rios locais, artesanato, saberes sobre a fauna e flora, ervas de cura, rezas, contação de histórias e contos passados de geração em geração. Tudo isso se soma a memória e manutenção de tradições incorporadas ao longo da catequização e colonização a exemplo das celebrações em louvor à São Fidélis e Nossa Senhora dos Remédios, onde muitos dos moradores batizaram e batizam seus filhos, se casam e mantêm as relações de apadrinhamento e amadrinhamento majoritariamente entre os membros das comunidades locais.

Mesmo com toda a riqueza histórica e cultural desse território banhado pelas águas do Una Mirim, Piau, G(J)ereba, Jerebinha, Jiquiriçá, Rios do meio e do braço e etc, por onde se estende parte de uma Área de Preservação Ambiental – APA “Caminhos Ecológicos da Boa Esperança” não temos tido o apoio dos poderes

públicos para a conservação: da memória biocultural, patrimônios imateriais e materiais, nesse sentido a própria população tem feito “consertos periódicos ao longo dos anos na histórica Igreja de São Fidélis”, os antigos cemitérios e a escola municipal local denominada Padre José de Anchieta (nome que ressalta o peso da catequização sobre a herança indígena no território) despertam pouca atenção dos órgãos públicos instituídos nas mais diversas esferas de governo.

Diante desse contexto é que nativos locais têm se mobilizado através de jovens universitários da terra que fazem pesquisas sobre suas origens, associações locais e moradores junto com o apoio de pesquisadores, artistas, ativistas locais, entidades indigenistas e organizações de povos indígenas para construir diversas iniciativas de mobilização social sobre a relevância da territorialidade Guerém. Ecoando o chamado dos povos desta terra, 24 de abril de 2020 foi lançada a “CARTA ABERTA PELA PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA ALDEIA DE SÃO FIDÉLIS” que contou com quase 300 assinaturas de representantes de entidades e atores sociais nacionais e internacionais. No mesmo ano – O Coletivo Étnico Cultural Patrimônio Aldeia Distrito Guerém foi criado com o objetivo de contribuir para a mobilização, o fortalecimento e salvaguarda da cultura, memória e territorialidade Guerém em Valença-BA, sendo registrado no cadastro municipal da Secretaria de Cultura de Valença.

Como frutos dessa intensa movimentação temos: Mestres da cultura Guerém com seus saberes reconhecidos a partir de projetos aprovados pelo edital municipal Prêmio Maestro Barrinha; O Coletivo juntamente com artistas visuais comprometidos com a luta teve uma proposta que concorreu e foi premiada pela Secretaria Estadual da Cultura através do Edital das Artes Jorge Portugal com o Projeto: Aldeia O Curta que desenvolveu uma série de oficinas, pesquisas bibliográficas com mais de 30 obras acadêmicas que citam a história dos Guerém e de São Fidélis como único aldeamento de Valença-BA, culminando no lançamento do curta-metragem protagonizado por sujeitos do distrito Guerém e atores sociais locais sob a direção da cineasta valenciana Violeta Martinez; A aprovação do projeto de extensão sobre a aplicação da lei 11645/08 nas Escolas do distrito Guerém em parceria com o DOCFORM/CFP/UFRB; O canal virtual “Aldeia Distrito Guerém” lançado com a transmissão on line da 1ª Prosa “Decolonizando a Aldeia” realizada em abril de 2021

marcando o mês da luta indígena no Brasil e o mês da tradicional festa de São Fidélis padroeiro da igreja implantada no período colonial.

Só chegamos até aqui porque não caminhamos só, graças aos passos dados pelos antepassados, é que decidimos romper a tentativa de silenciamento da nossa ancestralidade Guerém que pulsa nas matas, rios e nas vidas do povo desta terra. Nosso grito é por justiça, nossa luta é pela retomada e fortalecimento da identidade coletiva Guerém através do reconhecimento étnico, cultural e territorial deste povo que labuta para manter de pé a memória e conservar os patrimônios imateriais e materiais.

Convidamos a tod@s que escutem esse chamado que brota do coração da aldeia pulsando no chão do distrito Guerém se esparramando nos rios que são as veias da nossa terra, atravessando pela cidade de Valença sob o nome de Rio Una e deságua no Oceano Atlântico se juntando a várias outras águas que contam as histórias de tantos outros povos do mundo que sofrem com as mazelas da opressão colonial que há séculos escravizam corpos, territórios e vidas que resistem com luta e fé.

O intuito desse movimento é para que possamos apoiar a conservação dos patrimônios materiais e imateriais do território: A igreja, a lagoa, rios, os bens da Mata Atlântica, a APA, a agricultura, às escolas para que cumpram a lei contando a trajetória do distrito e tantos outros passos para fortalecer as tradições locais, mantendo a história, memória, identidade e territorialidade Guerém.

ANEXO C

Carta aberta em Defesa da Imediata Reforma da Escola Municipal Padre José de Anchieta, Aldeia de São Fidélis, Território Guerém em Valença-BA

19 de março de 2023

“É com o verbo “esperançar” conforme nos ensinou o patrono da educação brasileira Paulo Freire que um dia após completar 15 anos de vigência da lei 11645/08 que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afrobrasileira e indígena (infelizmente ainda não cumprida nas escolas do nosso território, mesmo em meio a uma região em que seguem vivas tradições e saberes locais dos povos originários e quilombolas) que realizamos a aula pública “O direito à educação Guerém a história da Escola Municipal Pe José de Anchieta” realizada dia 11 de março no Território Guerém, Aldeia de São Fidélis, Valença-BA ao redor da Escola Municipal Padre José de Anchieta (patrimônio histórico que deriva do período colonial).

Agradecemos à comunidade, organizações sociais, educadoras/es, pesquisadoras/es, estudantes e apoiadores de várias partes da Bahia e Brasil por caminharem ao lado do povo Guerém na defesa do direito de estudar, as manifestações de apoio encaminhadas presencialmente e virtualmente nos encorajaram a seguir em defesa da educação pública em nosso território, afinal a escola hoje é o único equipamento público que está presente na maioria das comunidades indígenas, quilombolas e camponesas, se o povo organizado não defende-la isso não será feito por mais ninguém.

Compreendemos que quando uma pessoa é arrancada do seu lugar de vida para estudar fora dele é como se o poder público estivesse lhe expulsando de casa e passando um duro recado de que ali ao lado da sua comunidade, essa criança, jovem, adulto ou ancião não terá futuro. Isso não é verdade pois nas aldeias, quilombos e roças há muito conhecimento, naquele mesmo chão onde os povos tradicionais e do campo cultivam sementes e colhem frutos, podem ser cultivadas vidas que se tornarão agricultores, artistas, universitários, cientistas e cidadãos capazes de contribuir para uma sociedade mais humana e justa.

Externamos a todas as esferas do poder público federal, estadual e principalmente municipal que a defesa do direito à educação pública vai continuar sendo exigido em todo Território Guerém e na Aldeia de São Fidélis, a reforma

imediate e o retorno das aulas na Escola Municipal Padre José de Anchieta é a única garantia do cumprimento da Lei 12.960/2014 e da Portaria 391/2016. Não nos basta apenas a escola, exigimos que a educação seja de qualidade e que respeite a realidade local, conforme a legislação brasileira preconiza.

Por nenhuma escola a menos no Guerém, em Valença, na Bahia e no Brasil!

#escolaanchietafica

#deixaopovoguerémestudar

#escolanaaldeiaéumdireito

ANEXO D

Em defesa da Educação Contextualizada Guerém, nenhuma escola a menos em nosso território

Dia 09 de janeiro de 2023 completaram 20 anos da lei 10639/03 que foi alterada pela lei 11645/08 (que completa 15 anos no dia 10 de março de 2023), a trajetória em defesa do cumprimento dessa legislação é longa, mas até o momento na maior parte dos estabelecimentos de educação de Valença, da Bahia e do Brasil, infelizmente essa lei não tem saído do papel e muitas vezes se limita a um dia folclórico no calendário escolar. A legislação supracitada é um direito conquistado pela sociedade brasileira e deve ser cumprida. O Povo Guerém tem mobilizado junto a outras organizações da sociedade civil e poder público o "Protocolo de Intenções sobre Educação Contextualizada Guerém em Valença-BA" essa ação tem a intenção de propor medidas que busquem cumprir não só a lei 11645/08 como outras legislações a exemplo das diretrizes e procedimentos para a organização e oferta da Educação Escolar Indígena, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia e Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, contribuindo assim para o acolhimento dos estudantes originários Guerém na rede de ensino pública de Valença. Ver: Decreto nº 8.471 de 12 de Março de 2003; Portaria nº 3918/2012 de 13 de abril de 2012; Resolução CNE/CEB Nº 13/2012, de 15 de junho de 2012; Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009 e outras.

O protocolo ainda segue em fase de consolidação, há uma dificuldade de aproximação de algumas instituições do poder público, atuantes no território em aderir ao documento, a ideia foi inspirada nos protocolos de consulta prévia, livre e informada que é trabalhado em diversos territórios tradicionais do Brasil e que se baseia na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho a qual o Estado brasileiro é signatário, entre as reivindicações mais suscitadas pelas organizações comunitárias que representam o território Guerém estão os parágrafos 3 e 4 do protocolo que exigem: "as instalações da Escola Municipal Padre José de Anchieta (essa é uma escola histórica e deriva do período colonial em Valença-BA, infelizmente desde a pandemia, ela segue fechada e com uma infraestrutura bastante deteriorada) para a implantação do Centro de Referência em Educação para as Relações Étnico Raciais em Cultura, História e Memória Guerém em Valença-BA" e a disponibilização de

outros espaços físicos ao longo de cada subsistema municipal de ensino situado no Guerém para a realização de práticas pedagógicas, tendo como premissa a "cultura local e o contexto da Educação do Campo." (CPP Guerém, 2021).

Os outros passos têm sido os encontros mensais da CPP Guerém e o engajamento nas atividades comunitárias do território, convidando a população a ocupar as escolas públicas locais, no sentido de pautar um currículo, um projeto político pedagógico e infraestrutura adequada para que a educação pública expresse as reais necessidades da população Guerém, fazendo com que a escola cumpra as leis conquistadas com muita luta pelas organizações sociais. Por isso, pedimos a todos parceiros e parceiros que colaborem com nosso ato em defesa das nossas escolas para que estas não sejam fechadas e assim dificultem o acesso da comunidade ao direito básico da educação.

A Escola Padre José de Anchieta tem origem ainda no período colonial quando funcionava ainda nas dependências da Igreja de São Fidélis no aldeamento implantado no território Guerém, Valença-BA. Há aproximadamente quatro décadas a Escola está situada em uma estrutura da Prefeitura municipal de Valença e desde 2020 se encontra fechada dificultando o acesso do povo Guerém e comunidade da Aldeia de São Fidélis ao direito constitucional à educação.

Nesse sentido, com base na legislação vigente solicitamos:

- 1- Imediata reforma da Escola Padre José de Anchieta;
- 2- Que a Educação Escolar Indígena seja devidamente implementada no Território Guerém;
- 3- Que os órgãos públicos responsáveis pelos estabelecimentos escolares públicos em Valença-BA, possam se reunir em caráter de urgência com representantes do Território Guerém para restabelecer o direito à educação pública na comunidade.

Aldeia de São Fidélis, Território Guerém, Valença-BA, 30 de Janeiro de 2023.

ANEXO E**Modelo utilizado de autorização para coleta de dados****AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS**

(Modelo aprovado em reunião plenária do Comitê de Ética em Pesquisa da UESB em 14/02/2020)

Eu, *insira o nome do responsável pelo local da coleta*, ocupante do cargo de *insira o nome do cargo da pessoa que autorizou a coleta* do(a) *insira o nome do local onde se processará a coleta*, **AUTORIZO** a coleta de dados do projeto de pesquisa intitulado *insira o nome do projeto de pesquisa*, dos pesquisadores *insira o nome dos pesquisadores e membros da equipe de pesquisa autorizados a coletar os dados* após a aprovação do referido projeto pelo CEP/UESB.

Em tempo, asseguro dispormos da infraestrutura e dos recursos necessários para viabilizar a execução do procedimento, conforme explicitado no projeto, em atendimento à alínea “h” do ponto 3.3, e do item 17 do ponto 3.4.1, ambos do título 3 da Norma Operacional CNS nº 001/2013.

LOCAL, Clique aqui para inserir uma data.

Ass. do(a) responsável pela autorização da coleta

Carimbo:



Impressão Digital
(Se for o caso)